

Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 888
27 de Dezembro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

1991



Maternidade • Moscovo, 1920 • Foto de Abraham Petrovich Shterenberg (1894-1979)

Portugal pode ser Melhor!

Um ano para reflectir

Fazer do ano que vai findar uma recensão retrospectiva ainda que necessariamente incompleta dos acontecimentos nacionais e internacionais que o marcaram de modo singular, extrair deles algumas conclusões elementares, constitui uma tarefa irrecusável do órgão central de um partido comunista e operário como o PCP que em 1991 cumpre setenta anos de existência e de experiência revolucionária.

É uma tarefa difícil mas imperiosa.

É que poucas vezes na história destes portentosos noventa anos do Século XX da nossa contemporaneidade o virar da folha do calendário se terá operado em condições tão complexas e num tão vasto mar de expectativas.

Uma caracterização concludente - que inevitavelmente nos inclui por reflexo - entrou no léxico e no discurso dos analistas e dos políticos, dos leitores objectivos dos fenómenos contemporâneos: vivemos tempos de mudança.

A caracterização é apropriada mas em si mesma ainda redutora da verdadeira dimensão dos acontecimentos.

A mudança - fenómeno de movimento e de interacção - não é um episódio accidental mas um estado permanente da realidade objectiva.

O nosso épico nacional, com extraordinária intuição, deu deste estádio uma definição lapidar:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Todo o tempo é composto de mudança

Tomando sempre novas qualidades.

O que caracteriza singularmente os fenómenos de mudança dos dias actuais é que este final do ano 90 da nossa época se situa na culminância de um processo ainda inacabado e cheio de indefinições de transição histórica para uma nova realidade.

Paradoxalmente, num ano de grandes avanços da causa da Paz, principalmente devido à corajosa política e às propostas de cooperação pacífica e de redução dos armamentos nucleares da União Soviética, o virar do calendário coincide com a mais rude ameaça à Paz das últimas décadas.

O que mudou no mundo dos nossos dias? O que perdeu validade e o que permanece válido para a luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos? Que novas realidades estão emergindo das convulsões actuais?

São questões cruciais ainda sem resposta cabal no domínio das ideias e da prática que exigem da classe operária e do conjunto de forças da Democracia, da Paz e do Progresso Social - sobre cujos ombros assenta a responsabilidade fundamental da construção do futuro - uma profunda reflexão, um grande labor colectivo, respostas apropriadas no conteúdo e na forma, novas formulações de conceitos, reajustamentos da teoria e da prática.

E em Portugal, que mudanças se produziram neste ano de 90?

Os comunistas portugueses cientes das suas responsabilidades e do carácter insubstituível do seu Partido, da indispensabilidade da sua acção e da sua contribuição para a defesa das conquistas democráticas do seu povo, dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional, empenham-se, no mar de dificuldades da hora actual e com todas as suas forças, nos decisivos combates do presente e do futuro.

Na arena internacional, dois acontecimentos de projecção universal dominam as atenções e reclamam o exame aprofundado e a intervenção reflectida daquele conjunto de forças. São eles:

1) - A crise do sistema socialista mundial com o desmoronamento do campo socialista europeu e a agudização da situação interna da União Soviética;

2) - As condições extremamente preocupantes para todos os amantes da Paz em que se processa o novo ciclo da crise do sistema capitalista mundial de que a expressão mais significativa e o abcesso mais perigoso é o conflito do Golfo Pérsico.

A crise do sistema socialista mundial pelas suas

dimensões e consequências a curto e a dilatado prazo coloca questões que decididamente se impõem ao movimento comunista e operário internacional e a todas as forças progressistas do mundo. Obviamente também ao Partido Comunista Português.

A ruptura com a via socialista de desenvolvimento de milhões de seres dos países do Leste europeu que até há pouco se identificavam com o socialismo foi motivada por causas objectivas irrefutáveis mas exacerbada de modo decisivo por factores subjectivos de grande impacto de massas e de força irresistível alimentados por forças internas e externas hostis ao socialismo.

Necessariamente, um período de exigente reflexão seguiu-se. Os povos, que de modo tão dramático e abrupto mudaram o rumo de vida dos seus países, farão, na sua nova opção, a destriça entre o objectivo e o subjectivo da sua drástica decisão. Farão na prática e à sua própria custa a prova e a verificação da justeza ou não do passo dado, a comprovação de que o regresso ao capitalismo não é alternativa para as mazelas do socialismo.

As causas do descalabro são já no essencial conhecidas:

O PCP no seu XIII Congresso procurou já sintetizá-las numa primeira apreciação do trabalho negativo dos partidos comunistas no poder naqueles países: afastamento dos ideais comunistas, cometimento de gravíssimos erros, isolamento dos povos respectivos.

Em vários casos foram afastados do poder, alguns deles resolveram transformar-se em novos partidos social-democratas. Os erros e desvíos tiveram incidências nefastas na economia e na sociedade dos respectivos países.

A evolução da situação no Leste europeu confirmou e agravou a leitura que dela fizeram os comunistas portugueses.

Particularmente preocupante e grave é a situação interna na União Soviética, principal potência do sistema socialista mundial, a braços com uma gravíssima crise económica e factores dissolventes que põem em perigo o progresso da «perestroika», como nos últimos dias foi denunciado por Mikhail Gorbatchov.

O Partido Comunista Português que particularmente nos últimos cinco anos tem desenvolvido um profundo trabalho teórico e prático para o reconhecimento e o enfrentamento das novas realidades e das novas tarefas do movimento revolucionário em Portugal e do próprio movimento comunista internacional (de que são elementos indispensáveis a obra «O Partido com paredes de vidro», da autoria de Álvaro Cunhal, e as Resoluções e debates dos dois últimos congressos) dinamiza no momento actual todas as suas energias e capacidades para a resposta cabal aos desafios e questões que a época actual e o mundo em mudança colocam aos comunistas portugueses.

No panorama da crise geral que abala o mundo dos nossos dias designadamente o do mundo capitalista assume particular gravidade como expoente e simultaneamente como detonador de perigosos efeitos a chamada «crise do Golfo».

Termina 1990 e começa 1991 sob o signo da mais perigosa e grave ameaça à Paz nos últimos quarenta e cinco anos.

O novo ano inicia-se sob o pesadelo do ultimato americano, sancionado pela ONU, de 15 de Janeiro, para a retirada das forças de ocupação iraquianas do Kuwait. É o dia limite para a solução política e negociada do conflito ou para o recurso à guerra que os Estados Unidos ameaçam desencadear.

No entanto, apesar dos perigos, a saída da guerra não é ainda uma solução fatal, a Paz pode ainda ser salvaguardada.

A recusa de Sadam Hussein, que pretende uma solução global dos problemas da região, designadamente da questão palestina, e as ameaças e preparativos bélicos do Estado de Israel, testa de ponte dos interesses americanos no Próximo e Médio Oriente contra o mundo árabe, ameaçam sob os intentos agressivos das poderosas forças do Pentágono na região, criar naquela importante zona estratégica uma situação explosiva altamente perigosa e sem saída para a paz.

A «crise do Golfo» é a ilustração mais viva e actual do carácter agressivo do imperialismo, ainda que propiciada pela ocupação e anexação do Kuwait pelo Iraque.

Todavia, a saída da guerra e a corrida armamentista afirmam-se no palco do Golfo Pérsico como incendiária válvula de escape da crise que ameaça corroer a economia dos Estados Unidos e, por reflexo, a economia capitalista mundial.

As alterações de estrutura do capitalismo monopolista a partir da década de 70 em resultado dos impetuosos avanços da ciência e da técnica, ao mesmo tempo que permitiram importantes progressos no processo produtivo, acentuaram numa escala vasta e profunda as contradições internas do sistema capitalista mundial: alargamento do fosso entre países ricos e pobres, proliferação dos centros de decisão da economia mundial, com o enfraquecimento do papel hegemónico dos Estados Unidos, alterações de vulto na composição social da classe operária.

A crise de 72/73 e a de maior profundidade de 1982/83, associadas aos primeiros e segundos choques petrolíferos, mostraram que os novos tempos não se apresentam como uma nova era de prosperidade e de desenvolvimento pacífico do sistema capitalista, mas, ao contrário, de agravamento das suas contradições internas.

A «crise do Golfo», que prenuncia um novo choque petrolífero, tem muito a ver com as inequívocas manifestações de uma nova recessão económica de consequências ainda imprevisíveis, já claramente e «oficialmente» declarada no principal país do sistema capitalista - os Estados Unidos.

Mais de três trimestres seguidos de quebra do crescimento económico; défices astronómicos do orçamento americano, do comércio externo, da dívida externa; aumentos do desemprego e da taxa de inflação com o alastramento das manchas de pobreza na sociedade dos Estados Unidos; falências em série de empresas e sectores significativos da actividade económica e financeira; crescente penetração, em alguns casos em posições dominantes, do capital estrangeiro, designadamente do capital japonês e alemão; perda iminente da hegemonia do dólar, em benefício do marco alemão e do yen, como moeda dominante da economia mundial.

A ameaça de guerra no Próximo e Médio Oriente com o desembarque e a concentração em massa de forças armadas dos Estados Unidos na região do Golfo, surge cada vez mais como forma tradicional de saída da crise capitalista para o imperialismo - a guerra - o que neste final do ano 90 faz distinguir pela inerência dos perigos a nova ameaça da crise económica do sistema.

Em Portugal que «mudanças de qualidade» se produziram, como vai terminar o «ano velho» e começar o «ano novo»?

O ano de 1990 foi o da concretização das celebradas «reformas de estrutura» do cavaquismo governante:

- destruição acelerada do Sector Empresarial do Estado pela via das privatizações; intensificação da ofensiva destruidora da Reforma Agrária e restabelecimento dos latifúndios no Alentejo e Ribatejo, com expressão agravada das típicas manifestações desta forma de exploração da terra

- a desertificação, o alargamento excepcional da área dos incultos, o aumento do desemprego na agricultura, da miséria e da fome nas vastas regiões atingidas;

- crescente alienação da titularidade nacional dos sectores mais lucrativos da nossa economia em benefício do capital estrangeiro; maior défice acumulado de sempre da balança comercial;

- crescente dependência de Portugal das importações estrangeiras em detrimento da nossa produção e do seu escoamento, principalmente na balança alimentar, com efeitos dos mais desastrosos no sector da agricultura;

- agravamento do desequilíbrio na distribuição do rendimento nacional em desfavor dos sectores do trabalho e em benefício do capital, aumento da taxa de desemprego, da precariedade do trabalho, nova baixa

Resumo

19 Quarta-feira

Na quarta sessão do Congresso dos Deputados do Povo, Mikhail Gorbachov adverte para a possível necessidade de impor o estado de emergência nas regiões da URSS onde reina a agitação. Por seu lado, o primeiro-ministro Rijkov admite o fracasso dos objectivos iniciais da perestroika, admitindo a responsabilidade dos seus principais obreiros ■ A Amnistia Internacional divulga relatório sobre torturas e abusos das tropas iraquianas desde o início da ocupação do Kuwait ■ Recomeçam em Roma as negociações das autoridades moçambicanas com a Renamo ■ O Supremo Tribunal de Justiça manda emitir mandatos de captura contra Otelo Saraiva de Carvalho, confirmando as penas dos réus do processo das FP-25 ■ Mário Soares desloca-se à Assembleia da República para discursar na sessão ali realizada, de evocação de Sá Carneiro ■ Na pré-campanha das presidenciais, enquanto Carlos Marques interrompe a sua por problemas de saúde, Carvalhas encontra-se com jovens, Mário Soares zanga-se com a RTP e Basílio Horta fala no American Club ■ É reconhecido oficialmente, na Albânia, o primeiro partido da oposição, o Partido Democrático.

20 Quinta-feira

Chevarnadze anuncia inopinadamente a sua demissão de ministro dos Negócios Estrangeiros, em discurso inflamado ao Congresso dos Deputados do Povo. Gorbachov, afirmando ignorar antes esta decisão, condena a atitude do ministro ■ Mário Soares, em almoço com os líderes parlamentares, sugere à Assembleia da República que tome uma iniciativa política no sentido de ser decretada uma amnistia que contemple o caso de Otelo Saraiva de Carvalho ■ O Presidente Hraoui, do Líbano, nomeia Omar Karami como novo primeiro-ministro, na sequência da demissão de Selim Hoss ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova resolução condenando Israel pela deportação de palestinianos e pela política que mantém nos territórios árabes ocupados ■ Realiza-se na televisão o último debate entre candidatos, com Carlos Carvalhas e Basílio Horta ■ O Parlamento búlgaro aprova novo governo, dirigido pelo independente Popov e com a participação do PSB, pela UFD e pelo Partido Agrário ■ Reúne-se no Reichstag, em Berlim, o novo parlamento da Alemanha, com 662 deputados, 144 dos quais representam a antiga RDA ■ A Turquia aproveita o conflito geral com o Iraque para pedir à NATO que lhe conceda auxílio militar, a fim de «proteger a fronteira» com aquele país.

21 Sexta-feira

Os quatro candidatos à presidência da República reúnem-se num debate televisado pela RTP ■ É inaugurado oficialmente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nas suas novas instalações ■ Investigação divulgada à imprensa revela que grande parte do material de voo da Força Aérea Portuguesa se encontra em adiantado estado de degradação. Nomeadamente sete dos 23 aviões T-37 têm as asas partidas ■ Mikhail Gorbachov e Chevarnadze encontram-se em reunião normal de trabalho, sem que o pedido de demissão deste último tenha sido abordado ■ O Governo de Tirana decide retirar uma estátua de Staline do centro da capital albanesa ■ Dirigindo-se ao parlamento romeno, o presidente Ilescu apela à oposição para que congrege esforços na reconstrução do país ■ Israel rejeita a Resolução 681 da ONU que fora aprovada na véspera pelo Conselho de Segurança condenando a política israelita.

22 Sábado

O Presidente do KGB, Kriutchkov, acusa, no Congresso dos Deputados, o Ocidente e particularmente a CIA pelo agravamento da situação na URSS, e exigiu reforço de poderes para a manutenção da ordem ■ Walesa toma posse como presidente da Polónia e pede a ajuda de Deus ■ A última unidade de tropas soviéticas sai da Eslováquia, no quadro da retirada que, na Checoslováquia, será completada em Junho próximo ■ Na sequência do XXVII Congresso do PCF, Georges Marchais é reeleito secretário-geral do Partido, pelo Comité Central. Charles Fiterman, um dos contestatários à linha política maioritária, fica no bureau político ■ Cavaco Silva visita a Associação de Albergues Nocturnos e aproveita para criticar a compra de «bens supérfluos».

23 Domingo

Cavaco Silva vai à televisão falar de Natal e renovar promessas de melhor vida, elogiando a sua própria política ■ Cerca de quinze mil pessoas manifestam-se em Tirana, na Albânia, para exigirem o adiamento das eleições previstas para Fevereiro ■ Os eslovenos votam referendo para determinar a secessão ou não da Jugoslávia ■ Em encontro realizado em Paris o Conselho Nacional Supremo do Camboja aprova a maior parte dos pontos de um acordo de paz ■ Uma explosão

num comboio-cisterna, ocorrida em Elnikovo, na URSS, causa várias colisões, sete mortes e meia centena de feridos ■ As duas mais importantes centrais sindicais de Marrocos pronunciam-se por nova greve geral, a fim de obter das autoridades a libertação dos grevistas detidos nas manifestações do passado dia 14.

24 Segunda-feira

Campanha eleitoral entra em pausa natalícia. Apenas Basílio Horta aproveita o Natal para gravar tempos de antena ■ A gasolina espanhola baixa duas pesetas por litro enquanto se anuncia o seu aumento de mais 5,6 pesetas no início do ano ■ O Congresso de Deputados do Povo da URSS aprova resoluções no sentido do reforço dos poderes do Presidente Gorbachov ■ Os resultados do referendo realizado na Eslovénia indicam que a maioria dos eslovenos, 88,2 por cento, pronuncia-se pela independência, separando-se assim da Jugoslávia ■ Em entrevista a uma televisão privada espanhola, o Presidente Hussein advertiu que, em caso de guerra, Telavive seria um dos primeiros objectivos a destruir ■ Oliver Tambo, o recém-regressado presidente do ANC, visita o Presidente da África do Sul, Frederik De Klerk ■ Uma delegação da Renamo é recebida pela primeira vez em Maputo, a fim de verificar os acordos que foram concluídos nas negociações de Roma.

25 Terça-feira

O Iraque chama a Bagdad os seus embaixadores nos quinze países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas ■ O Natal é assinalado nos territórios árabes ocupados por confrontos entre palestinianos e tropas israelitas. Os militares causam ferimentos em 18 pessoas, entre as quais crianças ■ O exército do Suriname toma o poder, prometendo eleições livres e a constituição de um governo interino ■ O Congresso de Deputados do Povo da URSS aprova a criação do cargo de vice-presidente ■ Os resultados das eleições realizadas no Montenegro, Jugoslávia, indicam a vitória do Partido Comunista, elegendo Momir Bulatovic para a presidência de uma das seis repúblicas jugoslavas ■ O Papa, na sua mensagem de Natal, em Roma, pronuncia-se pela necessidade de resolver o conflito com o Iraque através do diálogo ■ O primeiro balanço dos acidentes ocorridos na estrada, em Portugal, durante o período de Natal, indicam que, até meio da tarde de segunda-feira, já haviam ocorrido 38 mortes e centenas de feridos.

dos salários reais, das pensões e reformas, cujos aumentos nominais são roídos pelo aumento da inflação e pela constante subida dos preços, agravamento dos desequilíbrios salariais entre Portugal e os restantes países da CEE.

Qualquer especialista ou qualquer português informado, sabem que o que atrás enunciámos não são generalidades nem acusações sem bases. Só as limitações do espaço de que dispomos não permitem demonstrar aqui com números inequívocos a verdade das afirmações produzidas - o que faremos proximamente.

A nossa consigna de afastamento do Governo PSD/Cavaco Silva e a sua substituição por um Governo de alternativa democrática está sobejamente e politicamente fundamentada na nossa realidade política, económica e social sob o cavaquismo governante.

Para o PCP, o virar da folha do calendário inscreve-se no esforço de dinamização de todo o Partido nos planos organizativo e político, social e institucional para uma necessária resposta aos desafios da hora actual.

Todo o Partido se empenha no combate contra as dificuldades e os factores adversos, transitórios, e para a concretização dos seus objectivos fundamentais. É difícil e complexa a luta dos comunistas na hora actual, mas um ou outro caso de desfalecimento ou de defecção não quebram a indomável vontade dos comunistas portugueses de superarem as dificuldades, as deficiências e insuficiências do seu trabalho, de pôr cada vez mais o Partido à altura das suas responsabilidades.

Ao entrar no ano do seu 70º aniversário, o PCP empreende um esforçado trabalho de fortalecimento da sua organização, da sua democracia interna, da sua ligação com as massas, da sua resposta às novas realidades.

Mas não é apenas no plano interno que se aprofunda a acção dos comunistas - é também, para fora do Partido, para as massas e para a realidade portuguesa, para a busca de soluções dos problemas nacionais mais sentidos.

A acção dos comunistas no seio do movimento operário, do movimento sindical, dos movimentos unitários de massas, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas autarquias locais, em todos os órgãos institucionais em que participam caracterizam-se por uma intransigente defesa dos trabalhadores e do povo, da democracia, da independência nacional.

Depois de amanhã inicia-se a campanha oficial para as eleições presidenciais. No contexto de um prolongado e vasto combate político, visando principalmente nas legislativas de 1991, o PCP apresentou o seu candidato, camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, cuja candidatura reclama e merece o voto militante de todos os camaradas e amigos do nosso Partido e de todos os portugueses progressistas. Podem alguns ex-membros do nosso Partido sentir-se bem na «comissão de honra» do MASP onde ombreiam com os Amורים, os Euricos de Melo e outros, contra o candidato do Partido que acabam de deixar para a fácil eleição de um candidato que na sua campanha mendiga o voto dos comunistas que antes contribuíram, decisivamente para a sua eleição e simultaneamente não perdem pitada para insultar o seu Partido e os seus ideais.

O voto de 13 de Janeiro em Carlos Carvalhas é o voto na dignidade das forças democráticas mais conseqüentes, na justeza do seu combate, nos objectivos fundamentais de defesa da democracia e da unidade de todos os portugueses na conquista de dias melhores para o nosso povo.

Neste final de 1990 e nas vésperas do começo de 91, o «Avante!», interpretando o sentir de todos os comunistas portugueses, deseja aos comunistas de todos os países e em particular aos dos países do Leste europeu, êxito na sua difícil luta, uma renovada confiança na justeza do nosso combate comum pela democracia, o socialismo e a paz, pela concretização dos seus melhores anseios e pela felicidade dos seus povos.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Rua de São Bernardo, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Povo
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Associações de Deficientes

Maioria PSD recusa-lhes apoios chumbando projecto do PCP

A maioria PSD chumbou hoje oito dias um projecto de lei sobre as Associações de Deficientes apresentado pelo PCP, inviabilizando deste modo a aprovação de um diploma considerado fundamental para garantir os meios de acção e intervenção necessários para dar continuação ao trabalho desenvolvido por estas Associações na integração e reabilitação da pessoa deficiente.

Um trabalho de atendimento social que vem permitindo o encaminhamento e resolução de dezenas de milhares de casos por ano, cujo mérito o deputado comunista Manuel Filipe, no decorrer do debate, não se cansou de realçar, mas em relação ao qual a bancada do PSD — pondo em evidência uma vez mais a distância que separa os discursos demagógicos dos actos concretos — não se mostrou minimamente sensível.

Esta atitude dos deputados da maioria governamental, votando isoladamente contra o projecto subscrito pelo PCP, não pode assim deixar de ser revelador do seu completo alheamento pelo papel desempenhado pelas Associações na defesa dos direitos, na promoção da igualdade e integração social das pessoas com deficiência.

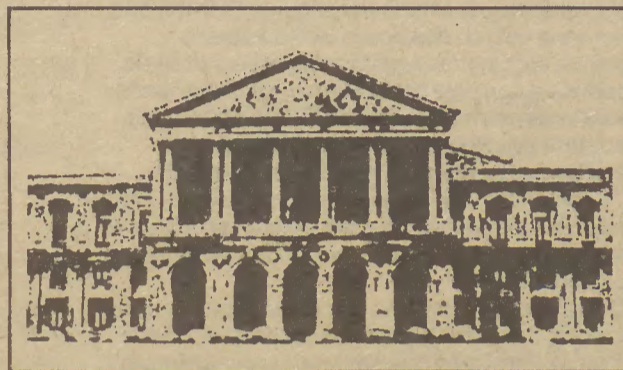
Uma acção que conta já com algumas dezenas de anos e que tem sido protagonizada, como lembrou Ma-

nuel Filipe, por instituições como a «Associação de Cegos Luís Braille», a «Liga de Cegos João de Deus», a «Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla», a «Associação para Protecção dos Deficientes Autistas», a «Associação Portuguesa de Deficientes», a «Associação de Pais de Crianças com Deficiência Auditiva», a «Associação de Deficientes das Forças Armadas», a «Associação Nacional dos Sinistrados no Trabalho», ou ainda as CERCIs, Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, hoje organizadas numa Federação — a FENACERCI — que representa 47 cooperativas e congrega pais e muitos cidadãos, técnicos de educação, psicólogos e terapeutas.

Ora foi precisamente no sentido de efectivar o preceito constitucional que reconhece no n.º 3 do artigo 71.º o apoio por parte do Estado às Associações de Deficientes e de definir os direitos de intervenção e participação, garantindo-lhes os meios indispensáveis para a prossecução dos seus fins, que a bancada comunista elaborou o seu projecto de lei.

Um projecto onde se garante às Associações de Deficientes os direitos de participação e intervenção na definição da política de reabilitação e integração e os direitos de consulta e informação junto dos órgãos da Administração Pública, sem esquecer os tão importantes direitos de petição e acção popular.

Dando resposta a antigas



reivindicações do movimento dos deficientes, o articulado do diploma enuncia o dever de colaboração do Estado e das autarquias locais com as associações de deficientes e garante os apoios mínimos indispensáveis para que as Associações possam prosseguir os seus objectivos, assegurando simultaneamente aos dirigentes associativos as condições que permitam o exercício da sua actividade.

Um outro projecto de lei, este de iniciativa dos deputados independentes Raul de Castro e Corregedor da Fonseca, visando a criação da Provedoria do Deficiente, e que recolheu o apoio das bancadas da oposição, baixou à Comissão especializa-

da sem ter sido submetido à votação.

Quanto aos agricultores, faz-se sentir a falta de uma política de apoio à agricultura e ao associativismo agrícola, havendo uma inquietação geral sobre qual vai ser o futuro da lavoura.

Os eleitos das autarquias, do que foi possível apurar nos contactos, por sua vez, também não poupam críticas ao Governo pela sua política de asfixia e de esbulho dos dinheiros do Poder Local e pelo seu travão à Regionalização.

Uma palavra final para o sector da Saúde, onde se manifestam grandes carências e onde fazem sentir a falta de médicos e de especialistas e onde se verificam, entre outras, grandes deficiências nos serviços das urgências.

Jornadas Parlamentares em Castelo Branco

Dar voz às populações responder aos seus anseios

Por iniciativa conjunta da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco (DORCB) do PCP e do Grupo Parlamentar realizaram-se recentemente naquele distrito mais umas Jornadas Parlamentares.

Conhecer mais de perto e de forma mais ampla os múltiplos problemas que afectam os diversos sectores da população com vista a contribuir para a sua resolução, constituiu o principal objectivo destas Jornadas que contaram com a participação dos deputados José Manuel Maia, Apolónia Teixeira, Luís Roque, Lourdes Hespanhol, Joaquim Teixeira, Júlio Antunes e Manuel Filipe.

Acompanhados por dirigentes regionais e outros militantes do Partido, os deputados participaram em cerca de 40 iniciativas, abrangendo seis concelhos, tendo contac-

tado com estruturas sindicais, associações de comércio, da indústria e agricultura, adogas cooperativas, empresas industriais, estruturas de saúde e do ensino, autarquias locais, instituições de Terceira Idade e bombeiros. Os parlamentares do PCP mantiveram ainda diversos contactos com a comunicação social e participaram em três almoços-convívio com dezenas de participantes em Castelo Branco, Tortozendo e Minas da Panasqueira.

Como nota dominante das visitas e contactos efectuados há a registar a receptividade, cordialidade e abertura

ao diálogo, evidenciando-se uma nova postura e o «cair do receio de falar com os comunistas, de discordar ou concordar com eles».

Entre os problemas mais sentidos, o destaque vai para o desenvolvimento regional, questão particularmente sensível a pessoas de todos os quadrantes políticos e em relação à qual aparecem fortes críticas, dirigidas muito especialmente ao Governo pelo abandono a que tem votado o Interior.

De acordo com as opiniões recolhidas, as críticas incidem sobretudo na crescente desertificação e degradação da qualidade de vida, que decorrem desse abandono, e que estão, aliás, patentes no facto de ser cada vez mais difícil fixar e levar quadros qualificados para a região e de o distrito ter as piores es-

tradas do País e os piores eixos de ligação com os grandes centros urbanos.

Entre as conclusões das jornadas, importa ainda referir a contestação dos trabalhadores da Portucel de Vila Velha de Ródão ao processo de privatização encetado pelo Governo, o qual, em seu entender, constitui uma ameaça séria à estabilidade do emprego e aos direitos dos trabalhadores.

No plano dos lanifícios, constatou-se o acentuar da crise do sector com a ameaça real de falência e encerramento de dezenas de empresas e milhares de despedimentos, sendo hoje generalizadas as críticas dos trabalhadores e dirigentes sindicais à política levada a cabo pelo Governo orientada para a destruição deste sector e da produção nacional.

«Comércio do Porto» suspende trabalhadores

A suspensão de 57 trabalhadores da produção que se recusaram a rescindir voluntariamente os respectivos contratos que a administração do «Comércio do Porto» lhes pretendia impor foi classificada pelo deputado comunista António Mota como uma «flagrante ilegalidade e uma violência da legislação em vigor», através da qual se pressiona os trabalhadores a venderem o seu posto de trabalho e a «prescindirem dos direitos que a lei lhes confere».

Para o deputado comunista, que tomou posição sobre o assunto dirigindo um requerimento ao Governo, ao abrigo das disposições regimentais onde pergunta sobre as medidas tomadas no sentido de repor a legalidade, esta acção da Administração, a pretexto de uma alegada modernização da empresa, é «ilegal, desumana e imoral», ilustrando exemplarmente, a seu ver, «a selvajaria e o mercantilismo instalados na imprensa portuguesa».

«A administração pretende ganhar dinheiro à custa da desgraça e do desemprego dos trabalhadores — acusa António Mota — não hesitando sequer em recorrer às mais variadas pressões e manobras sobre cada um dos 57 despedidos suspensos, procurando dividi-los, quebrar-lhes a resistência e a disposição para prosseguirem a luta pelos seus direitos».

PORTUGAL INDEPENDENTE

edições
Avante!

NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional



Nacional

A CNA denuncia

Celuloses «rolam» preços que esmagam agricultores

Segundo um comunicado da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), as indústrias de celulose desceram os preços de rolaria em 10% e, para o início do próximo ano, preparam-se para descer mais 10%, pelo que os agricultores exigem uma intervenção do Governo.

«Aumentam as dificuldades de escoamento de madeiras», denuncia a CNA. «O pagamento feito pelas fábricas ao produtor era a 30 dias e aumentou, em alguns casos, para 90 dias. Aumentaram também as exigências das celuloses nos critérios de classificação das madeiras», situação que se deve, segundo a CNA, a dois factores:

Por um lado, as indústrias

de celulose «serem detentoras de cerca de meio milhar de hectares de terras (por compra ou arrendamento) plantado indiscriminadamente com eucaliptos, ficando assim na posse de boa parte da matéria-prima para a sua laboração».

Por outro lado, «a existência de uma recessão no mercado mundial na compra de papel de pasta».

Assim, a CNA continua a reclamar que os agricultores «deveriam e devem ser livres de plantar nas suas terras aquilo que entenderem; no entanto, em vários casos era-lhes vedada a possibilidade de plantar eucaliptos ou mesmo de fazerem a reconversão das suas matas», assim como continua a condenar a plantação indiscriminada de eucaliptos feita pelas celuloses, alertando ainda «para os perigos das indústrias de celulose se auto-abastecerem com as madeiras das suas matas ou por compra ao estrangeiro, ou mesmo de deixarem de ter interesse pelo nosso país é irem instalar-se

em países onde o crescimento do eucalipto é mais rápido».

A CNA considera que esta situação «se deve ao ex-ministro das celuloses, Álvaro Barreto, e ao actual Governo, por não terem ouvido a CNA e não terem em conta as suas preocupações».

Por isso, a Confederação Nacional de Agricultores «entende ser justo reclamar do Governo uma intervenção nas madeiras, quer aos produtores, quer ainda aos pequenos e médios comerciantes, restabelecendo os preços anteriores aos da última descida».

Austeridade

O dr. Cavaco Silva compareceu perante os ecrãs da RTP para dizer mais ou menos o seguinte: haja o que houver no mundo, por cá tudo continuará na mesma.

No anunciado entender do primeiro-ministro, as incertezas que em todo o Mundo se manifestam quanto às consequências da crise do Golfo são inteiramente descabidas em Portugal. «Mesmo com as dificuldades do Golfo - preopinou - não teremos crise de austeridade no nosso País».

Claro que ninguém, em Portugal ou noutra local, deseja uma crise de austeridade...

Aliás...

A verdade é que mereceria alguma detenção o reflectir sobre o significado do termo, coisa que artém vem a propósito nestas épocas em que se assinam Acordos Ortográficos mais ou menos clandestinos. Na verdade, espalhado por páginas de livralhada tão vária quanto clássica, o termo **austero** conheceu já outras significações diversas da de penúria a que hoje está indissolúvelmente ligado. **Austeras** eram as barbas de D. João de Castro, **austero** era o porte dos dignatários judiciais, **austero** era o estilo de vida dos franciscanos. Ou seja: há uns quantos anos, associava-se mais o adjectivo em epígrafe à morigeração de costumes, à seriedade do comportamento, à verticalidade da postura na vida.

Deste ponto de vista, há que reconhecer que o dr. Cavaco Silva tem toda a autoridade para fazer a rotunda afirmação que proferiu. Imaginar que as patacas de Macau passem a ser **austeramente** governadas, que o eng. Belmiro de Azevedo compareça no Palácio da Bolsa com porte **austero**, que os membros das comissões que atribuíram frequências radiofónicas possam ser classificados de **austeros**, que se possa rotular de **austera** a piscina que o dr. Cavaco Silva mandou construir em S. Bento para os seus semicípios estivais, que o eng. Costa Freire, a dar-se o caso de ser barbado, pudesse ver as suas barbas qualificadas de **austeras**, são, efectivamente, delírios que permitem ao primeiro-ministro ser categórico: enquanto ele governar, austeridades destas, nem pensar.

Mas o dr. Cavaco Silva é um homem destas eras, não se lhe conhecem devaneios pelas «Décadas» de João de Barros nem pelo «Esmeraldo de Situ Orbis»: o dr. Cavaco Silva deleita-se com as eminências mentais do sr. Milton Friedman e práticas políticas da sra. Thatcher - donde, para ele, **austeridade** é obrigar o **povinho** a consumir menos, mediante artifícios como diminuir o poder de compra dos salários e aumentar os preços dos produtos de primeira necessidade - ou fazê-los mesmo rarear no mercado.

E, se facilmente se admite que o prof. Cavaco pode, de ciência certa, afirmar que, pelo que lhe diz respeito, as folhas dos novos e velhos capitalistas portugueses podem seguir, já não se descortina como é que ele pode garantir que o preço do petróleo não vai disparar por aí acima e não se torna realidade o fantasma de uma crise de imprevisíveis consequências que outros economistas menos saltitantes dizem existir.

Num editorial do «Público» o sr. Vicente Jorge Silva enganou-se e redigiu umas linhas acertadas, recomendando ao dr. Cavaco Silva que deixe de fazer aquilo que ele costuma fazer aos seus leitores: tratar os adultos como eternas crianças incapazes de enfrentarem a realidade.

A questão contudo parece ser mais complexa e o envió das obras do dr. Spock ou de Makarenko para o Palácio de S. Bento não deverão seguramente alterar o comportamento do primeiro-ministro. A verdade é que os pais raramente têm necessidade de mentir aos filhos (até as abelhinhas e as flores passaram de moda...), ao passo que não se vislumbra como é que o leader do PSD convencerá o País das bondades da sua governação sem largos exercícios de efabulação, mentiras, inverdades e outras práticas - nada austeras.

No abrir de um ano de eleições, o dr. Cavaco talvez tivesse preferido que jamais se tivesse criado este incómodo de o primeiro-ministro ir à televisão dizer coisas. A ter de dizer, pois então, claro que teriam de ser o acenar de um futuro rosado que, no entender do orador, é o da «aproximação dos padrões europeus». O que é uma formulação de rara conveniências: porque se os padrões europeus mudarem e sofrerem algum impacto negativo no sentido da... austeridade - o dr. Cavaco poderá, austero, afirmar, cofiando o fato de alpaca, à falta de barbas: «Eu bem tinha dito.»

RC

Câmaras de Moura e Serpa advertem: É urgente o Alqueva e um Plano Regional

A defesa de um Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional e a construção da barragem do Alqueva são alguns dos temas tratados na nota de Imprensa aprovada pelas Câmaras Municipais de Moura e Serpa, cooperativas agrícolas de Serpa, Safara e Brinches, Caixa de Crédito de Moura e Associação Técnica dos Olivicultores de Moura.

«O sistema de regadio perfila-se como a principal alternativa viável à agricultura alentejana de sequeiro, de futuro seriamente comprometido pela sua fraca elasticidade concorrencial no âmbito do mercado comunitário», afirma inicialmente a nota, que prossegue:

«O futuro da agricultura alentejana repousa, assim, na implantação de um sistema de regadio. Este, porém, passa inevitavelmente pela construção da barragem de

Alqueva, ou por soluções alternativas igualmente credíveis, capazes de projectar o melhor e mais adequado aproveitamento dos fracos recursos hídricos da região, numa perspectiva de crescimento e de desenvolvimento económico.

«A situação actual da agricultura alentejana exige, por outro lado, a eliminação do profundo desnível verificado entre as verbas existentes no âmbito do PEDAP e as ver-

dadeiras necessidades do sector», assinala o documento.

«Aliás, à luz da situação actual, não pode ser sem apreensão e algum desencorajamento que se olha o futuro da relação entre os custos de produção e os rendimentos agrícolas, devido à pouca competitividade do sector para poder enfrentar com êxito a próxima integração plena de Portugal nas Comunidades Europeias», considera o documento, que afirma mais adiante:

«A encruzilhada de problemas em que se vê a agricultura alentejana, e a zona de Moura, Serpa e Barrancos em particular, revela a importância que assume para o sector a futura elaboração de um Plano Desenvolvimento

Agrícola Regional — PDAR. Este instrumento de planificação, na execução do qual as entidades subscritoras se mostram consensualmente empenhadas, deverá radiografar a realidade da agricultura regional e traçar novos caminhos para o seu futuro». E conclui a nota:

«Trata-se de projectar a reestruturação da agricultura, viabilizando económica e socialmente o sector e o futuro de todos aqueles que dele vivem. Trata-se ainda de revalorizar este fundamental recurso da região e garantir a elevação da qualidade de vida e dos rendimentos dos que, como diz a canção, são «devedores à terra». Para que a terra lhes pague em vida.

Deficientes analisam projectos parlamentares

O Secretariado Executivo da Direcção Nacional Portuguesa de Deficientes analisou o debate dos projectos 545/5, apresentado por independentes, e 550/5, apresentado pelo PCP, concluindo, acerca do debate e votação parlamentares, o seguinte:

«O Projecto de Lei 550/5 apresentado identifica-se com os direitos, interesses e aspirações dos deficientes portugueses.

«O Projecto de Lei 550/5 apresentado configura a ordem jurídica designadamente o n.º 3 do Artigo 71.º da Constituição da República e é convergente com o Plano Orientador da Política de Reabilitação — cap. VII.

«São inconsistentes os argumentos apresentados pela bancada do PSD, porque nem

as associações de deficientes são consultadas regularmente, nem lhes são atribuídos recursos, nem é assegurada a participação democrática, através da disponibilidade dos seus dirigentes.

«É inconsistente a equiparação das Associações de Deficientes às IPSS, porque estas são limitadas por intoleráveis intromissões do Governo, enquanto aquelas são dirigidas segundo a vontade e interesses dos deficientes.

«O Projecto é verdadeira-

mente inovador porque traduz, por um lado, a valorização da intervenção das Associações de Deficientes na Sociedade Portuguesa, por outro, porque permite a defesa dos direitos dos deficientes portugueses.

«O PSD revela deste modo uma concepção redutora, não conhece nem acolhe os mais profundos direitos e interesses dos deficientes portugueses. Revela uma política anti-social sem nenhum fundamento, completamente afastada da realidade. Parece claro o retrocesso no diálogo e clarificam-se muitas limitações e restrições impostas às Associações, aos seus Dirigentes e aos Deficientes Portugueses. São fundamentadas as dúvidas a propósito da vontade do

Governo em regulamentar a Lei 9/89 e aplicar o Plano Orientador da Política de Reabilitação.

«Os deficientes portugueses deploram o comportamento do PSD, quer pela sua atitude no decurso da interpelação parlamentar de 27 de Novembro, quer pelo seu isolado voto negativo à Lei das Associações de Deficientes, quando outros mecanismos regimentais poderiam fazer valer quaisquer alterações se as houvesse.

«Estas circunstâncias permitem avaliar quais os partidos que objectivamente de fendem e promovem os interesses, direitos e aspirações deste heterogéneo grupo social.»

Trabalhadores

Salários

Reclamados 20% de aumento no sector da Construção

No capítulo da acção reivindicativa, o 3.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármoreiros acaba de indicar «aumentos salariais de 20 por cento para o ano de 1991», com produção de efeitos relativos a 1 de Janeiro do ano que vem. Efectuado em Lisboa, como noticiámos, o Congresso da FNSCMM, organização da CGTP, reuniu 180 delegados em representação dos cerca de 400 trabalhadores divididos por quatro sectores de actividade: construção civil e obras públicas, madeiras, mármoreiros e cortiça.

Numa nota à Imprensa de 17 do corrente, subscrita pelo coordenador nacional da FNSCMM e onde não é referida a realização de eleições para os corpos gerentes da Federação, são destacados sobretudo os documentos aprovados, com relevo para uma **plataforma de acção**. Aprovado por unanimidade como o anterior, um outro documento trata do **plano de acção imediata** em que se

destacam as reivindicações. Da acção reivindicativa destacamos a **precarização do emprego**, que o documento assinala ao referir-se ao necessário combate aos esquemas de trabalho a termo, temporário, à hora, a metro, à peça e infantil. Reivindica também a FNSCMM a **redução do horário de trabalho** para o máximo de 40 horas semanais a partir de 1991; aumento das

pensões de reforma para o mínimo de 55 por cento. A nota assinada pelo coordenador da Federação, de-

pois de sumariar questões como a unidade orgânica e sindical, «mutações em constante desenvolvimento no sector», evolução da estrutura sindical, etc., destaca num ponto à parte a abordagem do «**direito ao trabalho e emprego** para o que faz «um levantamento da situação nos vários sectores» (ver quadro nesta página).

A plataforma aprovada no 3.º Congresso da FNSCMM, em que se baseia a nota enviada aos órgãos da comunicação social, dá ainda notório realce à necessidade de combater o **emprego precário** nos vários sectores abrangidos.

Quanto ao **plano nacional de habitação**, o Congresso pronunciou-se neste sentido:

- Lançamento de novos concursos de habitação social.
- Aumento dos *plafonds* das instituições de crédito para que possam financiar a construção de novas habitações, a recuperação de

imóveis degradados, a aquisição e autoconstrução de casa própria.

- Uma verdadeira política de solos, de modo que o preço final da habitação desça

- Utilização máxima das componentes nacionais para a construção de habitação social.

Para o Congresso, o plano nacional de habitação deve ser elaborado imediatamente. Deve ser tida em conta a Resolução das Nações Unidas. Para a ONU, no ano 2000 todos devem dispor de habitação condigna.

Na documentação do Congresso da FNSCMM é dada ainda atenção à emigração e aos emigrantes. A dado passo, refere-se que:

«Tendo em conta a política internacional seguida pela Federação, as questões que se colocam aos trabalhadores com o Acto Único Europeu e política das migrações mereceu especial destaque». Continuando a citar a nota do coordenador do conselho nacional, José Dinis, datada de

17 do corrente, «os emigrantes portugueses que vendem a sua força de trabalho nos vários países e as situações que se lhes irão colocar com a política da CEE; os imigrantes a trabalhar em Portugal — Portugal, para além de ser um exportador de mão-de-obra, também é um País receptor de mão-de-obra que é exposta às maiores barbaridades cometidas pelos empresários sem escrúpulos e também pelos grupos neo-nazis, uma vez que se trata na sua esmagadora maioria proveniente de África» — assuntos que também mereceram «especial destaque» no Congresso da Federação.

O mesmo aconteceu com a higiene e segurança no trabalho e com temas de ordem geral como o novo «pacote» de legislação sobre o trabalho e o emprego, bem como outras questões nacionais — «a situação degradante que se vive no País e a consequente perda do poder de compra», por exemplo entre o pessoal dos sectores representados pela FNSCMM.

Trabalhadores por conta d'outrem declarados e não declarados

Sectores Actividade	Empresas Declaradas	Trabalhadores Declarados	Trabalhadores C/outrem	Trabalhadores Não declarados
Const. Civil	12 475	168 793	290 700	121 907
Madeiras	6 377	65 202	85 000	19 798
Mármoreiros	1 105	13 673	15 000	1 327
Ped. Granito	230	2 907	5 800	2 893
Ind. Cortiça	702	13 741	16 000	2 259
TOTAIS	20 889	264 316	412 500	148 184

Fontes: Quadros pessoal MESS/Federação NSCMM



A construção civil atinge proporções que esta foto de arquivo documenta. Mas trabalhadores e sindicatos revelam bom conhecimento dos problemas e propõem soluções

A Automática atrasa-se

A direcção do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), com sede em Lisboa, revelou que em 20 do corrente ainda estavam por pagar os subsídios de Natal aos trabalhadores da Automática Eléctrica Portu-

guesa (AEP). De acordo com o contrato colectivo de trabalho, esses subsídios deveriam ser liquidados até dia 15, o mais tardar.

Os trabalhadores vítimas do atraso deram um prazo à administração da empresa

para pagar aqueles subsídios até 21 do corrente. Reunidos em plenário, aprovaram uma «acção de luta» — acrescenta o SIESI — a efectivar se a empresa não respeitar o prazo estabelecido.

A AEP pertence ao grupo Centrel. Recentemente (embora tenha trabalhadores em «lay-off»: suspensão temporária com salários reduzidos (90 encontram-se nessa situação) encomendou trabalho, no valor de 62 mil contos, fora da AEP.

Segundo o plenário e o SIESI, os trabalhadores da Automática mostram-se convictos de que «a administração e os accionistas» querem, com situações deste tipo, «desgastar psicologicamente os trabalhadores para que estes se desvinculem da empresa».

A AEP emprega cerca de 900 trabalhadores e têm instalações em Cabo Ruivo e Prior Velho, na região de Lisboa.

Salários «parados» nas Universidades

Subscrito pelo coordenador nacional do ensino superior, no âmbito da Fenprof, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa distribuiu com a data de 19 do corrente este comunicado:

«O Ministério da Educação está para elaborar desde Maio passado uma proposta de reescalamento salarial dos docentes e investigadores do ensino superior, no quadro da transição para o novo sistema retributivo (NSR).

«A Fenprof enviou, há mais de seis meses, ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado do Orçamento a sua proposta que, conforme tinha sido acordado com o secretário de Estado do Ensino Supe-

rior, seria negociada a tempo de ser aplicada em 1 de Julho de 1990.

«Estamos em vésperas do terceiro momento do faseamento da transição para o novo sistema retributivo (Janeiro de 1991) e ainda não se conhecem as propostas do ME sequer para o segundo momento, que deverá ser reportado a 1 de Julho de 1990.

«A todas as diligências feitas, nomeadamente no âmbito das negociações salariais referentes à Administração Pública, não há qualquer resposta do Ministério da Educação. Tendo já sido publicado em «Diário da República» o regime de descongelamento das carreiras do regime geral, a

Fenprof entende que este adiamento revela incapacidade negociada da parte do ME e representa objectivamente uma subalternização dos docentes do ensino superior, no quadro da Administração Pública.

«Esta situação está a provocar um grande descontentamento entre os docentes e investigadores.

«A Fenprof apela aos colegas para que, individualmente e em grupo, reclamem junto do Ministério e tomem posição sobre esta matéria dando-a a conhecer aos órgãos de comunicação social.

«A Fenprof continuará a intervir junto do Ministério da Educação.

«Ganância desmedida»

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CESSUL), com sede em Setúbal, aconselha os trabalhadores, que porventura tenham que trabalhar «quinze dias consecutivos sem descanso», como pretendem «alguns comerciantes» — atitude «reveladora de uma ganância desmedida» — a não deixar que a Lei seja desrespeitada, pois no caso de «uma directiva de 15 dias» têm direito a «um descanso e ainda a mais o pagamento em triplicado do domingo», designadamente o domingo imediatamente anterior à véspera do Natal.

A direcção do CESSUL sublinha que «irá solicitar à Inspeção do Trabalho uma fiscalização rigorosa das condições de prestação do trabalho extraordinário do domingo 23».

PCP

Montijo

A participação das mulheres na vida do concelho

No seguimento do Seminário «A Mulher na Comunidade Local», recentemente realizado em Lisboa pelo PCP, uma delegação da Organização das Mulheres Comunistas encontrou-se, a seu pedido, com a Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Jacinta Ricardo.

A delegação considerou o encontro bastante positivo. A Presidente da Câmara manifestou a sua total compreensão para com as preocupações do PCP e a sua vontade de contribuir para a elevação da participação das mulheres na vida política, económica, social e cultural local e, assim, para a melhoria das condições e da qualidade de vida.

Jacinta Ricardo manifestou a sua disposição em levar à

sessão da edilidade as conclusões do Seminário e revelou a perspectiva de abrir no próximo ano um Gabinete de Atendimento às Mulheres, de divulgar um estudo que está a ser desenvolvido sobre o Emprego Feminino no concelho do Montijo e ainda de encontrar a forma de criar na Biblioteca Municipal um Centro de Documentação sobre a problemática feminina, para apoio ao estudo e investigação sobre a Mulher.

Salário médio inferior ao dos homens

Ainda a propósito dos problemas relacionados com a mulher, saliente-se o vasto conjunto de documentação e as intervenções que nas Assembleias das Organizações do PCP têm abordado essa temática.

Por exemplo, a Resolução Política aprovada na recente 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP caracteriza assim os problemas específicos deste sector da população:

As mulheres, cujo papel assume cada vez maior importância, vêm a sua situação agravada de forma particular pela acentuação de discriminações e pelo facto de sobre elas incidirem de forma mais gravosa e brutal as consequências várias da política do Governo.

Principais atingidas pelo desemprego e pela precarização do emprego, elas são igualmente afectadas por discriminações profissionais e salariais, traduzidas na baixíssima percentagem de mulheres em lugares de direcção e de chefia, e no facto de o seu salário médio ser inferior ao dos homens em 29%.

A não concretização do princípio constitucional da maternidade e da paternidade como valores sociais; as carências de infra-estruturas e equipamentos de apoio à família; a degradação dos serviços de saúde e de outros serviços sociais; o aumento dos fenómenos da marginalidade e da insegurança — são situações que incidem de forma particular no agravamento das condições de vida das mulheres.»

Afirmações de Otelo Saraiva de Carvalho Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP

Relativamente a afirmações de Otelo Saraiva de Carvalho constantes da entrevista publicada por «O Jornal», no passado dia 21, o Gabinete de Imprensa do PCP considera necessário salientar:

1. Otelo Saraiva de Carvalho volta a insistir, pela enésima vez, em efabulações contra o PCP que, de tão gastas e desacreditadas, não merecem sequer novo desmentido ou rejeição.

2. Afirmando Otelo Saraiva

Universidade de Trás-os-Montes

...um quotidiano atribulado

Vários problemas (com o alojamento, alimentação e funcionamento dos cursos, entre outras questões) têm afectado o dia-a-dia dos estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Em contacto com os órgãos da Comunicação Social, o colectivo da Juventude Comunista Portuguesa daquela Universidade sintetiza aqueles problemas, lembrando a propósito que as soluções terão sempre de passar pela unidade, convergência e mobilização dos princi-

pais interessados — os estudantes.

Do conjunto de problemas que afectam os alunos da UTAD, vejamos o breve apêndice com que os universitários comunistas comentam as «perturbações nos diversos cursos»:

«Se és de Letras, Florestal ou de Electrotecnia já te apercebeste que nem tudo corre bem...»

«Em Letras querem-nos mudar os métodos de avaliação e ao que parece para bem pior.

«Em Florestal alteram-nos os currículos impedindo a ocupação total dos créditos e fazendo com que alguns reclussem um ano.

«Em Electrotecnia o problema é a falta de material didáctico e de professores qualificados.

«Para além disto, a maioria dos alunos do 5.º ano encontra sérias dificuldades ao tentar arranjar um estágio.

«Não será isso também uma obrigação da UTAD?»

«Perante tudo isto acham que a UTAD conseguirá atingir uma das suas principais metas — formar quadros profissionais competentes que promovam o desenvolvimento da região de Trás-os-Montes e Alto Douro?»

«Todos estes problemas poderiam ser resolvidos se os representantes da Associação Académica e no Conselho Pedagógico tivessem uma intervenção mais activa e menos folclórica.»

de Carvalho que o «juiz Maximiano» «é membro suplente do Comité Central do PCP», considera-se necessário esclarecer que nenhum «juiz Maximiano» faz parte do Comité Central do PCP, órgão que nem sequer é integrado por qualquer juiz ou por qualquer membro do Partido que se chame Maximiano.

Ponto final.
21.12.90

O Gabinete de Imprensa do PCP

Camaradas Falecidos

António Malaquias

Com 81 anos, faleceu o nosso camarada **António Malaquias**, de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, que foi trabalhador naquele Município.

Manuel António Valeriano

Natural de Campo Maior e emigrante na Bélgica há longos anos, faleceu o camarada **Manuel António Faria Valeriano**. Residia em Bruxelas, onde era muito estimado pela comunidade portuguesa, assídua frequentadora do seu café, local habitual de convívio democrático.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Fevereiro, mês de Assembleia em Portalegre

No distrito de Portalegre trabalha-se com entusiasmo na preparação da 4.ª Assembleia da Organização Regional do PCP, marcada para 24 de Fevereiro de 91. A Direcção Regional em funções já aprovou o anteprojecto de Resolução Política e os critérios de composição e funcionamento da nova DORPOR.

Évora: regozijo pela acção dos deputados comunistas

Na sua primeira reunião após a recente 2.ª Assembleia da OR, o Executivo da Direcção Regional de Évora do PCP procedeu à distribuição de funções entre os seus membros e analisou vários aspectos da situação nacional e regional. Em contacto com o «Avante!», aquele órgão executivo refere:

«Analisados os resultados do debate do Orçamento de Estado para 1991 os comunistas condenam a atitude do PSD que votou contra as propostas do PCP visando o aumento do investimento central do distrito e a implementação de importantes projectos para o progresso da Região. O PCP rejeita igualmente a posição de abstenção do PS que revela assim não ter propostas nem se querer comprometer com o desenvolvimento do distrito de Évora.»

Entretanto, a DORÉVORA congratula-se pelas propostas que os deputados do PCP apresentaram e que conseguiram fazer aprovar durante o debate na especialidade, destacando-se a que permite a devolução aos agricultores da totalidade do IVA pago sobre o gasóleo, o que se traduzirá, a partir de Janeiro próximo, num benefício de 4\$00 por litro; e a que

mantém como custos de exercício o valor da remuneração própria dos pequenos empresários a seus familiares ou a que obriga a Administração Fiscal a devolver aos contribuintes, no prazo máximo de três meses, a diferença entre o IVA pago e o IVA devido.

Setúbal: quem defende o desenvolvimento...

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, na primeira reunião após a sua eleição na recente Assembleia da Organização Regional, elegeu os seus organismos executivos — o Secretariado e o Executivo da DORS, decidiu sobre as suas competências e definiu a estrutura organizativa para o trabalho de direcção do Partido, a nível distrital. Desta estrutura fazem parte 34 comissões e grupos de trabalho junto da DORS, que abarcam as diversas áreas de actividade política, económica, social e cultural no distrito.

Na análise à situação política a DORS salientou que, relativamente à proposta do Governo para o Orçamento de Estado para 1991, os portugueses, mais uma vez, não devem contar com a melhoria do bem-estar que Cavaco Silva promete, mas com mais inflação, maiores impostos (directos e, sobretudo, indirectos) e a diminuição real das verbas do OE nas áreas da habitação, saúde, ensino e autarquias.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado para 1991, confirmam a real opção de classe do Governo PSD: a concentração da riqueza nos grupos monopolistas e o agravamento da situação das classes trabalhadoras e das camadas sociais mais desfavorecidas.

A DORS destaca a contribuição e o esforço dos deputados do PCP do distrito de Setúbal, que se traduziu na apresentação de 36 propostas de alteração ao OE para

1991, visando a resolução de graves problemas existentes no nosso distrito.

As propostas apresentadas envolvem projectos de intervenção em diversas áreas. Com a sua intensa actividade os deputados do PCP, que foram os únicos que apresentaram propostas para o desenvolvimento do distrito de Setúbal e o bem-estar da sua população, a serem incluídas no Orçamento do Estado para 1991, demonstraram mais uma vez o conhecimento que têm dos problemas do nosso distrito, o qual resulta de um estreito contacto com as populações e as suas organizações representativas e a constante preocupação pela defesa dos seus interesses, sublinha a DORS, que acrescenta a sua profunda preocupação pelo facto de o PSD na sua atitude sectária e intransigente ter rejeitado as propostas apresentadas. A DORS lamenta a posição do PS, que não tendo apresentado qualquer proposta para o distrito, se absteve sobre todas as propostas dos deputados do PCP. Esta atitude do PS em relação ao nosso distrito, coloca-o, mais uma vez, como um Partido imobilista, sem projectos para o desenvolvimento regional e desconhecedor das necessidades e desejos das populações, sublinha a DORS, convicta de que os deputados comunistas eleitos pelo distrito de Setúbal continuarão a lutar pela concretização dos projectos apresentados, os quais correspondem às justas aspirações da população e são indispensáveis para o desenvolvimento regional.

Guarda: consequências do abandono

A realidade económica e social do distrito é preocupante e agrava-se de dia para dia, colocando-o cada vez mais longe dos distritos mais desenvolvidos.

Prosseguindo a asfixia financeira das autarquias locais, o Governo pretende diminuir as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para a maioria dos Municípios do Distrito (menos 84 000 contos em 8 concelhos) — salienta uma nota divulgada recentemente pela Direcção Regional da Guarda (DORG) do PCP, que acrescenta:

«Outro exemplo, que vem confirmar as nossas análises, é a proposta das verbas do PIDDAC para o Politécnico da Guarda onde são cortados 288 mil contos em relação ao que estava aprovado no O. E. de 1990. De realçar que a maior quebra é na Acção Social (subsídios aos alunos, etc.) que passa de 140 000 para 19 000 contos.

«Outras propostas do OE são lesivas para a grande maioria da população, como por exemplo o aumento da cobrança do IRS em mais 58,5 milhões de contos, desmentindo cabalmente as promessas de desagravamento fiscal feitas pelo Governo PSD/Cavaco Silva.»

Noutra passagem do seu documento, aquela Direcção Regional do PCP comenta:

«Sectores de actividade dominantes no distrito como a agricultura, têxtil e as pequenas e médias empresas, continuam objectivamente arredados do acesso aos fundos estruturais comunitários e aos apoios técnicos que lhes permitam avançar para a modernização e aumentos de produtividade. Os deputados comunistas no Parlamento Europeu propuseram uma resolução sobre o sector têxtil, solicitando um Programa Específico de Financiamento à reestruturação e modernização desta indústria, aprovada na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, em Bruxelas, abrindo assim, largas possibilidades da sua concretização, se as autoridades portuguesas o não descurarem.»

Orçamento não serve a agricultura

■ Lino de Carvalho

1991 vai ser um ano determinante para o futuro próximo da agricultura portuguesa. Inicia-se a 2.ª etapa do período de transição para a plena integração comunitária, começa-se a sofrer o impacto das medidas liberalizadoras decorrentes da revisão dos acordos do GATT.

Esperar-se-ia, pois, que o Orçamento de Estado para 1991 fosse um Orçamento reforçado, que servisse de alavanca ao necessário impulso que o sector necessita e que compensasse o facto — hoje reconhecido por todos menos pelo Governo — de, no final dos primeiros cinco anos de integração comunitária, a agricultura portuguesa estar longe de ter sofrido as modificações estruturais que se impunham apesar dos vultuosos meios financeiros mobilizados e, entretanto, desbaratados. Bem pelo contrário. Estamos perante o pior Orçamento para a agricultura após a integração comunitária.

Aparelho pesado

No que se refere ao Orçamento geral do Ministério há uma diminuição das Despesas de Capital o que significa que o Governo se demite de reforçar a capacidade do Ministério para intervir e apoiar o urgente processo de transformação do agros nacional. O que crescem são as despesas correntes visando continuar um aparelho pesado que não responde às necessidades dos agricultores.

Quanto aos investimentos do Plano (inseridos no PIDDAC, e que no Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação assumem um papel determinante), há uma diminuição real de 4%. Dos 23,7 milhões de contos disponíveis no PIDDAC/90 desce-se agora para 22,7 milhões de contos.

Esta quebra das verbas à disposição da agricultura vai agravar a incapacidade de resposta do Ministério, já sentida em 1990, para aprovar e fazer avançar projectos de investimento apresentados ao abrigo dos apoios comunitários.

O que se tem passado com o Plano de Acção Florestal (P.A.F.) é paradigmático: projectos avançados, compromissos assumidos, encargos realizados, tudo a esbarrar com a falta de verbas que garantam as contrapartidas nacionais.

Dotações insuficientes

A situação não vai melhorar em 1991. Antes pelo contrário. Basta dizer que as verbas previstas no O.E. para o P.A.F. (1,1 milhão de contos) não são sequer suficientes para responder aos 1700 processos que estão, neste momento, bloqueados no Ministério.

Em praticamente todos os programas com apoios comunitários quebram os valores previstos em 1990, no âmbito das previsões plurianuais.

No conjunto do PEDAP de uma previsão de investimento de 6,9 milhões de contos (apontados no OE.90 para 1991) só emergem agora 6,1 milhões de contos.

No total do PIDDAC Apoios (que integra as contrapartidas nacionais para os programas comunitários) o O.E. para 1991 tem uma quebra de 18% em relação à previsão plurianual prevista em 1990.

Sabe-se que muitos dos programas estão com taxas

de execução muito baixas. Outros arrastam-se indefinidamente.

Os atrasos nos pagamentos aos agricultores são múltiplos: é o PAF, mas também os Agrupamentos de Defesa Sanitários, as ajudas à produção de azeite ou as indemnizações por abate sanitário de gado.

A situação é, pois, preocupante devido à insuficiência das dotações referentes à contrapartida nacional de vários regulamentos comunitários. Corremos assim o risco de desperdiçarmos as verbas e os Programas Comunitários que estão à disposição da agricultura portuguesa.

Protesto generalizado

Não é pois de estranhar que o descontentamento, o protesto e a luta se estejam a instalar entre os agricultores e as suas organizações, de Norte a Sul.

Estamos perante um Orçamento de contenção (para usar as prudentes palavras do próprio Ministro da Agricultura), haverá no próximo ano ainda uma maior selectividade na aprovação de projectos e no acesso dos agricultores aos apoios ao investimento.

Outros apoios vão continuar a cair vertiginosamente. O caso do subsídio de gasóleo é talvez o mais expressivo:

Portugal é, de todos os países da Comunidade, o que tem o gasóleo mais caro para a agricultura e em geral os factores de produção têm um preço 30% a 40% mais elevados.

A base de cálculo do subsídio (21\$50 por litro) não se altera desde 1985 e, desde então, o seu preço aumentou quase 50%. Já deveria estar hoje, pelo menos, em 31\$50 por litro. Mas as verbas previstas no Orçamento do INGA só dão para um aumento até 27 ou 28 escudos quando, ainda por cima, o Governo anuncia no Orçamento de Estado um próximo aumento do preço do gasóleo em resultado da extinção do imposto de compensação. O acréscimo do subsídio mal dará para cobrir o aumento do preço do gasóleo que aí vem.

Outras medidas que o Governo propagandeou no Verão não encontram eco no Orçamento. É o caso da prevenção e combate aos fogos florestais. Quando no Verão o PCP alertou o País para a grave situação, quando a floresta ardia e as populações atentas o Governo desdobrou-se em entrevistas a anunciar mundos e fundos.

Afinal é uma mão cheia de nada: as verbas para os bombeiros baixam em termos reais e no Ministério da Agricultura, destinam-se uns ridículos 100 mil contos para a prevenção, enquanto desce o orçamento privativo para DGF que, na falta de um programa concertado, tem servido para apoiar algumas acções de prevenção e detecção.

No seu conjunto o Orçamento não responde, pois, às necessidades da agricultura nacional.

Novas dificuldades

A situação é tanto mais grave quanto a agricultura portuguesa está hoje mais exposta face à agricultura comunitária.

É que as negociações que o Governo e o MAPA conduziram, relativas à 2.ª etapa da adesão e os acordos de revisão do GATT, não servem os interesses nacionais.

Aplicação desde já de disciplinas de produção em áreas

em que somos deficitários como os cereais sem, entretanto, se ter preparado e negociado um programa alternativo de apoio ao reordenamento das culturas, à reconversão e ao desenvolvimento de culturas alternativas.

Aplicação de taxas de co-responsabilidade em produções em que somos altamente deficitários como os cereais, o que significa que os agricultores portugueses vão pagar os excedentes gerados noutros países.

Aplicação desde já de normas de qualidade para as frutas o que vai pôr em perigo 60% da produção nacional.

Aplicação irrestrita das OCM's (Organizações Comuns de Mercado), não se tendo negociado a derrogação da aplicação a Portugal de algumas disciplinas e regulamentos comunitários, como no caso do leite, dos cereais, frutas e da carne de bovino.

Não aplicação, até ao momento, a Portugal da ajuda ao consumo de azeite quando os portugueses pagam o azeite mais caro da Comunidade e os nossos olivicultores recebem a ajuda mais pequena da Comunidade.

Não aproveitando das derrogações previstas no artigo 372.º do Tratado de Adesão que nos permitiriam reter os MCA's (Montantes Compensatórios de Adesão) referentes aos cereais por um prazo de 2 anos o que se vai traduzir em transferências evitáveis do Orçamento de Estado para o Orçamento da Comunidade.

Diminuição em 30% dos apoios à agricultura em resultado do GATT, caso as negociações cheguem ao fim.

A agricultura portuguesa que viu agravar o seu deficit em quase 20%, que vê os rendimentos dos agricultores baixarem vai, assim, deparar-se a breve trecho com novas dificuldades a que o Governo não está a dar resposta.

Isto mesmo está referido nas conclusões do recente relatório que o Parlamento Europeu aprovou sobre as propostas relativas à 2.ª etapa da adesão. Citamos: «As medidas propostas... para a 2.ª etapa de adesão... repercutir-se-ão, sem dúvida, de forma ne-



gativa nos rendimentos dos agricultores portugueses... a actual política restritiva dos preços comunitários fará com que os preços portugueses acabem também por descer... Com o início da 2.ª etapa Portugal vai pagar proporcionalmente mais ao FEOGA do que

fora previsto nas negociações de adesão».

É assim evidente que, face a este quadro, o Orçamento para 1991 não presta e vai contribuir para o agravamento das dificuldades com que se debatem a agricultura e os agricultores portugueses.

Rectificação

Um lapso técnico alterou no último número do «Avante!» o sentido de uma passagem do artigo de Ilda Figueiredo sobre o Orçamento do Estado para 1991.

Aconteceu no penúltimo parágrafo e o texto correcto é o seguinte: «E então são as sucessivas subavaliações do IVA, o não cumprimento reiterado da Lei de Finanças Locais, a não compensação das isenções fiscais dos impostos cuja receita reverte para as autarquias, a transferência de novos encargos na educação sem a correspondente transferência de meios financeiros».

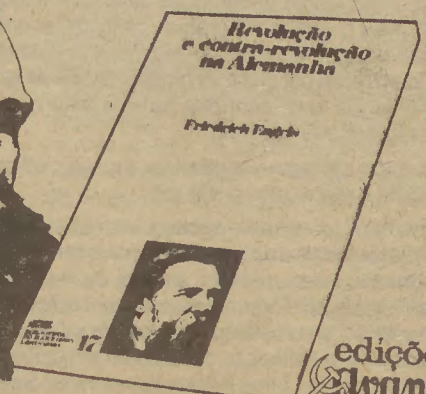
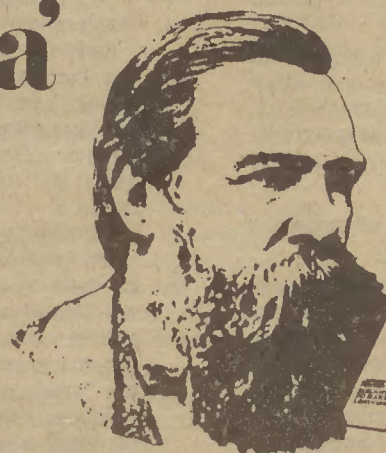
Mais à frente, no mesmo parágrafo, o valor correcto é de 180 milhões de contos e não de 100 milhões como estava no texto publicado na semana passada.

Pelo facto pedimos desculpas aos nossos leitores e à autora do artigo.

COLEÇÃO BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

Revolução e contra-revolução na Alemanha

Friedrich Engels



edições Avante!

Comunidade Europeia

Desemprego baixa na Comunidade mas aumenta em Portugal

A taxa de desemprego no espaço da Comunidade Económica Europeia baixou entre Abril de 1989 e Abril de 1990 em todos os países, com excepção de Portugal e da Dinamarca, onde aumentou de 4,9 para 5,1 por cento e de 7,7 para 7,9 por cento, respectivamente.

Estes dados foram recentemente divulgados pelos serviços de estatística da Comunidade, segundo os quais o desemprego entre os jovens, apesar da tendência para baixar, continua a ser bastante elevado.

O serviço de estatísticas da Comunidade, segundo a *Agence Europe*, procedeu à análise da evolução do desemprego nas regiões do espaço comunitário no período compreendido entre Abril de 1989 e o mesmo mês do corrente ano, comparando essa evolução com a média comunitária, que baixou de 9 para 8,3 por cento.

O estudo revela que nove em cada dez regiões apresentam índices de desemprego mais baixos.

As únicas excepções são Portugal e a Dinamarca, onde o desemprego aumentou em todas as regiões.

Na análise dos índices mínimos e máximos de desemprego por regiões, dentro de cada país, verifica-se que, no respeitante a Portugal, a região com menor taxa de desemprego é a dos Açores (2,8 por cento), enquanto o

maior índice de desemprego se regista no Alentejo (12,4 por cento).

Recorda-se, a propósito, que nos contestados planos de desenvolvimento regional, o Alentejo é justamente o que menos investimentos mereceu por parte do executivo de Cavaco Silva, aparentemente apostado na desertificação populacional daquela zona do país e da sua transformação em região de exploração intensiva de eucaliptos e ponto de passagem rápida para outras regiões comunitárias.

Desemprego afecta os jovens

Os dados estatísticos agora divulgados revelam ainda que as grandes disparidades existentes entre regiões

não evoluíram de forma significativa entre 1989 e 1990, situando-se a taxa máxima de desemprego acima dos 15 por cento e a mínima abaixo dos 4 por cento.

As diferenças entre desemprego masculino e feminino parecem, entretanto, estar a diminuir. O desemprego masculino passou de 7,2 para 6,5 por cento, enquanto o feminino passou de 11,8 para 11,1 por cento. Em todas as regiões, com excepção da Grã-Bretanha, a taxa de desemprego masculino é inferior à taxa de desemprego feminino. A diferença, apesar de ter diminuído ligeiramente, continua a ser muito elevada. Com efeito, em Abril de 1989, o desemprego entre as mulheres era pelo menos quatro vezes mais elevado do que o dos homens, em seis regiões da Comunidade, entre as quais Portugal. A situação mantinha-se no respeitante ao corrente ano.

Os jovens continuam a ser a camada mais afectada pelo desemprego, apesar deste ter baixado de 17,3 para 15,5 por cento entre Abril de 1989 e Abril de 1990.

A nível regional, o desemprego entre os jovens aumentou em 21 regiões, das quais 14 portuguesas e britânicas.

De sublinhar que em cinco regiões da Comunidade (quatro italianas, Ceuta, e Melilla), mais de metade dos jovens activos estão sem emprego!

A nível comunitário, o desemprego entre os jovens representa mais do dobro da registada na camada com 25 anos ou mais; em 14 por cento das regiões, chega mesmo a ser três vezes mais elevada e, nos casos extremos, cinco vezes superior. O inverso apenas se verifica na Alemanha, onde as taxas de desemprego dos jovens são inferiores às dos desempregados mais velhos em cerca de 80 por cento das regiões.

As estatísticas revelam ainda que as taxas de desemprego nas regiões escolhidas para beneficiarem de financiamentos de combate ao atraso de desenvolvimento, no âmbito do programa regional comunitário, registaram uma evolução diferente daquela verificada nas regiões não abrangidas. A diferença entre os dois grupos de regiões aumentou entre 1983 e 1989. Nas regiões não abrangidas por aquele programa, o desemprego aumentou de 9 por cento em 1983 para 9,8 por cento em 1984 e 1985, baixando depois para 6,9 por cento em 1990. Por seu turno, nas regiões abrangidas pelo programa regional, o desemprego continuou a aumentar entre 1983 e 1988, passando de 12,2 para 15,7 por cento, baixando para 14,3 por cento em 1990. Nestas regiões, a taxa global de desemprego, quer para as mulheres quer para os jovens, continua no presente ano superior à registada em 1983, ao passo que nas restantes regiões se verificou o inverso.

Dados curiosos, a exigir das autoridades uma análise aos chamados programas de desenvolvimento regional e suas consequências para as populações.



Segundo estatísticas da CEE, o desemprego aumentou em Portugal entre Abril de 1989 e Abril de 1990, atingindo o seu valor máximo (12,4%) no Alentejo

Fundos estruturais e política regional

As autoridades portuguesas costumam anunciar, com alarde, o manancial de verbas comunitárias que o País recebe da Comunidade graças à sua "esforçada" acção, às "hábeis" negociações levadas a cabo, ao "inquestionável" rigor com que são elaborados e executados os projectos de "modernização", aos "sucessos" da política económica do Governo.

Na esmagadora maioria dos casos, as críticas feitas pelos mais diversos quadrantes políticos, económicos e sociais são ignoradas ou, no mínimo, remetidas para o rol das imensas injustiças e incompreensões de que o executivo se diz alvo, sem que todavia isso o impeça de prosseguir o seu caminho.

Quando os factos contrariam as suas afirmações a resposta é regra geral o silêncio.

Pois bem, justamente agora que tanto se fala das assimetrias regionais e da importância crescente dos Fundos Estruturais, veio a público, através da *Agence Europe*, uma informação deveras preocupante. Na sua edição do passado dia 17, o boletim informa que a Comissão europeia decidiu a atribuição de importantes financiamentos do FEDER e de outros fundos estruturais comunitários.

Tais verbas, cujo total ultrapassa os quatro mil milhões de Ecus, destinam-se ao desenvolvimento das regiões atrasadas, primeiro objectivo da política regional, e à reconversão das regiões em declínio industrial, segundo objectivo da mesma política.

Portugal, como se sabe, é considerado a nível comunitário como uma das regiões de maior atraso.

Acontece porém que na lista de distribuição dos referidos financiamentos não consta Portugal. De facto, a *Agence Europe* informa que a Dinamarca vai receber 17 milhões de Ecus, a Espanha 2,176 milhões, a França 36 milhões, a Grécia 209 milhões, a Irlanda 76 milhões, a Itália 1,337 milhões e a Grã-Bretanha 121 milhões de Ecus.

Nem uma referência a Portugal.

Uma notícia a exigir, no mínimo, um esclarecimento por parte do executivo. Sobretudo tendo em conta que, nas discussões do Orçamento comunitário para o próximo ano, foi notória a tendência para se proceder a uma redução dos fundos estruturais, em particular nos casos em que verbas anteriormente atribuídas não tinham sido aplicadas, como aconteceu em Portugal, por inteira responsabilidade do Governo.

Campo de Tiro de Alcochete

A Comissão das Comunidades considera que as informações das autoridades portuguesas sobre o Campo de Tiro de Alcochete não são satisfatórias, pelo que vai decidir sobre as medidas a tomar nesta matéria. Esta, em síntese, a resposta a uma pergunta escrita feita por Carlos Carvalhas, antes de deixar o Parlamento Europeu, a propósito das graves ameaças ecológicas ao estuário do Tejo devido ao projecto de ampliação do campo de Tiro de Alcochete.

Segundo informa o comissário Ripa di Meana em nome da Comissão, após ter recebido a denúncia referente ao projecto aquele organismo pediu informações ao Governo; como a resposta não foi «plenamente satisfatória», a Comissão deve pronunciar-se em breve «sobre o seguimento a dar ao processo de infracção».

Projecto FORD

Foi recentemente anunciado que a CEE poderia vir a canalizar mais de cem milhões de contos para Portugal a fim de co-financiar 70 por cento dos incentivos que o Estado português se propõe dar para a realização do projecto FORD/VW. O referido projecto - a instalar na região de Palmela - implica um investimento global da ordem dos 400 milhões de contos, e tem vindo a gerar grande polémica quanto às suas possíveis vantagens e desvantagens.

Uma questão, no entanto, tem sido escamoteada: quais as implicações desse financiamento comunitário? Uma preocupação a que Sérgio Ribeiro deu voz, questionando a Comissão se a canalização dos tais cem milhões de contos «poderá ter por consequência retirar meios de incentivo para outros projectos ou programas de desenvolvimento e quais os que poderão ser prioritariamente atingidos por este eventual "desvio de verbas"?». Uma questão sobre a qual o executivo tem mantido um discreto silêncio.

O ministro das Finanças, a inflação e os erros

Para 1991, o Governo português estimou a inflação em 11 por cento, ou menos; os documentos da Comissão das Comunidades, por seu turno, prevêem para o nosso país uma taxa de 12,6 por cento para a inflação do próximo ano. O executivo de Cavaco Silva não solicitou a revisão daquela estimativa, mas o ministro das Finanças veio a público explicar a diferença, considerando-o fruto de "três erros da Comissão".

O primeiro "erro" terá sido o da Comissão ter «admitido uma desvalorização da taxa de câmbio do escudo português superior à que se irá verificar»; o segundo, o de «ter estimado um crescimento da tributação indirecta de 19 por cento quando a estimativa do Governo português não passa dos 13,5 por cento»; e finalmente, «não ter levado em conta o Acordo Económico e Social assinado por quase todos os parceiros sociais».

Para além do ministro não parecer levar em conta os sucessivos enganos do Governo com as taxas de inflação, importa saber se a Comissão aceita esse qualitativo de erros e como os justifica. Uma pergunta de Sérgio Ribeiro a aguardar resposta.

Assimetrias regionais e Barragem do Alqueva

O quarto relatório periódico apresentado pela Comissão sobre a situação económica e social das regiões refere que «os rendimentos por cabeça, nas dez regiões em piores condições concentradas em Portugal e na Grécia, permanecem numa média de apenas um terço dos das dez melhores, localizadas no Norte». Trata-se, naturalmente, de um facto muito negativo para o objectivo da coesão económica e social, que contraria a dinâmica de convergência para tal objectivo e coloca com uma urgência cada vez maior a necessidade de inflectir e inverter a tendência de permanência, quando não de agravamento, das assimetrias regionais.

Uma questão particularmente agravada em Portugal, considerado pela Comunidade como uma região menos desenvolvida e que ainda não criou as suas próprias regiões, pelo que não pode promover uma política regional nelas baseada de forma a, no plano nacional, contribuir para a dinâmica comunitária de convergência real, no que respeita às assimetrias regionais.

Mais do que a constatação da realidade importa saber quais as medidas concretas que o Conselho das Comunidades se propõe tomar para fazer face a esta situação. Uma questão levantada pelos eurodeputados do PCP a aguardar resposta. O mesmo sucede em relação à construção da Barragem do Alqueva, considerada pelos comunistas de uma importância vital para a região do Alentejo - qualquer que ela venha a ser -, como travão ao processo de desertificação que se está verificando em algumas zonas, não obstante as suas potencialidades, nomeadamente na margem esquerda do rio Guadiana.

Ora acontece que a referida barragem, como preocupadamente se esperava, não está incluída nos 33 projectos de investimento aprovados para Portugal no âmbito do FEDER. Razões de sobra para o eurodeputado Sérgio Ribeiro questionar a Comissão sobre a situação do projecto do Alqueva, sempre preterido relativamente a outros que, sem prejuízo da sua importância, visam objectivos mais limitados no impacte regional e que, nalguns casos, servem interesses privados através da criação de infra-estruturas:

Cooperação regional

Preocupado com a cooperação regional na região da África Austral está o eurodeputado Barros Moura, que por escrito interrogou a Comissão se na verdade «o pacote financeiro de Lomé IV para projectos de cooperação regional no âmbito da SADCC para o quinquénio 1990/1995 vai diminuir em relação a Lomé III». A confirmar-se tal tendência, difícil será não reconhecer que essa evolução está em contradição com o espírito de Lomé IV que privilegia a cooperação regional.

Internacional

AMÉRICA CENTRAL

Uma Cimeira de costas viradas para os povos

No encontro, agora realizado, dos cinco presidentes da América Central e do Panamá, foram as questões económicas o tema central dos debates. No que se refere à realidade política da zona, a única preocupação que aparece expressa é em relação a El Salvador (e nada tem a ver com a clamorosa violação dos direitos humanos que na prática faz parte da política quotidiana, oficial, deste país). No que se refere ao Panamá, onde há um ano se registou uma intervenção militar norte-americana (e os militares norte-americanos lá continuam...), não se registaram, pelo menos formalmente, quaisquer manifestações de preocupação.

A «Declaração de São José», aprovada nesta cimeira, e lida pelo presidente da Costa Rica, aposta fundamentalmente numa aceleração da abertura das economias nacionais, de forma conjunta, aos mercados regional e internacional. O objectivo, diz-se, é «fortalecer a região como um bloco económico, para que se integre com êxito na economia mundial». Entre as medidas propostas contam-se a liberalização do comércio regional e extra-regional, a adopção de uma política comum de preços e abastecimentos de produtos agrícolas, a promoção dos «programas de reconversão» dos sectores industriais, a elaboração de propostas para enfrentar o problema da dívida externa e o início de acções para eliminar obstáculos comerciais.

Os problemas económicos serão sem dúvida fundamentais (as orientações nesse domínio naturalmente mais discutíveis), mas o apagamento dos problemas políticos — com a excepção muito clarificadora de El Salvador — é de veras significativo.

Panamá um ano depois

Poucos dias antes de um ano volvido sobre a invasão do Panamá pelos Estados Unidos, o presidente então empossado, Guillermo Endara, anunciou o afastamento, «sem excepção», dos muitos milhares de funcionários que participaram numa greve nacional contra a política do governo, em particular no domínio económico. Simultaneamente, os principais dirigentes sindicais panamianos foram forçados a passar à clandestinidade, para fugir à prisão.

Nos primeiros dias de Dezembro, e na sequência do anúncio de uma greve geral de 24 horas convocada pelo conjunto das organizações sindicais, as tropas americanas saíram à rua, numa exibição de forças que já não era vista desde a invasão. A coordenadora «Direito à vida» exigia o fim dos despedimentos em massa e o pagamento do 13.º mês. Os grevistas recusavam, simultaneamente, que o Código de Trabalho e a Segurança Social fossem postos em causa, pediam o fim do processo de privatizações e exigiam a suspensão do pagamento da dívida externa.

A greve assumiu o carácter de frontal contestação da política do governo. Em vésperas da paralisação, dezenas de milhares de pessoas desfilaram nas ruas da capital e jovens bloquearam as ruas.

O movimento popular reflecte problemas muito reais e naturalmente põe em causa o actual poder político, muito claramente imposto pelo ocupante norte-americano. Tanto não basta, entretanto, para preocupar a Cimeira dos presidentes centro-americanos.

El Salvador —repressão e paz não ligam bem

O documento aprovado pela cimeira centro-americana condena «as acções de violência da FMLN» e exige à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional que «demonstre a sua intensão política de chegar, no prazo mais curto possível, a acordos de paz firmes e duradouros».

As críticas são dirigidas à FMLN, que entretanto decidiu esta ofensiva militar de «carácter limitado», face ao impasse nas negociações. Impasse que no fundamental se deve à recusa do governo salvadoreño em encetar o processo de desmilitarização da vida política do país e de fazer frente à violação sistemática dos direitos humanos.

Severas acusações que tão-pouco são exclusivas do movimento guerrilheiro. Em denúncia da Amnistia Internacional, que data de Outubro, informa-se que os «esquadrões da morte», ligados ao Exército salvadoreño (cujá dissolução é exigida pela guerrilha), mataram pelo menos 45 pessoas entre Janeiro e Agosto de 1990. Um número que praticamente duplicou, em relação a igual período do ano anterior. Algumas das vítimas foram encontradas mutiladas, completamente desfiguradas ou com indícios de selváticas torturas.

A Amnistia Internacional observa mesmo, neste seu relatório de 24 de Outubro passado, que vários destes assassinatos foram cometidos logo nos dias a seguir à assinatura, em 26 de Julho, do acordo entre a Frente Farabundi Martí de Libertação Nacional e o governo. A Amnistia Internacional considera que o novo acordo constitui uma «reafirmação das obrigações

nacionais e internacionais que o governo frequentemente ignorou no passado» e que os crimes não terminarão «enquanto o governo não cumprir os seus compromissos tomando medidas eficazes».

Note-se que, à acção criminosa dos «esquadrões da morte», soma-se idêntico comportamento do Exército. Em 1990 numerosos civis desarmados foram sumariamente executados pelos militares, presos foram torturados, e nenhum esclarecimento foi dado quanto ao destino dos «desaparecidos».

A Amnistia Internacional constata ainda que nenhum inquérito foi alguma vez levantado face aos milhares de violações dos direitos do homem em El Salvador.

A denúncia é clara. Como é claro que a paz implica necessariamente uma mudança radical na sociedade salvadoreña, que ponha cobro à prática corrente de crimes, promovidos de facto pelas autoridades.

O sentido da ofensiva guerrilheira

É neste contexto que se deve enquadrar a ofensiva guerrilheira. Em Dezembro, ao mesmo tempo que lançava a nova ofensiva militar em sete das catorze províncias de El Salvador, a FMLN avançou também um novo programa de paz.

Esta iniciativa comporta duas etapas. A primeira prevê conseguir um acordo em relação às forças armadas; a segunda diz respeito às reformas judiciais. O objectivo seria chegar a um acordo até Janeiro de 1991, ou seja, antes das eleições previstas para Março.

No texto da proposta recorda-se que a guerrilha defende a criação de uma nova força de política dirigida por civis e exige a dissolução do exército salvadoreño, «ilegítimo, porque filho de um militarismo histórico e produto da prolongada ditadura militar». Na análise inserida no documento afirma-se que Salvador vive «numa sociedade militarizada pelo mais criminoso, antidemocrático, corrompido e inepto exército do continente».

De notar que a ofensiva militar da guerrilha visa unicamente objectivos militares. Entretanto o exército procede mesmo a bombardeamentos da população civil.

No programa publicado em Setembro, a FMLN definia a luta do povo salvadoreño como «autenticamente nacional (...) Ela não depende de ninguém. Não é uma manifestação da luta entre blocos ideológicos capitalista e comunista (...) É a luta viva entre o Norte e o Sul, entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, entre o rico capitalismo imperialista e o terceiro mundo pobre e dependente».



Os partidários do ditador deposto não conseguiram impedir a expressão da vontade popular. Estas eleições decorreram de forma relativamente pacífica, contrariamente às de 87, em que várias pessoas foram assassinadas

HAITI

A esmagadora vitória de Aristide

O padre Jean-Bertrand Aristide é o novo presidente do Haiti. A eleição deste representante de forças progressistas haitianas por uma maioria esmagadora — cerca de 70 por cento dos votos — é bem significativa da grande vontade de mudança que se vive no país, e abre novas vias à sua evolução. E naturalmente terá também impacte significativo nas Antilhas.

Candidato do movimento Frente Nacional para a mudança e a democracia, o padre Aristide, empenhado na teologia da libertação, afirmou-se como o defensor dos pobres, dos deserdados, da juventude.

Defensor empenhado, que já foi vítima de vários atentados.

Aliás, na campanha eleitoral que precedeu estas eleições, pelo menos sete pessoas morreram e mais de 50 ficaram feridas, num atentado contra um comício do padre Aristide. Um «pequeno» incidente se comparado com a sangrenta sabotagem das eleições de Novembro de 1987 por parte dos partidários (e homens do aparelho repressivo os macoutes) do ditador deposto, Duvalier.

De referir que o principal adversário de Aristides nestas eleições, Marc Bazin, não recolheu mais que 12 por cento dos votos.

Para já coloca-se entretanto um problema real. Até dia 7 de Fevereiro, data em que deverá tomar posse, o novo presidente haitiano terá de entrar em acordos com outros grupos políticos, uma vez que a Constituição obriga a nomear um primeiro-ministro de entre a maioria parlamentar. A coligação que apoia Aristide concorreu apenas com 50 candidatos aos 100 lugares do Parlamento.

Jean-Bertrand Aristide não manifesta preocupação quanto à superação desta situação. Em entrevista concedida ao jornal do PCF, «L'Humanité», praticamente na véspera da sua eleição, Jean-Bertrand Aristide afirmou: «Não creio que haja razão para inquietações. Governaremos com todos aqueles que estejam prontos a juntar-se a nós para mudar o país».

Que perspectivas?

O Haiti é um dos países menos avançados do mundo, o que na prática significa que tem uma enorme percentagem de pobreza. O rendimento médio de cada haitiano é de cinco francos por dia. A alimentação, habitação e saúde constituem problemas particularmente graves. Tal como o analfabetismo. A que há que somar a droga, que constitui fonte de lucro para meia dúzia de traficantes

instalados na capital, Port-au-Prince é um dos centros de comércio internacional de droga.

Uma situação bem difícil, a exigir profundas transformações. Nas palavras de Aristide, «nenhum governo pode pretender encontrar soluções milagrosas para a situação do país. Tudo deve depender da participação do povo haitiano, a todos os níveis da vida pública, nas decisões que directamente lhe dizem respeito».

São três os pontos de partida da política preconizada pelo novo presidente — participação e melhoria das condições de vida; justiça e garantia dos direitos humanos; e finalmente vontade de integração nacional e internacional.

Na já referida entrevista a «L'Humanité», Aristide defendia, na perspectiva da vitória entretanto alcançada:

«É preciso criar condições para que cada cidadão tenha direito à palavra. Neste sentido, contamos emendar a Constituição para garantir a expressão popular ao nível comunal. Queremos resolver num futuro próximo o problema do analfabetismo, uma chaga no nosso país. Relançar o comércio e o artesanato, sem deixar de lado o campesinato. É preciso relançar a agricultura e o mundo rural, e nomeadamente criar dispensários. Penso na criação de todas as infra-estruturas necessárias à vida em cada província, em vez de ver afluir à grande aglomeração de Port-au-Prince uma multidão de infelizes, sem emprego e sem tostão. A crise do café, que suportamos há vários anos, só poderá ser resolvida no quadro da cooperação internacional».

E assim entramos no domínio da política internacional, de que o ponto essencial é a relação com os Estados Unidos.

Para o novo presidente haitiano, trata-se de alterar a própria forma de relação entre os dois países. «É verdade que o Haiti não pode ignorar o papel desempenhado pela Casa Branca no passado, e isso nós não podemos riscar da nossa memória, mas devemos pensar também no futuro, e esse futuro só se pode conceber como uma relação entre Estados livres. E não uma relação de dominação económica e política sobre a nação haitiana».

Internacional

Tensão no Golfo

Após longas semanas de conversações, marcadas pela oposição dos EUA, foi possível a adopção pelo Conselho de Segurança da ONU de uma resolução condenando Israel pela sua política antipalestina, e uma declaração, não vinculativa, de apoio à realização de uma Conferência de paz para o Médio Oriente. Entretanto, a situação no Golfo mantém-se tensa, com a acumulação de armas, em particular dos EUA, e os preparativos bélicos do governo iraquiano. Um clima de tensão em que simultaneamente não podem deixar de se fazer sentir as vozes de paz que se erguem nos EUA e na Europa.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou dia 20 uma resolução em que se condena Israel pela deportação de palestinos e pela política repressiva desenvolvida nos territórios árabes ocupados. Foi assim aprovada a resolução inicialmente proposta por Cuba, Colômbia, Malásia e Iémen, em que são reafirmados os direitos dos Palestinos aos territórios ocupados.

O texto aprovado afirma, entretanto, que «o conflito israelo-árabe é específico e deve ser abordado independentemente», recusando-se assim a ligação entre a questão palestina e a crise do Golfo.

Simultaneamente é aprovada uma declaração presidencial, não vinculativa, que apoia a realização de uma Conferência de paz para o Médio Oriente.

Como seria de esperar, a reacção de Israel foi negativa. De entre as vozes de apoio, nomeadamente à declaração para a realização de uma Conferência sobre o Médio Oriente, conta-se a do ministro plenipotenciário da França, Jean-Marc de la Sablière, que felicitou a resolução por reconhecer «a necessidade de uma Conferência Internacional tendo em vista a regulamentação do conflito israelo-árabe».

Paz ou guerra

Enquanto prossegue a «guerra» das datas para as visitas recíprocas a Washington e a Bagdad de Tarek Aziz, ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros, e James Baker, as armas acumuladas apontam no sentido de planos de Washington para uma prolongada permanência na zona, e Bagdad prepara psicologicamente a sua população para uma guerra. No Iraque intensificam-se os exercícios de defesa civil, a difusão pela imprensa oficial de medidas a tomar em caso de bombardeamentos nucleares ou químicos e apelos à construção de abrigos. O Estado está mesmo a fornecer empréstimos aos proprietários de prédios, para a construção ou reforço de abrigos.

Uma política bélica, acrescenta ainda de claras práticas repressivas, particularmente violentas nos territórios ocupados do Kuwait. Segundo recente relatório da Amnistia Internacional, desde a ocupação do Kuwait, a 2 de Agosto, as tropas iraquianas praticaram torturas e assassinatos. O relatório refere torturas e assassinatos de milhares de pessoas, incluindo crianças e recém-nascidos. Entre os abusos e torturas denunciados incluem-se mutilações, castrações e vio-

lações. Os factos denunciados referem-se sobretudo aos primeiros três meses de ocupação e baseiam-se em testemunhos (que não foi possível confirmar no local) de mais de uma centena de refugiados.

A opção guerreira em que parecem apostados Bagdad e Washington é, entretanto, contrariada por movimentos de paz nos EUA e na Europa. Nos Estados Unidos, a contestação da possibilidade de uma guerra afirma-se com força no próprio Congresso. Na Europa, os próprios governos se têm pronunciado pela via do diálogo, participando embora na concentração de armas no Golfo.

O presidente francês, em recentes declarações sobre a situação no Médio Oriente, declarou que «até à data limite, esperamos que haja diálogo». Acrescentando: «A França não está proibida de tomar iniciativas deste tipo».

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Gianni de Michelis, afirmou que «se parecer claro que, antes do fim do ano, o diálogo Bagdad-Washington não poderá ter lugar, a CEE deve tentar um esforço autónomo antes de 15 de Janeiro». Em entrevista publicada por vários jornais europeus, Michelis declarou que «o conjunto do Conselho de Ministros da CEE» lhe pareceu de acordo com esta proposta, durante a última cimeira comunitária, realizada em Roma.

Armas e homens

Os Estados Unidos estão a instalar as suas forças armadas na Arábia Saudita por um longo período — titula uma edição recente do «International Herald Tribune». E os repórteres do «Washington Post» noticiam: «O exército norte-americano está a construir no Golfo um vasto sistema logístico susceptível de satisfazer as necessidades de 400 000 soldados durante pelo menos um ano».

Os dados são impressionantes. O pessoal à disposição do general William Pagonis, chefe da logística da operação «Escudo do deserto», passou de 300 pessoas

ISRAEL

Uma espiral de violência

O clima de guerra que se vive no Golfo tem repercussões negativas na vida dos povos de todo o Médio Oriente, e em particular do povo palestino.

Um testemunho recente da deputada comunista francesa, do Parlamento Europeu, Sylvie Mayer — regressada de uma visita aos territórios ocupados —, é a esse respeito, significativo.

«Israel parece preso de uma espiral de violência acompanhada de uma radicalização religiosa — diz Sylvie Mayer. — Em relação aos palestinos, há uma radicalização da repressão e de práticas que lembram o que se passou noutros tempos contra os judeus: os trabalhadores palestinos são expulsos de Israel e actualmente vêem-se lojas com cartazes afixados em que se diz: «aquí não há trabalhadores árabes». Queiram-no ou não, e a própria imprensa fala disso, há uma fascinação do regime».

Nos territórios ocupados, a deputada comunista ficou particularmente impressionada com o ambiente de sufocação que se vive no quotidiano.

«A repressão exercida metodicamente torna toda a vida normal impossível — diz. — Tudo é bloqueado por uma violência quotidiana que salta aos olhos desde que se chega. Há aldeias, sobretudo campos de refugiados, como o de Daishe, perto de Bethlehem, que estão quase permanentemente sob regime de recolher obrigatório. Como é que se pode viver assim? Há mortos, feridos, crianças privadas de escola: toda uma geração perdida, descolarizada, com deficientes e doentes aos milhares, de que não se fala. É um regime de terror, e entretanto, a Intifada continua».

em Agosto para 25 000 actualmente. A equipa instalada pode distribuir um milhão de refeições por dia e dispõe de 2000 camiões. Estão a ser construídas pistas de aterragem, abrigos, angares. Os preços desta operação atingem verbas inimagináveis. Apesar das ajudas da Arábia Saudita, o «Herald Tribune» fala de 30 mil milhões de dólares para o ano fiscal que agora se inicia.

Mas as maiores dificuldades do governo norte-americano com esta operação militar (mesmo como simples presença, sem conflito), já estão a ser, mais que no plano financeiro, no plano humano.

A crise no recrutamento para o exército está desde já a fazer-se sentir. Para muitos jovens sem emprego, alistar-se no exército americano podia ser a oportunidade de obter uma formação. Hoje, pensam duas vezes antes de se alistar, pois isso pode significar a ida para o Golfo. Recentemente, o Pentágono reconheceu que não tinha con-

seguido o preenchimento total das fileiras, ficando-se pelos 21 mil novos recrutados, quando contava com 22 600. No que se refere às forças terrestres, a diferença é ainda mais acentuada. Em vez dos 11 000 recrutados previstos, tiveram que se ficar pelos 9400.

Por outro lado, começa, também a registar-se o afastamento de reservistas e mesmo de militares no activo, que se recusam a participar numa acção que pode conduzir a uma guerra. Um exemplo significativo: o capitão David Wiggins, médico militar, que desde Fevereiro tentou obter o estatuto de objector de consciência, sem o conseguir, iniciou a 30 de Novembro uma greve de fome, em Fort Hood (Texas), quando soube que deveria ser enviado para a Arábia Saudita. Afirma-te, já há algum tempo, tomado consciência de que «a guerra não é um mal necessário, porque pode sempre conseguir-se mudanças políticas de forma não-violenta».

«Tudo se fez para emprestar ao acto eleitoral a maior dignidade — afirmou o ministro do Interior.

Vejamos sucintamente o que foi essa «dignidade»: no nosso País apenas 15 portugueses em cada 100 são considerados «electores»; destes 15 por cento muitos foram cortados por serem democratas; não foram passadas dentro do prazo as certidões para a apresentação de uma lista oposicionista em Aveiro; não foram dadas as condições legais aos candidatos da Oposição de Lisboa, Porto, Viseu e Leiria, o que os levou a desistir; foram cortados candidatos em Braga, iniciada a campanha 3 dias antes do seu final, e depois recusado o adiamento das eleições nesse círculo, apesar de não terem fornecido papel para os boletins de voto dos oposicionistas; foi lançada uma bomba contra a residência de um dos candidatos de Lisboa; foram proibidos ou apreendidos cartazes de propaganda; foram vigiados e perseguidos em todos os círculos os candidatos oposicionistas e os membros das comissões de apoio.

E a tudo isto que os fascistas chamam dignidade, o que é uma forma de demonstrar a indignidade que os caracteriza.

«Tudo leva a crer que a percentagem global de votantes venha a ultrapassar os 70 por cento» — afirma também o ministro.

Façamos contas: como em cada 100 portugueses só podem votar 15, se votarem «70 por cento» destes 15 — só votam de facto 10,5 por cento do conjunto da população.

Mas até esse é um número falso. Ainda na base dos números apresentados pelos próprios fascistas, em cada 100 habitantes participaram na farsa entre 4 pessoas (em Alpiarça) a 10 pessoas (em Silves). (...) Mesmo nas duas grandes cidades do País as médias não são diferentes, apesar da concentração do funcionalismo público, corporativo, militar, mais ou menos obrigado a votar, e da grande burguesia também aí instalada: 9,6 por cento para o Porto e 10,5 por cento para Lisboa.

«Obteve-se em todos os aspectos uma vitória insofismável» — diz ainda o ministro do Interior.

O cavaleiro deve querer referir-se ao facto de terem conseguido através dos meios mais baixos impedir em todo o País a concorrência da Oposição às urnas.

Foi uma vitória insofismavelmente típica dum regime fascista.

«E eleições» fascistas — «Avante!», VI série, n.º 362, Dezembro de 1965)

«O fascismo prepara a mascarada eleitoral de 1973.

As broas de Natal ao funcionalismo público anunciadas [na «conversa em família» de Marcelo Caetano] e a promessa, para o próximo ano, de uma actualização dos seus vencimentos, que não sofreram qualquer aumento desde o ano «eleitoral» de 1969, sendo fruto das reivindicações e das lutas dos empregados do Estado, incluem-se notoriamente nos preparativos «eleitorais».

A reactivação da demagogia fascista em todos os planos faz também parte dos preparativos do governo para a mascarada. Marcelo Caetano deu o tom e os tópicos para a desenfreada campanha que vai ouvir-se, ao referir a reforma do ensino — «a mais ampla da nossa história», ao anunciar que «não regatearemos recursos para a saúde e a assistência», ao proclamar que «prossigue afanosamente a obra de fomento».

Mas o chefe do governo fascista não foi capaz de silenciar completamente a total desorganização da vida escolar nas universidades e o profundo descontentamento de estudantes e professores, o caos e o mal estar reinante nos hospitais, as notícias que circulam acerca dos escândalos que têm rodeado os concursos de grandes empreitadas públicas. Não foi também capaz de ocultar o prosseguimento da inflação e a desactualização de salários e ordenados. (...) e sentiu a necessidade de aludir às contradições e oposições internas que se verificam no campo fascista ao referir «as críticas derrotistas, a maledicência gratuita». Estas contradições revelam-se na Assembleia Nacional, por exemplo quando o deputado Miller Guerra afirma que «os factos foram demonstrando que a decantada liberalização era ilusória».

«O fascismo prepara a mascarada eleitoral» — «Avante!», VI série, n.º 448, Dezembro de 1972)

URSS

A demissão de Chevardnadze

O pedido de demissão de Eduard Chevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, foi o facto que mais perturbou o 4.º Congresso de Deputados da URSS, cujos trabalhos prosseguem, com a aprovação de algumas importantes resoluções.

No acto da sua demissão, Chevardnadze afirmou ser o seu gesto uma forma de protesto e alerta contra a aproximação de uma ditadura. «Não obstante, acredito que a ditadura não passará e que o futuro pertence à democracia e à liberdade», acrescentou então, depois de ter agradecido a Gorbachov, afirmando que sempre apoiará as ideias da perestroika, da renovação e da democratização.

O Congresso incumbiu o presidente da URSS e o Soviete Supremo de decidirem sobre o pedido de demissão de Chevardnadze, e manifestou-se a favor da continuação da actual linha da política externa, numa resolução aprovada por 1540 votos contra 52 e 111 abstenções.

Entretanto, no decurso destes dias de trabalhos, o Congresso aprovou diversas resoluções sobre algumas questões particularmente importantes.

Foi decidido que a União Soviética manterá o seu actual nome e aprovado, em princípio, o projecto de Tratado da União proposto por Gorbachov, que terá de ser votado em cada uma das 15 repúblicas do país. Aprovada ainda uma resolução exigindo a organização de um referendo nas repúblicas, no caso de estar em causa a sua continuação na URSS. Exigida igualmente a organização de referendos sobre a posse privada da terra.

No plano político, foi decidida a atribuição de poderes especiais a Gorbachov «à fim de restabelecer a calma nas repúblicas soviéticas» e definidos os poderes do novo cargo de vice-presidente da URSS. Aprovadas ainda uma série de medidas urgentes para a economia.



Imagens de uma manifestação estudantil em Chicago, contra a guerra do Golfo. Outras manifestações pacifistas têm-se realizado em várias cidades norte-americanas, nomeadamente Washington, Nova York, Milwaukee, Cambridge e Columbus. Está prevista para 26 de Janeiro uma grande marcha nacional em Washington

Em Foco

Ano 90
Portugal
pode ser
Melhor!

Carlos
Carvalhas

Avante!

Ano 60 - Série VII

N.º 888

27 de Dezembro de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

• Intervenções • Crónicas
• Reportagens • Depoimentos

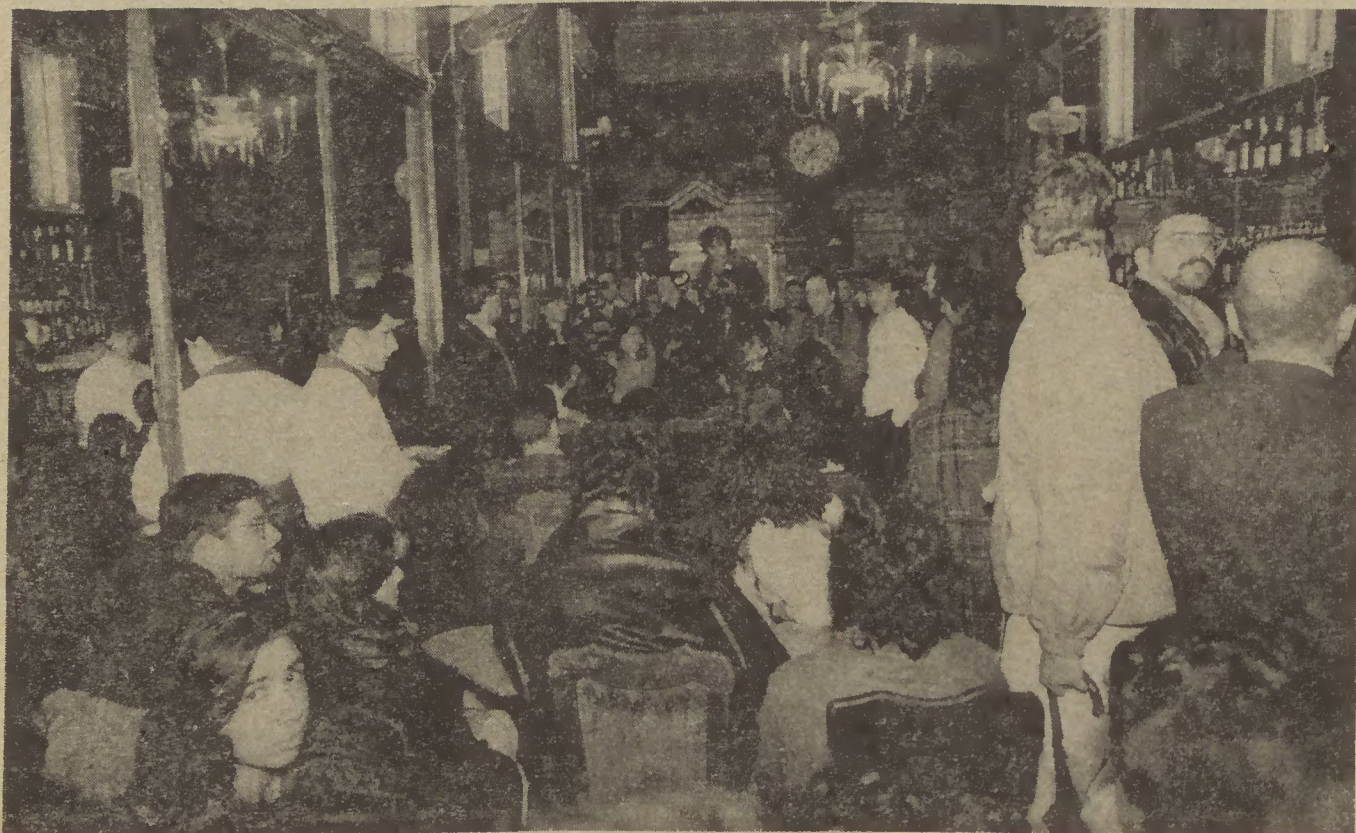
Diário de campanha



Anos 90
**Portugal
 pode ser
 Melhor!**
 Carlos
 Carvalhas

Diário de campanha

Dezenas de jovens dirigentes do movimento juvenil e associativo encheram por completo o Café Brasileira, no coração do Chiado, para trocar impressões com Carlos Carvalhas. Foi uma oportunidade para ouvir as propostas do candidato à Presidência da República, dar a conhecer-lhe alguns dos problemas mais sentidos pelos jovens e, claro, conviver



**Quarta-feira, 19
 19.45**

Marcar a diferença com gosto

Um enquadramento diferente do habitual é escolhido para o encontro de Carlos Carvalhas com dirigentes do movimento juvenil. A atenção dos meios de comunicação social, porventura ampliada também por esta razão, leva um maior número de profissionais ao local. Estamos na Brasileira do Chiado. Reservado exclusivamente para este encontro, aquele lugar bem no coração da capital acaba por se revelar exíguo quando o candidato, depois da sua chegada, acolhido com simpatia, é convidado pelos promotores da iniciativa a tomar a palavra.

Preenchida a totalidade das mesas e cadeiras e do espaço que sobrava em pé até à porta por jovens ligados a diferentes estruturas associativas do movimento juvenil, logo se evidencia o carácter informal do encontro. Inicialmente preparado para proferir um breve discurso subordinado à temática juvenil, Carlos Carvalhas opta por dirigir apenas algumas palavras, manifestando a sua preferência por entabular um diálogo com os presentes.

«Os jovens estão fartos de discursos e de promessas», refere a propósito, acentuando que o que «estes gostariam é de ver os seus problemas resolvidos», nomeadamente os do emprego, os problemas do ensino e de formação profissional e «esse enorme problema que é o da habitação». Estava dado o pontapé de saída. Assinalada a importância do papel que do seu ponto de vista deve ter o Presidente da República como «porta-voz dos anseios e problemas da Juventude» e reafirmado que foi o apelo ao voto dos jovens na sua candidatura como forma de **marcarem a diferença com gosto**, Carlos Carvalhas passa a palavra, que é como quem diz, dá de imediato lugar ao diálogo.

As perguntas e opiniões dos jovens presentes não se fazem esperar e enquanto o candidato vai percorrendo as mesas no centro da conversa são colocadas questões tão diversas como o exercício do mandato presidencial, a regulamentação da lei das associações de estudantes ou o corte de verbas ao ensino superior.

Tanta miséria...

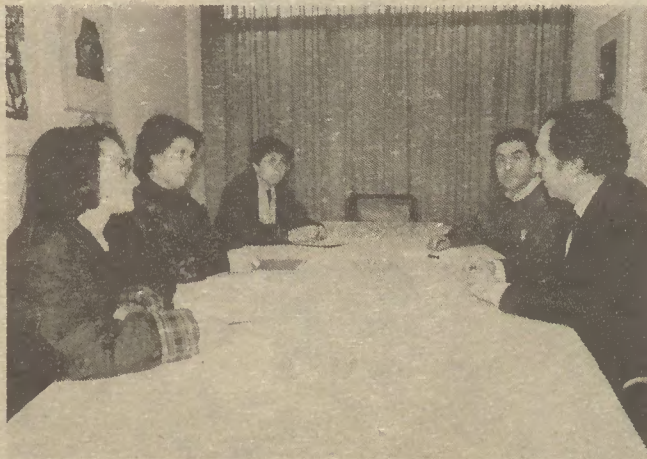
Concluído o encontro, ia a noite fria, já cá fora, mais exactamente junto da esplanada da «Brasileira», o repórter assiste a uma cena que não sendo inédita merece ser contada. Vale, estamos em crer, como retrato da realidade social.

Um casal a rondar a terceira idade, bem vestido, observa a montra de uma das lojas que confinam com a «Brasileira». A poucos metros, sentada no banco de jardim colocado transversalmente à rua mesmo ao pé da referida esplanada, uma mulher idosa, com as pernas cobertas por um pano, com movimentos no corpo dando sinal de doença ou frio, dobra ligeiramente sobre si mesmo, reparte com dois pombos próximos dos seus pés migalhas do que parecia ser um bocado de bolo.

Apercebendo-se da presença da mulher, quando vira costas da montra, o casal estanca por momentos. Levando uma das mãos ao bolso interior do quente sobretudo, o homem retira uma carteira e desta uma nota que dobra cuidadosamente. Em passo lento, dirige-se de seguida à mulher sentada no banco, tiritando de frio ou doença, e diz delicadamente: «Queira desculpar; a senhora dá-me licença...» Sem levantar a cabeça, estendendo a mão, a mulher recebe a nota que em gesto rápido guarda num bolso, sussurrando um quase imperceptível «obrigado». De novo ao lado da mulher o homem a rondar a terceira idade, bem vestido, retoma o passo e passando pelo repórter, ali mesmo ao lado, que tudo observara, não resiste ao comentário onde mistura mágoa e revolta: «Tanta miséria... e ainda dizem que vai tudo bem...»



A pedido de «Os Verdes», uma delegação deste partido avistou-se com Carlos Carvalhas para auscultar a opinião do candidato relativamente a várias questões, designadamente as que se prendem com a preservação do ambiente



A problemática feminina constituiu a matéria central do encontro realizado entre o candidato Carlos Carvalhas, que estava acompanhado de Gouveia Monteiro, e uma delegação da UMAR de que faziam parte Manuela Tavares, Natividade Correia e Eulália Vaz



A Festa de Natal dos reformados da Associação UPPSS contou este ano com um convidado diferente. Acolhido entusiasticamente pelos cerca de 150 reformados presentes, Carlos Carvalhas ouviu palavras de incentivo e apoio à sua candidatura e garantiu o seu empenhamento para que seja assegurado no futuro o exercício do direito constitucional à segurança social



**Sexta-feira, 21
10.30**

Em defesa do ambiente

O candidato Carlos Carvalhas inicia a sua agenda de campanha deste dia recebendo na Soeiro Pereira Gomes uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes», constituída por André Martins, João Lázaro e Luís Cardoso.

Realizado a pedido de «Os Verdes», o encontro insere-se num plano de contactos junto dos candidatos com vista à recolha das suas opiniões relativamente a três questões que os ecologistas consideram fundamentais: a preservação do ambiente, a política externa no domínio da Defesa e os reflexos da União Política. A importância deste encontro decorre ainda do facto, como foi assinalado, de estar marcada para breve uma reunião do Conselho Nacional de «Os Verdes», de onde eventualmente poderá sair uma indicação de voto para as próximas presidenciais.

Problemática feminina

Uma delegação da UMAR foi ainda recebida na manhã de sexta-feira na sede central do PCP pelo camarada Carlos Carvalhas, que estava acompanhado de Gouveia Monteiro, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP.

Constituída por Manuela Tavares, Natividade Correia e Eulália Vaz, esta delegação teve em vista, por sua vez, sensibilizar o candidato para a problemática feminina, aspecto a que Carlos Carvalhas foi naturalmente receptivo, levando-o mesmo a valorizar a intervenção crítica das mulheres junto dos candidatos e o papel pedagógico que estes poderão ter junto do povo português.

De acordo com as opiniões expressas no encontro pelas representantes da UMAR, são preocupações suas, nomeadamente, a contradição existente entre o conteúdo progressista de algumas leis e a vida das mulheres, reflexo em muitos casos do não cumprimento dessas mesmas leis; os impactos da plena integração na CEE; e ainda o coro de vozes conservadoras procurando ressuscitar valores retrógrados com novas embalagens.



Com os reformados

A meio da tarde, desta feita, o encontro de Carlos Carvalhas foi com a Associação de Reformados denominada UPPSS, situada na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa. Depois de ter sido saudado por Manuel Furtado, dirigente daquela organização, o candidato à Presidência da República dirigiu algumas palavras à vasta plateia de reformados que o acolheram entusiasticamente e que enchia por completo as instalações da UPPSS.

Atentamente escutado, Carlos Carvalhas referiu que nem por estarmos a atravessar breves dias de festas se podem «riscar do mapa das nossas preocupações os magros orçamentos familiares dos reformados, a grande quebra de poder de compra que resulta das pensões e a completa falta de vontade política do Governo em alterar esta gritante injustiça».

Detendo-se a abordar o exercício do magistério presidencial relativamente a esta área, o candidato comunista lembrou que deve ser preocupação constante do Presidente da República e «motivo da sua intervenção», a protecção dos trabalhadores e suas famílias, «nas situações de falta ou diminuição dos seus rendimentos de trabalho (doença, desemprego, invalidez e velhice), e de todos aqueles que se encontram sem meios de subsistência».

Referindo-se à forma com a sua candidatura encara esta problemática, Carlos Carvalhas frisou que ela dá expressão ao empenho de muitos portugueses em construir uma sociedade solidária, na qual seja plenamente assegurado, enfatizou, «o exercício do direito constitucional à segurança social».

Anos 90
**Portugal
 pode ser
 Melhor!**
 Carlos
 Carvalhas

Diário de campanha



No mercado de Peniche, onde Carlos Carvalhas foi acolhido com palavras de simpatia e de estímulo, manteve-se a regra do candidato na distribuição de propaganda: primeiro, estende a mão



Carlos Carvalhas percorreu os dois pisos do mercado e contactou com centenas de penichenses. Falou-se das presidenciais, da vida, do futuro que os comunistas querem que seja melhor



Centena e meia de homens, mulheres e jovens participaram no almoço em Caldas da Rainha e aplaudiram entusiasticamente a intervenção de Carlos Carvalhas



A caminho de São Pedro do Sul, onde passou o Natal com a família, Carlos Carvalhas esteve ainda na Figueira da Foz. No lanche com apoiantes da candidatura foi sublinhada a importância do trabalho por fazer até ao final da campanha, pois além do objectivo político, há também o objectivo eleitoral

Por uma sociedade solidária

(...)

Não podemos ainda que por breves dias das festas, riscar do mapa das nossas preocupações os magros orçamentos familiares dos reformados, a grande quebra do poder de compra que resulta das pensões e a completa falta de vontade política do Governo em alterar esta gritante injustiça.

Pensamos, por exemplo, que a aplicação social de impostos sobre lucros resultantes das grandes operações de capital especulativas poderia resolver o essencial dos problemas dos reformados e de outros estratos da população. O facto de estes ganhos não serem tributados ofende-nos como portugueses.

A minha candidatura é a candidatura de uma corrente política que vocês bem conhecem de uma acção constante em defesa dos vossos legítimos interesses. Nós propusemos, recentemente, na Assembleia da República a subida das vossas pensões mínimas para 55% do salário mínimo nacional, para que se aplicasse uma convenção da OIT. É conhecido que a maioria do PSD não deixou passar esta proposta e que o seu Governo, dias depois — dir-se-ia que em jeito de resposta —, aumentou os transportes públicos.

(...)

Deve ser preocupação constante do Presidente da República, e motivo da sua intervenção, a protecção dos trabalhadores e suas famílias, nas situações de falta ou diminuição dos seus rendimentos de trabalho (doença, desemprego, invalidez e velhice), e de todos aqueles que se encontram sem meios de subsistência.

O Presidente da República não pode ignorar que é aspiração popular generalizada a melhoria da segurança social. No entanto, o que se verifica é que a política do Governo a degrada, não participando nas respectivas receitas à altura das suas responsabilidades antes estimulando esquemas complementares privados em atitude que contribui para prolongar desigualdades sociais. O Presidente da República não pode ignorar que são cada vez mais insuficientes os valores das prestações sociais para as crianças, os jovens, as famílias, os idosos, os deficientes e os inválidos. O Presidente da República não pode ignorar que os trabalhadores que criam a riqueza nacional são confrontados com um crescimento económico e ganhos de produtividade que têm revertido apenas a favor dos detentores do grande capital. O Presidente da República não pode ignorar as situações graves criadas no acesso à segurança social que decorrem do emprego precário e clandestino e a insegurança que resulta da recusa da concessão do subsídio de doença, ou do subsídio de desemprego ou tão-só baixos valores que eles têm. Portugal necessita de mais justiça social.

A minha candidatura dá expressão ao empenho de muitos portugueses e portuguesas em construírem uma sociedade solidária, em que seja assegurado plenamente o exercício do direito constitucional à segurança social.

Pela nossa parte, tudo faremos para que se caminhe neste sentido. Mas precisamos também do vosso apoio, do vosso voto, um voto a favor da solidariedade e da justiça social, um voto a favor de Portugal.

Na Festa de Natal de Reformados da UPPSS, em Lisboa

Com os jovens

1. Os jovens estão fartos de discursos e de promessas. O que estes gostariam é de ver os seus problemas resolvidos, nomeadamente os do emprego, um emprego estável e digno que os realizasse no plano pessoal, profissional, os problemas do ensino e de formação profissional, e esse enorme que é o da habitação.

Uma sociedade que não tem para oferecer a uma boa parte da sua juventude senão a perspectiva de um emprego precário ou desemprego, é uma sociedade que fecha o seu próprio futuro. Uma política de efectivo apoio à juventude deve inscrever-se como um dos grandes e primeiros objectivos de uma política de justiça social. Esta deve ser uma das grandes batalhas a travar.

2. Ora segundo o texto Constitucional «os jovens, sobretudo os jovens trabalhadores, gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente:

- a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
- b) No acesso ao 1.º emprego, no trabalho e na segurança social;
- c) Na Educação Física e no Desporto;
- d) No aproveitamento dos tempos livres.

A política de juventude deverá ter como objectivos o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.

O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de Moradores, as Associações e Fundações de fins culturais e as Colectividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organi-

zações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como o intercâmbio da juventude».

No entanto o que é que se verifica na sociedade portuguesa?

É o trabalho precário, o trabalho sem direitos e garantias. É a falta de efectiva formação profissional e de uma carreira profissional segura e digna. É a discriminação salarial.

São as dezenas de milhar de candidatos que vêem recusado o acesso ao Ensino Superior, quando o número de estudantes neste grau de ensino em Portugal é diminuto quando comparado com o que existe em outros países da Europa e claramente insuficiente para o desenvolvimento do país.

É a falta de habitação. É a ausência de apoios que permitam um real acesso à cultura, à prática desportiva e a uma sã e criadora ocupação dos tempos livres.

Estas são algumas das condicionantes que impedem os jovens de viver intensa e livremente o presente, de ter a possibilidade de ser hoje plena e assumidamente a juventude com esperança no futuro.

Não tem, pois, credibilidade aqueles que enchendo a boca com discursos recheados de palavras como «Juventude», «Futuro», «Europa», «Sucesso», «Modernidade», executam uma política que aprofunda as desigualdades sociais, restaura uma velha ordem fundada no poder do dinheiro, conduzindo a sociedade ao tecto do seu próprio futuro.

3. A política que defendemos, de efectivo apoio à Juventude, é um dos grandes objectivos de uma política de justiça social.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com um investimento decisivo na educação, que garanta o acesso de todos os jovens à escolaridade obrigatória e gratuita e a igualdade efectiva de oportunidades no acesso aos níveis mais elevados de ensino, nomeadamente ao ensino superior. Que promova o aumento da capacidade do ensino público a todos os níveis. Que garanta condições dignas de funcionamento das escolas. Que garanta um apoio social justo aos jovens e às famílias. Que crie condições de estudo para os trabalhadores-estudantes. Que respeite as Associações de Estudantes, a gestão democrática do sistema educativo.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Quando a generalidade dos jovens possuir condições de emprego estáveis, carreiras profissionais definidas, direitos laborais e sindicais garantidos.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com uma formação profissional permanentemente ligada às necessidades de desenvolvimento económico, que garanta a regionalização efectiva da formação profissional, que garanta colocações profissionais estáveis pós-formação, que cumpra o «estatuto legal do formando».

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com uma política de habitação para jovens que ponha cobro à especulação imobiliária, crie mecanismos de crédito com prestações mais baixas e esquemas especiais de apoio e garantia efectiva do acesso à habitação, tendo em consideração a real situação económica dos jovens, que apoie as experiências de cooperativismo, autoconstrução e recuperação de casas degradadas.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com o apoio à expressão da capacidade criativa e artística dos jovens ao associativismo, salvaguardando o seu carácter autónomo, e a desgovernamentalização dos serviços de apoio à juventude.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com uma política de protecção do ambiente, de protecção das reservas naturais, dos rios, das florestas (impedindo a eucaliptização em massa) o que implica a regulamentação da Lei de Bases do Ambiente, e uma política que promova um ambiente equilibrado.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com uma política de defesa da paz e do desarmamento.

— Portugal só pode ser melhor para os jovens

— Com uma política de defesa nacional, para um Portugal independente que respeite e dignifique a prestação do serviço militar obrigatório.

4. O nosso empenhamento é inequivocamente por um Portugal melhor em que não tenham lugar as inquietações com a realização profissional, o desemprego e a degradação das condições de vida; em que se possa viver em segurança, com liberdade de pensamento e expressão e uma viva participação nas decisões políticas; em que haja espaço para uma salutar afirmação de defesa da paz, de luta contra a miséria e pela defesa do ambiente; em que haja lugar para o amor, a estabilidade afectiva e a felicidade.

A minha candidatura procurará dar expressão nas eleições presidenciais a um sólido e consequente empenho na construção de uma sociedade em que seja possível uma vida mais feliz e humanamente realizada dos jovens portugueses.

No encontro com dirigentes do movimento juvenil, no Café Brasileira, em Lisboa



Serra de El Rei foi local de paragem da caravana que acompanhou o candidato do PCP de Peniche até Caldas da Rainha. Além do cálice de Porto, houve oportunidade para dialogar com a população



O mais importante, nesta altura, é difundir as ideias as propostas da candidatura. Mas o candidato do PCP está sempre disposto a ouvir. No mercado de Peniche, como tem sucedido durante a pré-campanha, houve várias cenas como esta



Após a visita ao mercado, Carlos Carvalho e os camaradas que o acompanhavam deram uma volta a pé por Peniche. O candidato entrou em lojas e cafés, ourivesarias e barbeiros, foi à Cooperativa dos Pescadores, a um supermercado, dirigiu-se às pessoas que encontrava na rua

Sábado, 22
10.15 horas

Feliz Natal!

O inverno começou com um dia cheio de sol, com um sábado que significava para muitos o princípio de um prolongado fim-de-semana natalício. O candidato do PCP, que foi passar o Natal com a família, em São Pedro do Sul, num intervalo do intenso programa da pré-campanha eleitoral, chegou ao mercado de Peniche bem disposto e acompanhado de um dos filhos, o Paulo, que se integrou nas iniciativas desta campanha pela primeira vez.

A aguardar Carlos Carvalhas estavam umas duas ou três dezenas de apoiantes. Destacavam-se as caras novas, não só pelo brilho que lhes é próprio, mas sobretudo pelo seu número. Levavam já bandeiras da candidatura presidencial, misturadas com outras da JCP e do Partido. Também ali estavam caras queimadas de pescadores, caras enrugadas de homens e mulheres com muitos anos de trabalho duro, a apoiar o candidato que sentem como seu, como candidato do Partido que sempre esteve com eles e com quem sempre estiveram, solidariedade especialmente cara nos momentos mais difíceis. Após os minutos iniciais dos apertos de mão, abraços, beijos, ramos de flores, «vi-o ontem na televisão» e outros pretextos para o amistoso convívio do candidato e dos penichenses seus apoiantes que ali estavam, Carlos Carvalhas pegou num molho de folhetos da candidatura e dirigiu-se para o mercado.

Primeiro a mão

Recebido com simpatia - transformada, muitas vezes, em entusiasmo, ao encontrar um camarada de autocolante azul ao peito que era surpreendido pela presença do seu candidato e muito naturalmente dizia que «o meu é certo!», ou uma mulher que reagia prontamente à saudação de Carvalhas incitando «força, não esmoreçam, é preciso continuar a batalhar!» - o candidato comunista à presidência da República, acompanhado pelos jovens e demais apoiantes com as suas bandeiras vermelhas e brancas, deu a volta aos dois pisos do mercado, distribuindo folhetos e apertos de mão. Ou, melhor, distribuindo apertos de mão e folhetos. É que, pormenor curioso e regra raramente desrespeitada, Carlos Carvalhas estendia primeiro a mão para o cumprimento, e só depois oferecia a sua mensagem em letra de forma.

Lá para o final da visita ao mercado, via-se muitos cestos de verga onde às verduras, ao peixe ou à carne se juntava o papel com a foto do candidato e a afirmação destacada de que «Portugal pode ser melhor!». Houve, em toda a volta, dois ou três casos de pessoas que não aceitaram o folheto; mesmo assim, agradeceram e retribuíram a Carlos Carvalhas os votos de um feliz Natal e um melhor ano de 1991. Mas das centenas de folhetos ali distribuídos não vimos nenhuns atirados ao chão. Sem dúvida, como reconheceu o candidato ao dirigir-se aos apoiantes no final da visita ao mercado, o acolhimento foi simpático e caloroso. E estes sentimentos marcaram também a reacção dos penichenses durante o passeio a pé que se seguiu à ida ao mercado. Carlos Carvalhas, apoiado pela juventude e por outros camaradas e amigos apoiantes da candidatura, partiu do largo do mercado, entrou em lojas e cafés, ourivesarias e barbeiros, foi à Cooperativa de Consumo dos Pescadores, a um supermercado, dirigiu-se às pessoas que encontrava na rua - e não encontrou qualquer manifestação de hostilidade ou, sequer, uma cara mais contrafeita. «Como está, desde ontem?» - perguntou-lhe em certa altura um comerciante, depois de receber o aperto de mão e o folheto da pré-campanha, e aludindo ao debate televisivo que juntara na véspera os quatro candidatos no Canal 2. - «Gostei muito de o ver. Mas digo-lhe já que não tenho nada a ver com vocês, sou um jogador independente à espera de um bom contrato» - disse, despedindo-se depois com votos de «felicidades para vocês».

Caravana com Porto

Aproximava-se a hora do almoço, marcado para Caldas da Rainha. Depois de uma bica e uns minutos de conversa informal com os jornalistas que faziam a cobertura daquela manhã de pré-campanha, Carlos Carvalhas e os apoiantes arrumaram-se em dezena e meia de automóveis e partiram de Peniche. À saída da jovem cidade as bandeiras foram distribuídas de forma



Anos 90
**Portugal
 pode ser
 Melhor!**
 Carlos
 Carvalhas

Diário de campanha

que cada viatura tivesse pelo menos uma, e todos seguiram em caravana para o nordeste, com a aparelhagem sonora a semear música e palavras, acompanhada pelo compasso das buzinas.

Em Serra de El Rei, já passava do meio-dia, houve ainda uma breve paragem, aproveitada para tomar um aperitivo e para conversar com as pessoas que estavam no café e ali por perto, à porta de casa ou na barbearia, do outro lado da estrada.

Meia dúzia de alegres compinchas - com o nosso conhecido autocolante azul ao peito - bebiam ao balcão o cálice de vinho do Porto que, pelo menos naquele sábado, precedeu o almoço. «*Já estão a comemorar a vitória?*» - brincou Carlos Carvalhas. A resposta não tardou, e em dois segundos o candidato estava com um cálice cheio na mão. Brindou por um bom Natal para todos e, depois de saudar os clientes, meteu para a cozinha, que quem lá estava também era merecedor de um cumprimento pessoal.

Elas e eles

Tem sido notada a forma como Carlos Carvalhas se refere a «*portuguesas e portugueses*», uma entre outras manifestações do lugar que os problemas e aspirações das mulheres ocupam nas preocupações da candidatura do PCP. Como que correspondendo a este fenómeno, nota-se aqui e ali que muitas mulheres têm para com o candidato a PR e secretário-geral adjunto do PCP um sentimento especial de solidariedade e estímulo. Um reflexo desse sentimento terá sido, certamente, o significativo número de mulheres presentes no almoço-convívio que teve lugar na esplanada do parque de Caldas da Rainha e que foi realçado ao «*Avante!*» por um camarada da organização distrital.

A caravana, vinda de Peniche, chegou pouco depois das 13 horas, deu uma volta pelo centro e parou junto ao belo espaço do parque. Centena e meia de pessoas aguardavam Carlos Carvalhas à entrada do restaurante, saudando-o alegremente. Depois de distribuídos em poucos minutos pelas mesas e cadeiras que ali estavam e as que foram acrescentadas à última hora, podia ver-se na sala membros de órgãos autárquicos, dirigentes sindicais, responsáveis da organização concelhia do Partido e da ORLEI (entre os quais o camarada José Augusto, da Comissão Executiva Nacional do CC, que acompanhou o candidato desde Peniche).

No final do almoço - e depois de dirigir uma saudação especial aos jovens ali presentes, que lhe responderam à *letra* - Carlos Carvalhas falou dos dois meses e meio de pré-campanha já passados e valorizou a contribuição da candidatura comunista para que o debate político se situasse nos grandes temas. Manifestou, na altura, a sua solidariedade para com os jornalistas da RTP em greve. O candidato do PCP recusou ver os cidadãos como *eleitores-consumidores*, preferindo tratá-los como homens e mulheres com experiência, com consciência, com opiniões que devem ser ouvidas, respeitadas e tidas em conta.

**Sábado, 22
 17.10 horas**

Ao trabalho!

O apelo à intensificação do trabalho político no período imediatamente após o Natal marcou as intervenções de Carlos Carvalhas e do camarada Francisco Guerreiro, da concelhia do Partido, no lanche que reuniu o candidato às eleições de 13 de Janeiro com quatro dezenas de apoiantes da Figueira da Foz. Entre estes encontravam-se vários sindicalistas, membros da Assembleia Municipal e de assembleias e juntas de freguesia, personalidades independentes com prestígio no concelho, também Carlos Fraião, da Comissão Executiva Nacional e responsável da direcção regional de Coimbra do PCP.

Carlos Carvalhas deu uma informação sobre a forma como decorreu a pré-campanha e sublinhou que agora, com a decisão de ir com a candidatura até ao fim, se coloca aos militantes do Partido não só um objectivo político, mas também um objectivo eleitoral. Além do debate político sobre a função presidencial, os problemas do País, as reformas necessárias, o magistério presidencial que está a chegar ao fim e outras importantes questões, há também que combater a abstenção (a qual, preveniu Carlos Carvalhas, pode atingir a candidatura do PCP em número superior às outras três candidaturas), há que convencer politicamente o eleitorado a votar no candidato comunista.

O voto em Mário Soares - disse o secretário-geral adjunto do PCP - pode ser para muitos socialistas um *voto sem gosto*, que se vai misturar a votos do PSD (partido a quem, segundo disse Carlos Carvalhas, *tem sido dada a primazia no MASP*). Para esses socialistas, votar Carvalhas é um claro sinal de descontentamento e uma exigência de comportamento diferente por parte de Mário Soares. Carlos Carvalhas desejou aos presentes um bom Natal e reforçou o apelo feito inicialmente pelo camarada da concelhia: *Ao trabalho, camaradas, pelo nosso objectivo político e pelo nosso objectivo eleitoral!*

A campanha eleitoral, a propósito, começa no dia 29, sábado, e termina logo no dia 11 de Janeiro, sexta-feira. O tempo é pouco, o que há a fazer é muito. Ao trabalho, pois!



Nota dominante em todos os contactos e visitas efectuadas um pouco por todo o País tem sido o acolhimento caloroso dispensado a Carlos Carvalhas... Um acolhimento por vezes entusiasmado cuja expressão é visível não apenas ao nível da aprovação das suas ideias e propostas, mas também nas palavras de incentivo e estímulo à sua candidatura. Na foto, comício no Palácio de Cristal, no Porto, em Novembro



Entre as preocupações do candidato não está apenas a de levar a sua mensagem, as suas propostas e projectos relativamente às grandes questões que dizem respeito ao País e ao exercício do magistério presidencial. Em todos os contactos, tem sido notório o seu propósito de ouvir o que as pessoas têm para dizer, os seus problemas, as suas queixas e reclamações. Na foto, visita ao mercado semanal de S. João do Campo

Os que «não se reconhecem nas outras candidaturas» e que desejam que o seu voto seja interpretado como um gesto de «protesto, contra a resignação» devem votar «na minha candidatura», tem insistentemente realçado Carlos Carvalhas nos seus contactos de norte a sul, garantindo simultaneamente que são votos que «não cairão em saco roto nem ficarão no bolso» e que, ao contrário, terão expressão concreta na luta presente e futura em defesa dos interesses dos trabalhadores e do País. Na foto, Carlos Carvalhas dirige-se às pessoas que se concentraram para o ouvir no Largo 25 de Abril em Serpa



Nas eleições presidenciais não se vão contar os votos dos partidos — como tem sido afirmado em várias ocasiões por apoiantes dos quatro candidatos. Mas é evidente a diferença entre um PSD que se dissolve no MASP e um PCP que avança com candidato próprio. Na foto, o comício de 30 de Novembro, em Lisboa



Em dois meses e meio, desde que o PCP anunciou a decisão de participar nas eleições presidenciais com a candidatura do seu secretário-geral adjunto, realizaram-se dezenas e dezenas de iniciativas com Carlos Carvalhas. (Na foto, o almoço-convívio realizado na Bobadela, Loures, em Novembro). Agora, com o início oficial da campanha e depois da decisão de ir com a candidatura até ao fim, a actividade vai intensificar-se



Os ideais generosos por que lutam há quase 70 anos os comunistas portugueses são compartilhados por muitas das personalidades que marcam a cultura portuguesa contemporânea e que também estão neste momento com Carlos Carvalhas. Fotos durante a apresentação da Comissão Nacional de Apoio à candidatura do PCP e no jantar com intelectuais no Castelo de S. Jorge

Em qualquer altura do ano ofereça livros!



Estes são livros fundamentais!

A humanidade profunda na austeridade de quem entrega a sua vida à causa da libertação de um povo merece todo o fluir da narração, as reacções de muitas das figuras. Se é certo que o campo e os camponeses pobres e explorados, os pinhais de névoa, a desconfiança dos humildes, a bravura dos operários nas suas greves aqui aparecem, o tema central é a vida do Partido, as ligações, as casas de apoio, os contactos e precauções: por fim a prisão, a tortura, a morte. No presente romance histórico, a diversos títulos: como obra de arte que é; como testemunho de alcance sociológico e político; como exercício moral (não confundir com moralizante, no estrito sentido apologético). Em resumo, um grande livro, inesperado e onde os sentimentos mais fortes e puros do homem encontram a simplicidade e o rigor transparente da expressão.

Urbano Tavares Rodrigues

41.001 / 336 pp. / 1100\$00

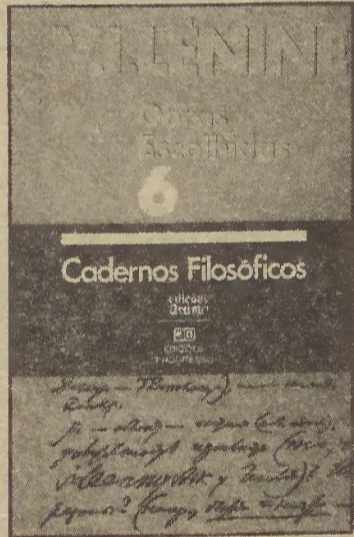


A organização desta obra seguiu rigorosamente o esquema elaborado por José Carlos Ary dos Santos. Esse esquema manuscrito, cuja reprodução se encontra na presente edição, constitui o único elemento deixado pelo autor sobre este seu projecto. *As Palavras das Cantigas* conta com um prefácio de Natália Correia sendo a organização, coordenação e notas de Ruben de Carvalho.

99.071 / 204 pp. / 1700\$00

A par do livro *Materialismo e Empirio-crítico*, os *Cadernos Filosóficos* contém uma inestimável riqueza ideológica, têm uma excepcional importância teórica e política e constituem a base da etapa leninista do desenvolvimento do pensamento filosófico marxista.

17.006 / 706 pp. / 1400\$00

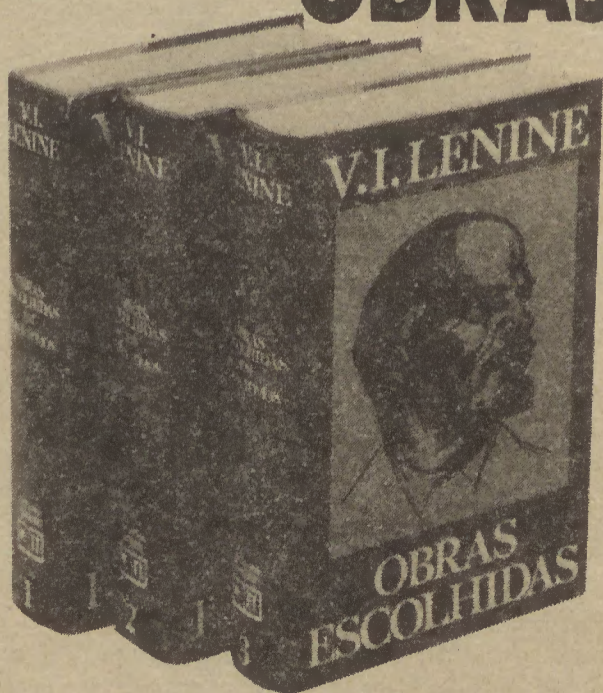


A época das civilizações mais antigas do Oriente e do Ocidente é um dos períodos mais brilhantes da história mundial. Nesta época a humanidade alcançou êxitos notáveis no desenvolvimento da cultura material e espiritual: domesticou animais, começou a utilizar metais, inventou a escrita; começaram a formar-se os conhecimentos científicos. A esta época está ligado o aparecimento de religiões universais como o budismo e o cristianismo. Surgiu o Estado, estabeleceram-se relações estreitas entre os países da Antiguidade Clássica e Oriental. A obra fundamenta-se em fontes escritas, na arqueologia, na numismática. O quadro cronológico deste trabalho é imenso: desde o aparecimento do homem até ao início da época feudal; é também ampla a área geográfica: da Espanha, no Ocidente, até à China, no Oriente.

18.001 / 362 pp. / 3600\$00

OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE

O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA



edições Avante!

Mente são em corpo são, já diziam os Gregos, sr. Ministro

Confrontado com a sua inabilidade para resolver os problemas do ensino, o Ministro da Educação voltou-se para a área surrealista. E encontrou a solução mágica quando em recentes declarações afirmou: «**as escolas podem cair, a alma nacional é que não**».

Parece-nos, pois, que a solução está em elevar a alma e esquecer que as escolas estão a cair; não será antes fechar os olhos? Segundo o sr. Ministro, fechemos os olhos e deixemo-nos transportar num mundo onírico, esqueçamos este mundo que de tão real é tão feio.

Mas como é possível fechar os olhos a tão triste realidade?

Mente são em corpo são — já diziam os Gregos. Máxima milenária agora esquecida pelo Ministro da Educação. Porque, de facto, para a alma se elevar é necessário que o corpo esteja em boas condições.

É necessário que sejam construídas mais escolas, sejam contratados e colocados os professores a tempo, seja contratado mais pessoal auxiliar, se criem condições para que o número de estudantes por turma seja reduzido. Enfim, que seja atribuída ao ensino uma verba suficiente para o seu desenvolvimento.

A alma nacional não deve cair, deve ser elevada; não nos parece, contudo, que deva ser a única coisa a ser elevada. É necessário elevar alguns pilares apontados ao céu, embelezá-los com paredes, janelas, cobri-los com um telhado; revestir por fim estes espaços de material e dar-lhes vida com professores e estudantes. Novas escolas são exigidas. O Governo não resolve os problemas, revela uma enorme falta de visão e não actua conforme o necessário desenvolvimento do ensino em Portugal; apregoa demagogia e lança ao vento iniciativas que não escondem a verdade. Porque não esconde a verdade a colocação de uma bandeira nacional em cada escola. Um nenúfar é sempre um nenúfar, mesmo que no meio de um pântano; nós dizemos: sim, queremos o nenúfar, mas não queremos o pântano.

(Da nota de imprensa divulgada pela Juventude Comunista Portuguesa no passado dia 21)

Salários

Dados oficiais revelados esta semana: os salários reais continuam em queda livre. Nos últimos cinco anos perderam 11,4 por cento na agricultura, pescas e alimentação, 35,3 por cento na electricidade, gás e água, 8,1 por cento nos transportes e comunicações e 1,3 por cento na construção e obras públicas.

O que é que isto terá a ver com a concertação social?

(Do «Expresso», secção «Deve e Haver», 22/Dez./90)

A CEE e os 13,5% de inflação em Portugal

Em matéria de inflação, a CEE classifica os 13,5 por cento deste ano como reveladores de «uma séria má alocação dos recursos» e sustenta que, a manter-se

Pontos Cardeais

este nível, ele poderá mesmo entrar o processo de maior integração de Portugal na Comunidade».

(De «Os presentes de Natal de Miguel Belega», «Público», 24/Dez./90)

Governo de Mota Amaral: pagamentos em atraso

O PCP-Açores tomou conhecimento que, recentemente, as empresas marítimas «Transinsular» e «Mutualista Açoreana» se recusaram a transportar para a Região uma série de

factores de produção para a agricultura e agro-pecuária sem o pagamento antecipado dos encargos do respectivo frete que, legitimamente, aliás, tem sido suportado pelo Estado e pela Região, a fim de igualizar o preço destes produtos em qualquer parte do território nacional (concretamente na Região Autónoma dos Açores). Igualmente o PCP-Açores tomou conhecimento que, apesar das garantias prestadas às empresas transportadoras, o Governo Regional se atrasou no pagamento de tais fretes.

(Do Gabinete de Imprensa da DORAA do PCP)

ANTOLOGIA



FRED (Othon Aristides). França, in «Les Chefs-D'Oeuvre du Dessin d'Humour» — 1968



No passado dia 21, no coração da baixa lisboeta, a JCP inaugurou uma «escola», bem ao jeito da política de Roberto Carneiro. Aproveitando a oportunidade para retribuir ao Ministério da Educação as prendas que tão fraternalmente tem distribuído aos estudantes, os jovens comunistas, nesta «festiva ocasião», abriram em pleno Rossio uma nova escola onde não faltaram os vidros partidos, e a degradação das instalações, a chuva nas salas e o equipamento ultrapassado, a falta de professores e de funcionários, a superlotação das turmas, etc. Como disse Roberto Carneiro, «as escolas podem cair, a alma nacional é que não».

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

O pormenor

Basílio Adolfo diz que é cristão.
Que boa alma — tambabão...

Basílio Adolfo diz que é democrata.
Que grande lata! Que grande lata!

Basílio Adolfo, nas entrevistas,
como ele sofre com os pensionistas...

Basílio Adolfo nem dorme a pensar
nas criancinhas e nos velhos sem lar...

Basílio Adolfo em jogo de entrudo.
Aquele «Adolfo» é que estraga tudo...

«Debate...»

— Eu do Governo não falo.
— Eu sobre o Governo calo.

— Eu porque trabalho com ele.
— Eu cá porque lhe quero estar na pele.

— Mas eu acho que ele não tem ido mal.
— Sim, vendo bem as coisas, afinal...

— É eficaz, damo-nos bem...
— Pois. A minha gente também...

— Sempre que pede faço-lhe um jeito.
— Eu cá também lhe rendo preito.

— Lá mal dele não falo!
— Eu também calo.

— Claro que às vezes é preciso dizer bem...
— Isso que tem? Isso que tem?

(Para a mesa do canto dos bifés do acém...)

Que conceito!

Ele diz que o dinheiro estrangeiro pode entrar e mandar à vontadinha comprar a tua casa e a minha, a nossa alma, um dia como já se projecta. Ele diz que tal cousa não afecta a nossa soberania...

Ah, que sujeito!
Ah, que conceito!

É evidente sob a carapuça não um presidente: um presidentuça...

Basílio contra Soares?
Soares muito agastado?
Ou estão de ares e tomares?
etc. e tal enquanto o essencial passa ao lado?

Parecem muito ofendidos nesta coisa são parecidos ambos com este ponto fraco: não dizem mal do Cavaco...

Um por «solidariedade institucional» cousa que, em pura verdade, esconde o essencial. Outro porque... Cavaco sempre ajeita o caminho à direita...

Ambos não estão fartos de, um ao outro pum!
de outro ao um catrapum!
dizer cobras e lagartos...

... mas caladinhos quando o Cavaco se vai aproximando sorrindo mudo do arraial...

(Quer dizer: dizem tudo menos o essencial...)

Porque os arrotos não dão votos.

A tomada de medidas objectivas para o melhoramento do trabalho do Partido nas suas diferentes expressões (nomeadamente trabalho de direcção), a profunda ligação à vida, às realidades e aos problemas locais, regionais e nacionais, a vontade firme de contribuir para a resolução desses problemas e para a concretização de justas aspirações das comunidades — têm sido, para os observadores atentos, notas salientes das numerosas iniciativas do PCP, que, no ano que agora está prestes a terminar, registaram padrões de qualidade, diversidade e intensidade verdadeiramente impressionantes no panorama da vida política portuguesa.

Atentos aos novos fenómenos, profundamente enraizados nas massas trabalhadoras, estudando e analisando com rigor os grandes temas da situação política, social, económica e cultural, empenhados no reforço do seu Partido e nomeadamente da sua intensa vida democrática, os comunistas portugueses entram com confiança no novo ano de 1991 e encaram também com confiança as difíceis batalhas que se aproximam. Uma confiança alicerçada no trabalho político que decorre em todo o País e que tem tido expressão dinâmica nas numerosas assembleias (com destaque para as importantes Assembleias das Organizações Regionais), encontros, debates, conferências, seminários, reuniões e outras iniciativas de debate e reflexão para cujo êxito têm contribuído muitas vezes as experiências de outros democratas. Este **dossier** especial é dedicado a esse valioso trabalho do Partido. Dum vasto conjunto de material proporcionado por aquelas iniciativas — e com especial incidência das Assembleias das ORs — extraímos diversos apontamentos que evidenciam um certo **estilo de trabalho** e de intervenção na vida...

O **dossier** volta para a semana. ■

SETÚBAL

«Que ninguém conte com o cansaço
ou a passividade do PCP»

Sobre o desenvolvimento da luta social pela defesa de melhores condições de vida e de trabalho para a população e as camadas laboriosas do nosso distrito, o que devemos adiantar desde logo é que, se não fosse a intensa luta desenvolvida contra a política do Governo do PSD, as situações de injustiça social seriam hoje, decerto, bem mais graves.

Falar das lutas dos trabalhadores e das populações do distrito neste período é falar das grandes e pequenas acções contra o desemprego, a insegurança e a precariedade do emprego, por melhores salários, pela redução dos horários de trabalho e pela defesa dos direitos e regalias que foram duramente conquistados e foram possíveis com a revolução de Abril.

(...) Sim, é verdade que nós, os comunistas, estivemos na primeira linha do desenvolvimento das lutas sociais no distrito, e tivemos um papel importante na sua dinamização. Mas ainda estamos aquém da participação e do envolvimento que deveríamos ter. Debilidades diversas, cuja origem principal reside em deficiências significativas da organização do Partido em muitas empresas e no movimento popular de massas.

Deficiências em relação às quais não devemos ter ilusões quanto a facilidades de as ultrapassar no imediato, mas que podemos vencer com a tenacidade, o trabalho e a energia inesgotável própria dos comunistas.

(...) Reorganizar hoje o Partido nas empresas acompanhando as grandes transformações em curso, obriga a um

esforço em vários sentidos.

É indispensável não só um melhor conhecimento da situação real, mas também o acompanhamento à evolução rápida do tecido económico do distrito, às diminuições por vezes drásticas dos efectivos dos trabalhadores em várias empresas, mas, igualmente, ao crescimento dinâmico de novas empresas. É necessário estarmos atentos às novas formas de pensar e agir dos trabalhadores, nomeadamente dos mais jovens. Conheceremos mais rigorosamente os seus interesses imediatos e as suas aspirações mais sentidas. Consideramos o impetuoso avanço de novas tecnologias e o aumento da dimensão intelectual do trabalho. Não menosprezamos o posicionamento e a importância cada vez maior dos quadros técnicos e intelectuais no processo produtivo. Temos em conta os acréscimos significativos no sector de serviços em termos de estabelecimentos e postos de trabalho e o crescimento de empresas de menor dimensão no sector agrícola e na indústria.

É uma tarefa complexa que temos pela frente, mas para um Partido como o nosso, ligado à vida e que mantém uma ampla e profunda ligação aos trabalhadores, é uma tarefa que está ao nosso alcance.

(...) A Organização Regional de Setúbal do PCP é indispensável para o desenvolvimento, o progresso, a consolidação e o exercício da democracia no nosso distrito. O reforço da organização do Partido é uma tarefa permanente de todos nós.

Integrar e responsabilizar mais militantes na organização, descentralizar com mais confiança, incentivar a vida própria e a iniciativa de cada organismo, promover o recrutamento sobretudo nas camadas mais jovens, são algumas das direcções de trabalho que propomos.

Quanto ao trabalho de direcção pensamos terem-se registado avanços significativos na capacidade de resposta aos complexos problemas económicos, sociais, culturais e políticos que se nos foram colocando.

No entanto, persistem deficiências que é necessário corrigir e superar, nomeadamente o insuficiente controlo de execução de tarefas e exame crítico da actividade partidária, o insuficiente aprofundamento e tratamento de problemas de direcção e organização, e a persistência de algum praticismo e imediatismo na nossa actividade.

(...) Temos muito trabalho pela frente. Mas há uma única resposta sobre se temos suficiente audácia, tenacidade, convicção. As resposta é:

Que ninguém conte com o cansaço ou com a passividade do PCP.

Que ninguém conte com a nossa renúncia à identidade e carácter de classe do PCP.

Que ninguém conte que esmoreça a nossa convicção de que os objectivos humanistas do socialismo são inquebrantáveis.

Da intervenção de Manuel Sobral, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP, na 3.ª Assembleia da OR de Setúbal, Barreiro, 8/DEZ/90

VILA REAL

Maior responsabilização
dos militantes

A premência das tarefas e as características da região levaram a um **excessivo centralismo** da actividade e da direcção do trabalho do Partido nas mãos dos **funcionários**. Esta situação não podia continuar, até porque diminuiu o número de funcionários na região, quer por motivo da situação financeira do Partido, quer ainda pela disponibilidade dos quadros para continuarem a ser funcionários. Uma das tarefas que nos propusemos foi assim o da **maior responsabilização**

dos militantes do Partido, mesmo correndo o risco de diminuição temporária da actividade do Partido. Em vários concelhos, as comissões passaram a ter um coordenador próprio e a terem de se desenrascar melhor ou pior com a actividade do Partido. Na nossa opinião **deram-se passos positivos**. No entanto continuam a existir incompreensões e a ideia que o funcionário é que deveria fazer tudo. São naturalmente também questões de hábito e de rotina, mas é um caminho sem

retrocesso. Quer a nível de concelhos, quer aos poucos ao nível do distrito o **caminho é a maior responsabilização dos militantes a nível de actividade e de direcção**. Se tivermos de andar mais devagar com as nossas iniciativas e a nossa actividade, andaremos mais devagar mas no passo certo.

Da intervenção de Vasco Palva, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP, na 1.ª Assembleia da OR de Vila Real, 8/DEZ/90



LISBOA

REFORMADOS

Os mais de 500 mil reformados pensionistas e idosos do distrito são uma força capaz de vencer dificuldades e impor justos direitos



Os Reformados constituem, com os Pensionistas e Idosos, um amplo estrato social, de que uma maioria de mais de 80% vive em condições de extrema dificuldade e mesmo de miséria — miséria económica e social. A política do Governo PSD/Cavaco Silva, longe de melhorar tal situação, agrava-a continuamente. Estipula aumentos insuficientes das reformas e pensões que em nada alteram essa realidade, tornada ainda mais grave com a subida dos preços dos bens essenciais e com o recente aumento das tarifas dos transportes. Diminuiu ou elimina totalmente a comparticipação do Estado nos medicamentos, alguns deles essenciais à população idosa. Nada faz no sentido de melhorar a assistência médica, antes a

degrada sem o mínimo de preocupação com a acção preventiva e terapêutica específica dos idosos nem com o apoio domiciliário indispensável.

Em oposição a essa política, e numa permanente e coerente actuação em defesa da Justiça Social, o PCP tem demonstrado uma incondicional solidariedade para com os Reformados, Pensionistas e Idosos. Tem-no demonstrado através de iniciativas legislativas com a apresentação na Assembleia da República de projectos de lei visando melhorar, realmente, as condições de vida dessa grande camada de população, e que o partido no Governo — o PSD — tem derrotado à custa da sua actual maioria parlamentar.

Os Reformados, Pensionistas e Idosos têm afirmado a sua disposição de lutar em defesa dos seus direitos, têm-no concretizado em variadas acções reivindicativas, acções de rua, iniciativas dirigidas à Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao Governo e ao Presidente da República. A sua disposição de luta cresce, expande-se e toma novas formas. As suas organizações multiplicam-se e alargam a sua influência.

A 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, reunida em 14 e 15 de Dezembro de 1990, considera que aos Reformados comunistas do Distrito cabe um papel de primordial importância no desenvolvimento, dinamização e

actuação das Comissões e Associações Unitárias de Reformados, Pensionistas e Idosos, do MURPI e das Comissões de Reformados em que participam. Os mais de 500 mil Reformados, Pensionistas e Idosos do Distrito representam uma força potencialmente capaz de vencer dificuldades, impor os seus direitos, conquistar as suas reivindicações. Os comunistas reformados saberão desempenhar esse papel, serão certamente a voz viva do nosso Partido em quem cada vez mais Reformados, Pensionistas e Idosos vêem o partido que melhor as defende.

Moção aprovada por unanimidade na 2.ª Assembleia da OR Lisboa, Damala, 14 e 15/DEZ/90

Jovens: os problemas e a intervenção dos comunistas

A situação social dos jovens no distrito de Lisboa, apesar das promessas e miragens criadas pelo Governo PSD/Cavaco, continua a agravar-se:

- São os problemas decorrentes do elevado desemprego juvenil;
- É a precariedade do emprego que atinge a esmagadora maioria da juventude trabalhadora do distrito, com profundos efeitos negativos nas condições de existência e na formação da jovem geração;
- São os cursos massivos da formação profissional que, não assegurando saídas profissionais nem formação técnica adequada, apenas servem para uma ocupação temporária e criar ilusões na juventude;
- São as condições degradantes do ensino, de que o elevado insucesso escolar é reflexo directo;

- São as dificuldades cada vez maiores do acesso ao Ensino Superior, como resultado do encarecimento, da redução do apoio social, da privatização e elitização deste sector de ensino, provocadas pela política antiestudantil do Governo PSD/Cavaco Silva;
- É a penúria e ausência de saídas profissionais de acordo com a formação dos jovens e a sua realização profissional;
- São as duras condições do cumprimento do Serviço Militar Obrigatório;
- São os problemas dramáticos gerados com a falta de habitação, tornada cada dia mais inacessível pela política anti-social do Governo;
- São os insuficientes espaços de convívio e de ocupação dos tempos livres contribuindo, assim, para um aumento em flecha do uso da droga e do desenvolvimento de outros fenómenos negativos no seio da juventude. O Governo do PSD/Cavaco Silva mais não tem feito do que agravar os problemas crónicos que a juventude enfrenta, e para eludir a sua responsabilidade, procura dar a ideia que os resolve, que tem soluções para eles, oferecendo saídas falsas e falsas alternativas, recorrendo a grandes meios em intensas e longas campanhas de propaganda, de que é exemplo elucidativo a realizada em torno do «Cartão Jovem».

Esta política mistificadora do Governo, visando neutralizar a juventude, instalar o conformismo e a apatia, lançar os ingredientes necessários para a competição sem regras e afastar a juventude da luta pela satisfação das suas aspirações e interesses específicos, não tem tido os efeitos pretendidos pelo Governo, antes pelo contrário, se verifica uma diminuição da influência da direita entre a juventude e a sua aproximação política aos ideais do movimento popular e democrático.

Daí, o sentimento crescente no seio dos jovens de que a política do Governo não serve e vai contra as suas aspirações, adia e compromete gravemente a sua realização profissional e o futuro e a felicidade da juventude portuguesa. No quadro actual, creio ser uma das tarefas exaltantes de cada organização do Partido na ORL, em estreita acção e cooperação com a JCP, tudo fazer para ganhar a juventude para o Partido, reforçar a todos os níveis a JCP e aumentarmos a influência política e eleitoral junto da Juventude — objectivo fundamental do Partido na região de Lisboa. Ao afirmarmos isto, estamos seguramente todos de acordo que só alcançaremos de facto tal objectivo, introduzindo uma viragem e combatendo a rotina no trabalho que temos desenvolvido com a Juventude. Assim, a acção do Partido junto da Juventude, para obter os resultados positivos e nobres que pretendemos, deve continuar a pautar-se por três aspectos essenciais:

- A nossa concepção do trabalho juvenil assenta na responsabilização, no estímulo à iniciativa e reflexão própria da Juventude, na organização e luta como via para a dinamização e intervenção social e política do movimento juvenil;
- O trabalho próprio do Partido junto da Juventude deve ter presente o reforço e desenvolvimento da JCP — organização juvenil do Partido;
- As organizações e os membros do Partido, a todos os níveis, devem ter uma acção político-ideológica adequada à juventude, que ganhe os jovens para o programa de luta do Partido pela democracia avançada, o socialismo e o comunismo.

Da intervenção de Alexandre Teixeira, do CC e da DORL, na 2.ª Assembleia da OR Lisboa, Damala, 14, 15/DEZ/90



JUVENTUDE

«Via do Infante» — um traçado infeliz

A Via do Infante, como é conhecida a via longitudinal do Algarve, que liga a Ponte Internacional sobre o Guadiana ao Barlavento Algarvio (Lagos), tem merecido largo espaço na Comunicação Social, fortes críticas, reparos e propostas de variados sectores interessados, quer de agricultores atingidos, populações afectadas, organizações representativas quer de técnicos altamente qualificados e estruturas como a Universidade do Algarve, organizações e sectores políticos com realce para o PCP, designadamente, através da DORAL, da

nosso Partido é a favor da construção da Via do Infante, defendida por nós desde há muitos anos como se pode verificar nas propostas de projecto de desenvolvimento regional avançadas nas mais variadas iniciativas e nos nossos Programas Eleitorais. Somos é contra o traçado aprovado pelo Governo e todo o processo conduzido que levou àquela aprovação. O Algarve é uma região caracterizada por grandes assimetrias de desenvolvimento, sujeita a fortes pressões e com enormes

toda a região e não tornar-se num novo espalhido que condicione ou agrave os contrastes já existentes, como o faz o Governo com a proposta aprovada e posta já em execução. Os que defendem este traçado alegam que uma solução mais a Norte iria elevar muito os custos do empreendimento, obrigava a fazer maiores feridas na Natureza e conduziria o tráfego para Lisboa e outros destinos em prejuízo do Algarve. Esta posição simplista do problema pretende fugir ao fundamental daquilo que está em causa que é saber se a Via do Infante, atendendo a todos os interesses envolvidos, é para servir o Algarve e as populações ou se ela se destina a servir outros interesses que não sejam estes.

Com a solução que foi adoptada serão destruídos em definitivo cerca de 800 ha de terrenos com boas aptidões para a agricultura, parte considerável dos quais estão incluídos na RAN, onde se pratica uma agricultura com elevadas produções e a obtenção de um rendimento que pode chegar a um milhão de contos.

Os agricultores sentem-se fortemente ameaçados e incrédulos ao terem que assistir à destruição dos ricos pomares, das hortas, das explorações agrícolas, onde foram feitos importantes investimentos, muitos dos quais com o apoio da CEE. As populações estão a braços com a invasão dos seus quintais e até nalguns casos o derrube das suas casas. Tudo isto pode ser testemunhado pelos agricultores das zonas de Tavira e de Loulé, e das populações da zona de Estói e Santa Bárbara de Nexe. O traçado da Via do Infante, em parte do seu percurso, dista poucos quilómetros da EN 125 e nalguns pontos quase se tocam. Daqui se poderá inferir que é de esperar a curto e médio prazo uma pressão turística e urbanística sobre as áreas que lhe estão próximas aumentando a pressão sobre o Litoral já de si bastante saturado. Para a definição do traçado não foi tida em conta a necessidade de um estudo de impacto ambiental e o que se fez foi adaptar não o traçado a um estudo mas precisamente o contrário.

Do mesmo modo se procedeu com o Plano de Ordenamento do Território do Algarve — PROTAL. Foi este que se adaptou ao traçado da Via do Infante, quando deveria ser o inverso. Estas são já razões suficientes para se compreender a posição do nosso Partido sobre o traço da Via do Infante e a justa contestação de que tem sido alvo por parte dos agricultores, populações e de muitas organizações e instituições e da opinião pública.

O Governo tem-se mostrado surdo a todos os protestos e propostas. Não revelou capacidade de diálogo, não defendeu os interesses do Algarve pondo em causa o seu desenvolvimento equilibrado e integrado. Sem razão, o Governo insiste neste absurdo, mas com razão a luta continua a ser travada. Todo este processo trouxe à evidência a necessidade da criação e instituição da Região Administrativa do Algarve. Temos a certeza que com a Região Administrativa outra teria sido a solução adoptada, outro teria sido o processo de participação utilizado e o Algarve teria a Via do Infante que o servisse plenamente.

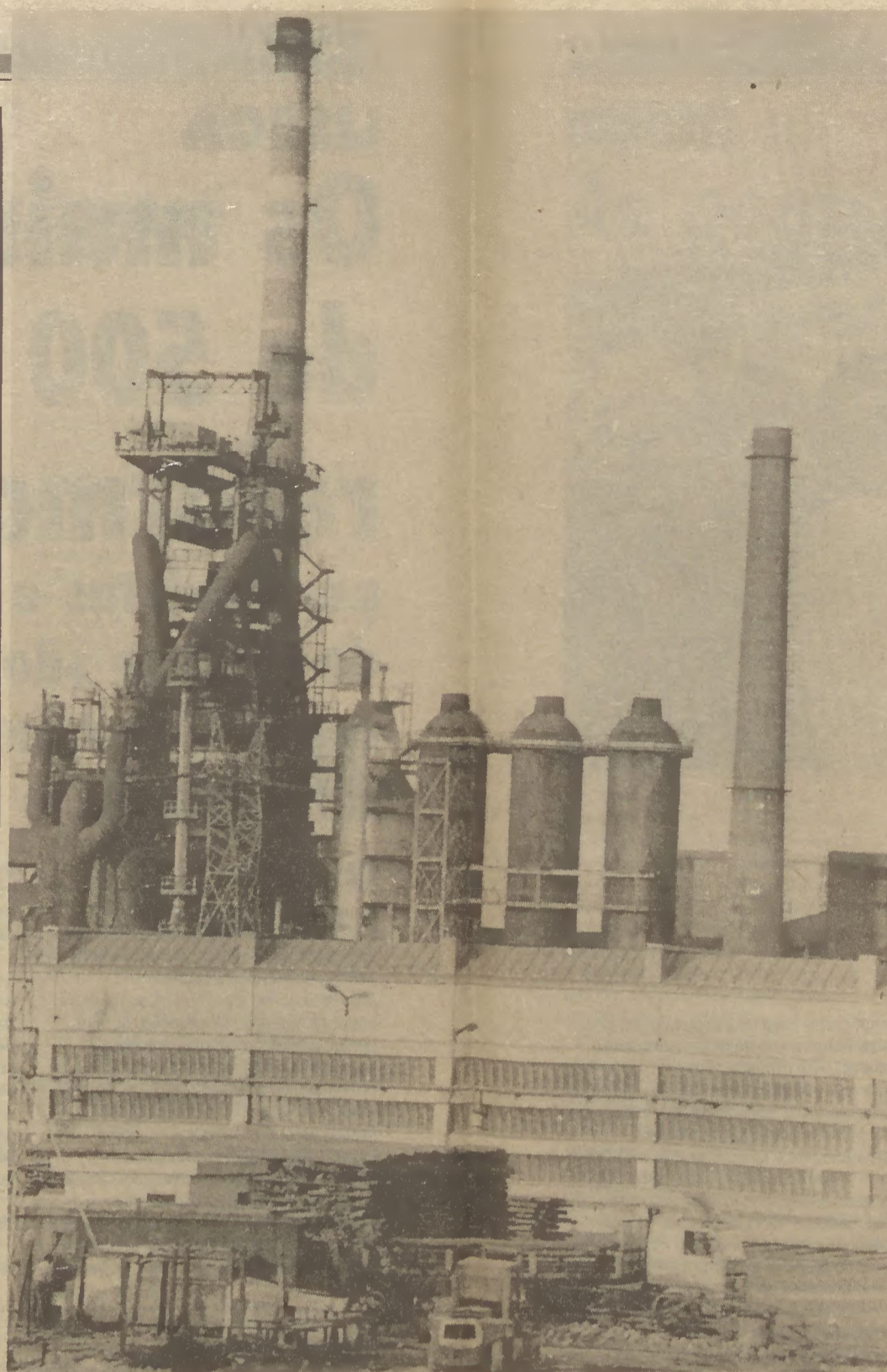
Da intervenção de José Manuel Lucas, da DORAL do PCP, na 2.ª Assembleia da OR do Algarve, 9/DEZ/90



intervenção na AR e no PE dando voz a todos os que se sentem profundamente atingidos e prejudicados com todo o processo que tem conduzido à definição e aprovação do traçado da Via do Infante. É sabida a grande importância que as vias de comunicação têm sobre o ordenamento do território e o desenvolvimento das regiões podendo promovê-lo de forma criteriosa e eficaz ou condicionar o seu desenvolvimento socioeconómico. Por este facto, não é indiferente a construção da Via do Infante mais a Norte ou mais a Sul, se tem mais ou menos nós rodoviários, se ficam ou não acautelados a defesa dos recursos se poderá ou não haver displicência no impacto ambiental provocado, se os interesses das populações ficam ou não defendidos e salvaguardados, se a economia regional fica ou não mais potenciada.

Nessa perspectiva, é evidente que se têm de analisar todas as implicações e equacionar todos os vectores que à partida se colocam à construção desta infra-estrutura de grande importância para o futuro do Algarve. Antes de mais convém salientar que o

estrangulamentos na sua economia. Na estreita faixa do Litoral concentra-se o fundamental da actividade económica da região e o grosso da população. É uma zona submetida a grandes pressões e apetências especulativas, extremamente saturada, provocada pelo crescimento desordenado e acelerado do Turismo, cujos efeitos acentuam a degradação paisagística, a descaracterização do património construído e natural e o agravamento de qualidade do ambiente. Em contraste, a zona da Serra tem vindo a sofrer um crescente isolamento e retrocesso resultante de desertificação humana, do agravamento da erosão, da destruição do coberto florestal e consequente empobrecimento dos solos. O Barrocal, zona intermédia entre o Litoral e a Serra, de certo modo reflecte traços e características que se situam entre estas sub-regiões, sendo de assinalar que a agricultura relativamente próspera se confronta, cada vez mais, com o avanço e a ameaça de construção urbanística, ligada ao Turismo. A Via do Infante deve ser um elemento fundamental para combater as assimetrias, deve contribuir para o desenvolvimento sócioeconómico de



Sobre a qualidade do ar que respiramos

Na Península de Setúbal existem dois complexos industriais — Setúbal e Barreiro/Seixal — que contribuem para situações de alto risco para a saúde das populações. Embora os valores médios anuais dos produtos analisados não violem os valores limites, verificam-se em muitos casos valores que, no controlo horário, violam os valores máximos permitidos. Na rede da Comissão de Gestão do Ar do Barreiro/Seixal, os postos de controlo pertencem, na sua grande maioria, às próprias empresas poluidoras, como acontece com a Quimigal, a EDP e a Siderurgia. Dos valores medidos em 1988 verificou-se que, no caso do SO₂, o valor limite do Percentil 98 (P₉₈) foi violado em 5 estações (Campo do Luso, Alto do Seixalinho, Pátio Albers, Câmara e Seixal).

Quando às partículas em suspensão verificaram-se violações nas estações do Hospital Velho e da Siderurgia, quer para a média aritmética quer para o «Percentil 95». No que se refere a medidas de controlo da poluição até agora adoptadas verifica-se que os investimentos realizados, quer em novas tecnologias industriais quer através de equipamentos de controlo de emissões, são insuficientes para garantir uma qualidade do ar que respeite valores mínimos.

A manter-se a actual situação, a diversidade dos processos industriais existentes e a sua concentração nesta pequena área, impõe-se a urgência de um estudo de implementação de normas que contemplem a especificidade de determinados poluentes emitidos, nomeadamente cloretos e fluoretos, dado que a única entidade que faz análises a estes compostos é a Quimigal. Face à legislação actual, com os reduzidos meios que a Comissão de Gestão do Ar dispõe, não é possível fazer a actuação que se impõe — o controlo e diminuição das emissões industriais que mais contribuem para a poluição atmosférica.

As medidas que preconizamos para fazer face a estas situações passam:

- Pela reivindicação de um estudo de impacto ambiental na zona industrial Barreiro/Seixal na qualidade do ar na região
- Pela reivindicação do alargamento e modernização da rede de medida da qualidade do ar (promovendo a utilização em todas as estações de postos de controlo automáticos e

integrando eventualmente postos de monitorização das empresas)

- Pela institucionalização da Comunidade de Defesa do Ambiente
- Pela integração da C.G.Ar no seio daquela Comunidade e a atribuição de funções executivas à C.G.Ar.

Na zona de Setúbal, a maior parte da poluição atmosférica pode ser imputada a quatro grandes unidades industriais: Central Térmica da EDP, SECIL, PORTUCEL e SAPEC. Para este caso preconizamos um conjunto de medidas idêntico ao proposto para a área do Barreiro/Seixal.

A actual situação da poluição atmosférica na Península de Setúbal pode caracterizar-se pela existência de zonas com elevados níveis de poluição que em determinados períodos diários ultrapassam níveis admitidos pela legislação comunitária.

Esta situação é agravada se considerarmos que existem substâncias igualmente prejudiciais à saúde que nem sequer são consideradas na legislação nacional como poluentes atmosféricos, como é o caso dos fluoretos e dos cloretos.

Consideramos pois que é necessária uma «Lei da Qualidade do Ar», que actualize toda a concepção sobre substâncias poluentes atmosféricas, integre novas e mais substâncias susceptíveis de prejudicar a saúde pública e que sejam criados os meios que permitam a sua aplicação.

Do texto de apoio preparado para o painel sobre Ambiente, da Conferência Regional do PCP sobre Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal, Caparica, 10 de Novembro de 1990.

SANTARÉM

Comunistas propõem rastreios regulares das populações ribeirinhas



A defesa do ambiente é hoje uma questão premente, tornando-se assim uma tarefa não só dos comunistas ou dos ambientalistas mas uma preocupação de todas as forças progressistas da região. De entre os principais problemas da poluição e desequilíbrio ecológico, (eucaliptização indiscriminada, poluição atmosférica, falta de saneamento básico) são os rios o problema mais preocupante, nomeadamente o Alviela, Nabão, Almonda, Tejo, Rio Maior, e muitos outros pequenos rios, rias e valas. Das principais chagas ambientais do distrito destaca-se, sem dúvida, a poluição do Alviela. Apesar da luta e das exigências junto do Poder Central, as respostas são somente promessas.

A situação exige a concretização urgente dos investimentos e das medidas necessárias ao funcionamento pleno da ETAR de Alcanena, a ligação de todas as fábricas ao sistema, a limpeza e regularização do caudal do Alviela. Outras acções urgentes: o tratamento dos desperdícios e rasps resultantes da indústria dos curtumes, e das lamas da

ETAR, dado o seu elevado teor de crómio.

A indústria de curtumes, com cerca de 130 empresas concentradas na Zona de Alcanena, exige uma atenção especial do Governo, devendo realizar-se um levantamento e estudo técnico aprofundado do estado do ambiente da Região, incluindo as zonas de Minde, Mira D'Alre, Alcanena, Pernes e Vaqueiros.

Será necessário acrescentar a este estudo sério os rastreios regulares de saúde das populações ribeirinhas, particularmente às crianças nas escolas e aos trabalhadores nas empresas. É igualmente necessária a avaliação do impacto ambiental de eventuais projectos de instalação de novas fábricas de curtumes e o estudo de medidas que visem salvaguardar a importante riqueza natural de toda a zona, tendo em conta a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento integrado da Região.

Da intervenção de António Orcinha, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP, na 3.ª Assembleia da OR Santarém, 1/DEZ/90

EMIGRAÇÃO



Por que é que os portugueses continuam a deixar o País?

Os salários dos trabalhadores portugueses são cada vez mais baixos em relação aos outros países da Europa. Em Abril/89 se um operário português ganhava 288\$00/hora o mesmo operário, se dinamarquês, ganhava 2000\$00 e a média da Europa era de 1300\$00. Os números são mais uma vez da Eurostat.

A precariedade do emprego é uma realidade que já ninguém ousa contestar.

A crise alarga-se e aprofunda-se em áreas e sectores cada vez mais vastos. Como foi salientado é a agricultura que define a falta de apoios em todo o País.

No Norte, Litoral e Centro devido à pequena dimensão da propriedade por si só impeditiva de acesso a fundos estruturais e sem qualquer hipótese de concorrência com a vizinha Espanha por exemplo. No Sul com a liquidação das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária e dos cerca de 70 mil postos de trabalho com ela criados, pela reconstituição do latifúndio, o regresso às coutadas de luxo

e a eucaliptização indiscriminada; são minas encerradas, como sucede em Vila Real; são sectores como os Têxteis de Vale do Ave e os Lanifícios da Corda da Serra à beira da falência total; são projectos nacionais e regionais metidos na gaveta ao longo dos anos, como Alqueva e Plano de Rega do Alentejo (agora na gaveta de Bruxelas para vergonha de todos nós), o regadio da Cova da Beira, a Metalurgia do Cobre ou o Complexo de Sines; é o capital estrangeiro a ganhar posições crescentes na vida económica do País; são as ditas reestruturações que levam ao despedimento de milhares e milhares de trabalhadores para depois acabarem em grandes negociatas em favor do grande capital e à custa de todos nós; é a delapidação de recursos essenciais à modernização efectiva da nossa economia, como tem sucedido com os fundos estruturais que têm servido as mais escandalosas negociatas, que nada têm reestruturado e cuja factura teremos que pagar a partir de 1993; é um nunca

mais acabar de situações de que a emigração é um reflexo indelével, como os números e situações hoje trazidos ao nosso Seminário podem testemunhar. Números e situações que constituem por si um verdadeiro libelo acusatório ao PSD, ao seu governo e à sua política. Como foi sublinhado, se se impõe denunciar e combater as redes clandestinas de mão-de-obra, os negreiros deste final do século XX, não podemos deixar de denunciar e combater a política de direita e o governo PSD, grandes responsáveis pela transformação dos trabalhadores portugueses em mercadoria barata, de 2.ª categoria. É a própria Secretaria de Estado da Emigração, de que o PSD é responsável há 10 anos, que o afirma: o número de portugueses no estrangeiro passou de 3 milhões e 450 mil para 3 milhões 929 mil em 5 anos, ou seja, mais 439 mil emigrantes.

Só em 1988 foram 18311 legais, dos quais 9540 com contratos permanentes e destes mais de 50% (5100) eram jovens com menos de 24 anos. Não se contam aqui os clandestinos, os que com o bilhete de identidade ou o passaporte de turista se deslocam por essa tão falada Europa. Pelo seu significado político, gostaria de chamar a atenção para uma situação muito particular, trazida ao nosso Seminário, e que é referente aos Açores. Como foi salientado, só nos anos de 1986/87 e 1988 saíram dos Açores 3% do total da população residente e, só em S. Miguel e St.ª Maria, estavam na lista de espera mais 5190 em 1988, ou seja, mais 2%. Foi ainda referido que Ilhas como St.ª Maria, Flores, Graciosa e Pico estão hoje com menos de 50% da população de há 15 anos atrás. Chamo a atenção para os Açores e não para Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Bragança, Vila Real, onde se vivem também situações de desertificação e envelhecimento, porque os Açores são uma região autónoma, o PSD governa lá com maioria absoluta desde o início e como tal o sr. Cavaco Silva não irá certamente atirar para outros a responsabilidade de uma situação de que só o PSD é responsável. O Governo passa o tempo a atirar-nos com a baixa espectacular do desemprego, que seria um dos indicadores comprovativos do êxito da sua política. É caso para perguntar ao Governo se os milhares de trabalhadores portugueses que saem anualmente do País contam nas suas estatísticas ou se vamos ter o sr. ministro Silva Penada um destes dias a anunciar-nos que o desemprego em Portugal acabou porque acabou de passar a fronteira o último desempregado a caminho da Suíça ou do Canadá.

E isto infelizmente é mais do que uma caricatura. Efectivamente, o Governo PSD nada está a fazer para inverter a

sangria crescente de trabalhadores. Sem trabalhadores não há desenvolvimento possível para Portugal. Sem desenvolvimento não há regresso para os portugueses espalhados pelo Mundo. Mas como foi salientado no nosso Seminário não é só no País que o PSD e o seu Governo revelam o seu desprezo por essa riqueza insubstituível que são os trabalhadores. Obrigando-os a emigrar pela política que cá pratica, o PSD e o seu Governo só deles se lembra lá fora em dois momentos concretos: em vésperas de eleições ou na falta das remessas que, como foi salientado, atingiram a significativa verba de 533 milhões de contos em 1989, que correctamente aplicados em muito poderiam contribuir para o desenvolvimento das regiões e do País.

Como foi dito no decorrer do Seminário, ao PSD e ao seu Governo não interessam as condições de desigualdade económica, social e cultural em que têm que trabalhar os portugueses no estrangeiro, não lhes interessa que sejam cada vez mais vítimas de actos de racismo ou xenofobia, não lhes interessa que lhes falem professores de Português para os filhos, apoio social, jurídico e consular. Pouco ou nada lhes importa que os acordos ou convenções não sejam respeitados.

Bem pelo contrário, como se salienta no documento-base, há 10 anos responsável pela pasta da Secretaria de Estado da Emigração e há quatro anos com uma maioria absoluta na Assembleia da República, o PSD não só nada faz de positivo pelos nossos emigrantes como, pelo contrário, atacou direitos elementares dos mesmos.

Falamos da atitude do Governo PSD face aos nossos emigrantes no exterior mas tivemos também a possibilidade de ouvir pela voz do representante da Associação Cabo-verdiana em Portugal a sua atitude em relação aos imigrantes no nosso país. Permitam-me que faça, por isso, aqui um aparte para chamar a atenção de todos os portugueses, para a situação igualmente dramática em que vivem hoje em Portugal, milhares de imigrantes de outros países, em particular imigrantes dos países de expressão portuguesa, a quem deste nosso Seminário expressamos a nossa viva solidariedade e que, tal como nós lá fora, são aqui, num país em que um em cada quatro portugueses é emigrante, vítimas de marginalizações, desigualdades económicas, sociais e culturais e, nestes últimos tempos, vítimas de crescentes manifestações de racismo e xenofobia perante a passividade do Governo português, situação de deste nosso Seminário vivamente condenamos.

Da intervenção de José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, no Seminário «Questões da Emigração, Hoje», Lisboa, 15/Dez./90

Movimento Anual de Emigração

1973	–	120.019
1974	–	70.273
1975	–	44.918
1976	–	33.246 (17.493 legais + 15.753 clandestinos)
1977	–	28.989 (17.226 legais + 11.763 clandestinos)
1978	–	27.914 (18.659 legais + 3.453 temporários + 5.802 clandestinos)
1979	–	30.136 (20.574 legais + 5.744 temporários + 3.818 clandestinos)
1980	–	38.917 (18.071 legais + 7.136 temporários + 13.710 clandestinos)
1981	–	37.868 (16.513 legais + 6.634 temporários + 14.721 clandestinos)
1982	–	22.459 (10.276 legais + 6.859 temporários + 5.324 clandestinos)
1983	–	19.381 (7.276 legais + 6.584 temporários + 5.521 clandestinos)
1984	–	17.932 (6.556 legais + 7.404 temporários + 3.972 clandestinos)
1985	–	17.340 (7.149 legais + 7.795 temporários + 2.396 clandestinos)
1986	–	14.568 (7.437 legais + 878 clandestinos para França)
1987	–	16.228 (8.108 permanentes + 8.120 temporários)
1988	–	18.302 (9.540 permanentes + 8.762 temporários)

Fonte: Boletins anuais da SEECP

Observações: As informações variam ao longo dos anos quanto ao tipo de autorização de residência, assim como a de saída do país, não permitindo uma comparação adequada. Os emigrantes clandestinos dificilmente foram registados, a não ser no caso da França que forneceu os seus registos de entrada. Antes de 1978 não aparecem os registos de permanência temporária, o que não significa a sua não ocorrência (elementos fornecidos no Seminário do PCP sobre as «Questões da Emigração, Hoje», Dez. 90)

LEIRIA

INDÚSTRIA

As pequenas e médias empresas - o presente e o futuro

O distrito de Leiria fundamentalmente constituído de PME's mantém as características essenciais delineadas na 1.ª Assembleia da O. R. Leiria em 1985 e acabaram por se confirmar muitas das preocupações então expressas na Resolução Política aprovada, com o encerramento de algumas dezenas de empresas no conjunto dos sectores do **Vidro, Cerâmica, Plásticos, Têxteis e Ind. Alimentares** e a redução acentuada dos postos de trabalho, que não tiveram consequências mais gravosas, essencialmente pelos reflexos da conjuntura externa favorável a Portugal que coincidiu com o actual mandato do Governo PSD.

A contenção momentânea de grande instabilidade que afectava os sectores tradicionais da economia regional e até alguma expansão verificada, não é o resultado da concretização de políticas e medidas concretas para resolver os problemas de fundo da economia regional que subsistem, mas apenas fruto das condições conjunturais favoráveis. A redução da dimensão média das empresas não significou um melhor apetrechamento tecnológico em geral, mas apenas um fenómeno de dispersão que se acentuou nos últimos anos. Excepção feita aos sectores da **Garrafaria, Moldes** (em algumas empresas) e **parte do sector Cerâmico**, em geral é insipiente a evolução do processo de renovação tecnológica e modernização da economia regional. Os fundos estruturais da CEE que, se aplicados com critério, poderiam resolver os problemas estruturais de economia regional, pouco têm contribuído para a sua superação e são malbaratados pelo Governo. A generalidade das pequenas e médias empresas da região continuam objectivamente arredados do acesso aos fundos comunitários e dos apoios técnicos que lhe permitam avançar decididamente para a indispensável modernização e aumentos de produtividade.

Os sectores tradicionais da Economia Regional — Cerâmica, Vidro (cristalaria), Limas, Têxteis, Conservas, etc. — continuam a subsistir numa perspectiva de exploração de baixos salários e de precarização de emprego.

O crescimento da economia regional tem assentado nos sectores tradicionais, em unidades de pequena dimensão e com baixo nível tecnológico, na base dos

mesmos pressupostos, com a agravante de ser regionalmente concentrado nas zonas tradicionais acentuando as assimetrias regionais.

Mesmo no sector dos **Moldes**, apesar de aparecer aos olhos da opinião pública como um sector bem apetrechado tecnologicamente, a larga maioria das empresas não o estão (hoje o sector conta com 230 unidades contra as 90 referidas em 1985) e enfrenta sérios problemas, pela incapacidade de acompanhar o elevado ritmo de evolução tecnológica e carências de formação profissional que o sector exige bem como as alterações que entretanto se verificaram no mercado mundial. Os problemas de fundo da Cristalaria, Limas, Têxteis, Plásticos, Conservas, etc., tornar-se-ão cada vez mais evidentes ao mais pequeno abalo da actual conjuntura, que se agravarão para o sector dos Plásticos e dos Têxteis com o mercado interno de 1993.

A confirmarem-se os actuais receios dos aumentos de combustíveis, nomeadamente do gás assim como alguma recessão em mercados de exportação, para além do seu significado no investimento terá consequências imprevisíveis no tecido industrial na região.

As grandes dificuldades em obter financiamentos e os altos encargos daí resultantes (taxa de juro com encargos que já atingem 29%) são outro factor impeditivo à renovação tecnológica e está a criar dificuldades financeiras às empresas.

O investimento estrangeiro na região já com alguma expressão é dirigido à compra de empresas já instaladas e, salvo raras excepções, não visa o melhoramento do processo produtivo mas essencialmente a exploração dos baixos salários e do mercado de mão-de-obra cada vez mais precarizado.

O desvio das verbas do FSE dos seus fins (contadas como resultados de exploração em imensas empresas) e destinadas à elevação da formação profissional dos trabalhadores e quadros são uma outra realidade que a prazo curto se reflectirão de forma mais aguda também no processo de desenvolvimento da economia da região.

O aproveitamento das potencialidades próprias da região conheceu também uma evolução pouco significativa seja no lançamento de programas e acções



visando o acréscimo de valores às produções regionais no sector alimentar, gamas de produtos resinosos, derivados de madeira, turismo, entre outros. A necessária diversificação das zonas de mono-indústria não conheceu também qualquer evolução positiva. Os programas públicos de infra-estruturas de Comunicação e Transporte e de Educação, além de insuficientes para responder às necessidades de desenvolvimento regional, têm neste momento atrasos significativos (Rede Viária principal e complementar, Centro de Formação Profissional de Leiria, Centros Tecnológicos, Escolas Superiores e outros). O processo de privatizações, a privatização de empresas estratégicas, implantadas em sectores estratégicos, não geram a modernização da economia. Promovem a transferência de propriedade para grupos económicos,

nomeadamente estrangeiros, transformando-se num factor adicional que dificulta e impede uma estratégia global de modernização da economia portuguesa.

A recente decisão de privatização da **Cimpor** da Maceira e Pataias, de importantes Bancos Comerciais e as já anunciadas como a **Portucel, EDP**, etc., empresas que têm registado importantes lucros, são determinadas por estreitos interesses de classes e razões de natureza ideológica, desprezando os interesses objectivos de desenvolvimento económico e de independência nacional. A anunciada privatização da **FEIS** é o resultado da deliberada intenção do Governo de abandono à sua sorte do sector cristaleiro com grande peso regional.

Da Resolução Política aprovada na 3.ª Assembleia da OR de Leiria, Marinha Grande, 9/Dez./90



LISBOA**MOVIMENTO SINDICAL**

Deixar as opiniões e as opções à porta do Sindicato?...

O nosso Partido, desde sempre e mais do que nenhum outro, defendeu e respeitou a autonomia do Movimento Sindical Unitário (MSU). A postura dos seus militantes, nas estruturas sindicais em que estão inseridos, é de defesa não só da autonomia como da democracia interna dessas estruturas, o que corresponde aliás a uma norma dos Estatutos do Partido.

E não se lhes poderá impedir que aí, enquanto comunistas dirigentes sindicais, defendam as suas opiniões, se batam por elas e procurem, pelo debate das ideias, convencer os outros da sua justeza, submetendo-se à vontade da maioria.

Como não se poderá impedir que um Partido como o nosso, com as responsabilidades que tem perante a classe operária, os trabalhadores e a sociedade portuguesa, tenha a sua própria opinião e posição face aos principais problemas que hoje se colocam ao movimento operário e dos

trabalhadores e a sua expressão mais organizada e influente — o MSU.

Por isso não partilhamos as opiniões de quem defende que o nosso Partido, ao contrário do que fazem todos os outros, não se deve pronunciar sobre os problemas do MSU, considerando isso como uma «ingerência». Como também não partilhamos que os militantes comunistas que são dirigentes sindicais «deixem a sua ideologia à porta do Sindicato» e omitam a sua qualidade de membros do Partido.

A confiança que os trabalhadores depositam no trabalho dos comunistas, que os leva a elegê-los para seus representantes nas empresas e nos Sindicatos, é exactamente o resultado da correcção e justeza das posições e propostas do nosso Partido e do trabalho abnegado de homens e mulheres dirigentes e delegados sindicais que se empenham na luta em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores,

animados pela força revolucionária de serem comunistas.

Mas no MSU estão muitos outros, homens e mulheres de diferentes posições políticas e ideológicas, prossequindo os mesmos interesses e objectivos.

O respeito pelo carácter unitário do Movimento Sindical, logo a partir do interior das empresas, implica um combate firme a manifestações de reformismo, sectarismo e obreirismo, num esforço de atracção ao projecto unitário que a CGTP consubstancia de um número cada vez maior de trabalhadores de diversos quadrantes político-partidários e de promoção às estruturas sindicais de quadros com real prestígio junto dos trabalhadores.

A força, a influência e a capacidade de mobilização do MSU são inseparáveis duma forte base orgânica, voltada para a acção e para a luta. É nos locais de trabalho, onde a primeira resposta aos problemas dos trabalhadores deve ser dada, que se situam as maiores preocupações do Partido no trabalho sindical no distrito. Daí que a direcção fundamental da intervenção dos comunistas na frente sindical deva ser o reforço e alargamento da organização sindical de base.

Da intervenção de Rosa Rabais, do CC e da DORL, na 2.ª Assembleia da OR de Lisboa, Damaia, 14/15/Dez/90

**AÇORES****CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA**

Dar toda a força possível à ideia de mudança

No entender do PCP/Açores são os seguintes os pontos naturais de convergência a aproveitar:

- 1.º — A luta pela efectivação dos direitos de participação dos cidadãos na vida política e social activa e a denúncia de todos os atropelos à democracia que são cometidos.
- 2.º — A demonstração da incapacidade governativa do PSD/A e a demonstração, nomeadamente através do incremento da propositura legislativa, da capacidade de gerar uma alternativa.
- 3.º — A conjugação de esforços visando o reforço da actividade e da acção própria de todas as organizações sociais mobilizadoras de vontades de transformação.
- 4.º — A defesa do sistema constitucional da autonomia, procurando isolar as perversões separatistas e as perversões

centralistas, ambas com desenvolvimentos em curso.

5.º — A criação e apresentação de propostas para a defesa e desenvolvimento da economia regional, num quadro difícil que o Governo Regional não quis prever e não soube enfrentar.

6.º — A defesa dos direitos de quem vive do seu trabalho e da necessidade de garantir que o custo de vida nos Açores seja semelhante ao do resto do País.

A convergência de esforços que se propõe implica o respeito rigoroso pelas características e identidade próprias de todas as forças envolvidas e visa, simplesmente, dar toda a força possível à ideia de mudança.

Da Resolução Política aprovada no 4.º Congresso Regional do PCP/Açores, P. Delgada, 27/28-Out-90

GUARDA**AGRICULTURA**

Aproveitar recursos e potencialidades

Em alternativa à política de abandono, de desincentivo e de falta de apoios, é necessário responder com uma política de integral aproveitamento dos recursos e potencialidades do sector agrícola do distrito, através do:

- Pagamento atempado das indemnizações devidas aos agricultores por sucessivas catástrofes naturais, já entregues pela CEE e retidas ou desviadas pelo Governo Cavaco Silva;
- Garantia aos agricultores de preços justos e estimulantes para os seus produtos e assegurar o escoamento das suas produções.
- Criação de um sistema de seguros de colheitas acessível e permanente e abrangendo todas as áreas da actividade agrícola;
- Mais crédito para a agricultura, sem o qual não é possível alcançar a modernização. Os créditos bonificados devem ser acessíveis a todos os agricultores que deles necessitem e os prazos de pagamento devem ser dilatados;
- Execução da Carta de Solos do Distrito. No seguimento desta medida, promover a informação técnica aos agricultores, visando a rentabilidade da produção e o aparecimento de novas culturas;
- construção de algumas barragens já projectadas, nomeadamente no curso superior do Mondego (projecto Caldeirão), no Zêzere e Côa e ainda nas ribeiras de Pinhel, Figueira e Sabugal; construção de novas represas e pequenos açudes; integral renovação dos regadios tradicionais;
- Aumento do apoio financeiro e técnico-sanitário à produção de lacticínios e

medidas para um melhor aproveitamento da Região Demarcada do Queijo da Serra e do prestígio deste produto; aumento dos efectivos pecuários dos ovinos e do gado bovino leiteiro e instalação de mais ordenhas mecânicas; promoção da selecção de raças ovinas;

- Criação de incentivos à instalação de jovens agricultores, proporcionando-lhes a necessária formação técnica e os apoios para iniciarem a actividade produtiva, na perspectiva de uma agricultura moderna;
- Estímulo à produção frutícola em especial da maçã e pêra, aproveitando as excelentes condições para a produção de qualidade; aumentar a capacidade da rede de frio; dinamizar as Estações Fruteiras, tornando-as num verdadeiro entreposto com incidência no mercado, sendo para isso necessária a participação dos produtores;
- Criação de Regiões Demarcadas de produção de vinhos atendendo à qualidade das castas existentes. Na Região Demarcada do Douro alargar o «benefício» a todas as vinhas legalizadas, assim como aumentar o valor às letras mais baixas;
- Apoio e dinamização do associativismo e do cooperativismo dos produtores agrícolas, única forma de defender os seus interesses e direitos, mas também como meio para alcançarem maior capacidade económica, maior rentabilidade e modernidade para enfrentar a plena integração na CEE e o Mercado Único.

Do documento «Desenvolver o Distrito da Guarda, promovendo o bem-estar do seu povo», para a 1.ª Assembleia da OR da Guarda, 28/Out./90.



Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 888

27 de Dezembro de 1990

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Álvaro Cunhal em encontro com trabalhadores

No dia 3 de Janeiro (quinta-feira da próxima semana) o camarada Álvaro Cunhal participa num encontro com trabalhadores e representantes de estruturas de trabalhadores promovido pela DORL e inserido na Campanha em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores que é um dos actuais objectivos de trabalho desta Direcção Regional do Partido.

O encontro realiza-se no Hotel Roma e tem início às 18.30.

Sessões no distrito de Setúbal

Nos próximos dias realizam-se no distrito de Setúbal, além das actividades programadas com o candidato do PCP à Presidência da República que noutro local noticiamos, as seguintes sessões: — na Baixa da Banheira: na sexta-feira, às 21.30, com o camarada Henrique de Sousa;

— em Cajados (Palmela): no sábado, às 21.30, com a camarada Apolónia Teixeira.

Lisboa

Jovens em festa no Ritz Clube

Para assinalar a abertura oficial da Campanha Eleitoral a JCP promove no próximo sábado no Ritz Clube uma festa-convívio, com a qual pretendem os jovens ir preparando também um bom acolhimento ao Ano Novo.

Começa às 16 horas, vai ser animada pela **Banda do Ritz** e por **Jorge Lomba**, decerto acompanhados, no écran gigante que será montado, pelos nomes mais sonantes da pop-rock e do video-clip.

Cerca das 18 horas a festa recebe um convidado de honra: **Carlos Carvalhas**

Fim de Ano no Couço

A Organização de Freguesia do Couço organiza mais uma vez a sua Passagem de Ano, aberta a toda a população, este ano no Salão da Tabaqueira.

A festa tem início às 22 horas e conta com a participação do conjunto musical «O Reflexo».

A reserva de mesas pode ainda ser feita no café «Os Ilhéus», na Cooperativa de Consumo e no Centro de Trabalho do PCP do Couço e no Café Arquimínio, em Santa Justa.

Anos 90

Portugal pode ser Melhor

Sexta-feira, 28

LISBOA

● Declaração sobre **Problemas dos trabalhadores e eleições presidenciais** - no Hotel Méridien às 18.30.

AMADORA

● Carlos Carvalhas participa numa acção de colagem de propaganda da candidatura no concelho da Amadora, dando início à Campanha Eleitoral. A concentração dos participantes nesta acção é às 23.30 no Centro de Trabalho da Amadora.

Sábado, 29

LISBOA

● Caravana no concelho de **Vila Franca de Xira**: contactos com a população às 9.00 no centro da cidade, às 10.00 em **Alhandra** (Pç. 7 de Março), às 10.45 em **Alverca** (junto ao mercado). Carlos Carvalhas estará em **Loures**, no Largo 4 de Outubro, às 11.30, deslocando-se em seguida a **Odivelas**. Almoço volante em **Caneças**, às 13.00. Passagem por **Pontinha/Brandoa**.

● Às 18.00 participa na **Festa da Juventude** que tem início às 16.00 no **Ritz Clube**, em Lisboa.

SETÚBAL

● Carlos Carvalhas janta em **Sesimbra** com apoiantes no restaurante «O Escondidinho» e participa em seguida numa Caravana Jovem em direcção ao Barreiro.

● **Comício-festa no Barreiro** - nos Penicheiros, às 21.30.

Domingo, 30

LISBOA

● Às 9.00, passagem pela **Feira do Relógio** e às 11.00 pela **Feira das Galinheiras**. Passagem pela **Musgueira Sul**. Almoço com apoiantes às 13.00 na **Voz do Operário**. passagem por **Belém**, **Bairro da Horta Nova** e Centro Comercial **Fonte Nova** — a partir das 15.15.

Paragem no **Largo da Estação da Damaia**. Passagem pela **Buraca**, **Bairro da Bela Vista**, estação de **Benfica** (a partir das 18.00). Jantar com apoiantes e imprensa na colectividade «Janeiro», no **Bairro Alto**.

Segunda, 31

SETÚBAL

● Distribuição de propaganda e contacto com a população de **Almada** no **Mercado Municipal** e no **Mercado do Levante**, na **Cova da Piedade**. Convívio com reformados no **Seixal**.

● Carlos Carvalhas estará no **Parque de Campismo da SFUAP**, a partir das 23.00, para participar na **ceia e festa de passagem de ano** que ali se realiza. Mais tarde (cerca da 1h), desloca-se à colectividade **Amigos da Costa**, onde também se realiza uma festa de fim de ano.

Terça, 1

SETÚBAL

● Carlos Carvalhas participa na caravana de propaganda que sairá cerca das 15.00 do Largo da RN no **Montijo**. Às 15.30 visita a colectividade do **Samouco**.

● **Encontro com a população de Alcochete** no salão nobre da Câmara Municipal, às 16.30. Fará, na ocasião, uma **Declaração sobre a Paz**.

Quarta, 2

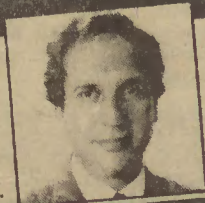
SANTARÉM

● Visita (a partir das 10.00) às **Oficinas da CP no Entroncamento** e contacto com os trabalhadores, com quem depois almoça na Cantina da CP.

Às 17.00, encontro com a população da **Chamusca**. **Sessão em Alpiarça** - na Sociedade Filarmónica, às 18.30. Em **Benfica do Ribatejo**, cerca das 19.30, jantar com seareiros de tomate e outros trabalhadores. **Sessão em Benavente** - no Centro Cultural, a partir das 21.00.

Portugal pode ser Melhor!
vota

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

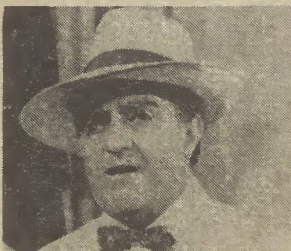


TV O Programa

Quinta 27

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model (44º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Bairros Populares de Lisboa
14.10 - Primeira Matinée - «Unidos Além da Morte», real. Anthony Asquith (GBr/1944, 108 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico



20.15 - Tieta (42º epis.)
21.15 - Desenhos Animados
21.25 - Twin Peaks (6º epis.)
22.35 - Sérgio Godinho
23.45 - 24 Horas
00.10 - Remate

RTP2

12.00 - A Força Astral (15º epis.)
12.40 - Filhos e Filhas (62º epis.)
13.05 - Jerry Lewis (15º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Aventura (15º epis.)
16.20 - A Ilha das Borboletas (9º epis.)
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.35 - O Menino Doutor (26º epis.)
18.55 - Ti-ti-ti (91º epis.)
19.25 - Circo
19.45 - Via Rápida
20.00 - Regiões Magazine
20.45 - Dick Tracy (66º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Dramazine
22.00 - Fora de Jogo
23.00 - Cineclube - «A Vida do Coronel Blimp», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBr/1943, 156 min.)
01.00 - Boletim Meteorológico

Sexta 28

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados

13.50 - Primeira Matinée - «Os Heróis de Telemark», real. Anthony Mann (GBr/1965, 126 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - Transantártica (7º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta
21.25 - Sessão da Noite - «A Boneca Mecânica», real. Steve de Jarnatt (EUA/1987, 91 min.)
23.15 - Querido John (nova série - 1º epis.)
23.45 - 24 Horas
00.15 - Boletim Meteorológico
00.25 - Remate
00.50 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (15º epis.)

RTP2

12.00 - Universo Juvenil (6º epis.)
12.25 - Documentário
12.40 - Filhos e Filhas
13.25 - Armação Ilimitada (22º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - O Mundo do Coral (6º epis.)
16.20 - Novos Horizontes
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.20 - Via Rápida
18.30 - Regiões Magazine
19.00 - Basquetebol (Troféu RTP)
20.50 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Ti-Ti-Ti
22.05 - Rotações
23.05 - Pop-Off
23.30 - As Teias da Lei (8º epis.)
00.20 - Boletim Meteorológico

Sábado 29

RTP1

09.00 - À Mão de Semear
09.25 - Canal Jovem
13.00 - Notícias
13.15 - Os Melhores Anos (últº epis.)
13.40 - Musical: «Diamonds Awards» (4ª e últª parte)
14.40 - Grandes Viagens (6º epis.)
15.40 - Primeira Matinée - «Momentos de Glória», real. Hugh Hudson (GBr/1981, 123 min.)
17.45 - A Magia de Paul Daniels
18.30 - Fogo Grego
18.55 - Hooperman (14º epis.)
19.20 - Tver
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.45 - Campanha Eleitoral
22.00 - Duas Histórias que o Diabo Gosta - «A Filha»
22.35 - Programação 91
22.50 - Casa Cheia (concurso)
23.45 - Tanamera (5º epis.)
00.55 - Última Sessão - «Dois Mundos Diferentes», real. Jack Gold (EUA/198, 100 min.)

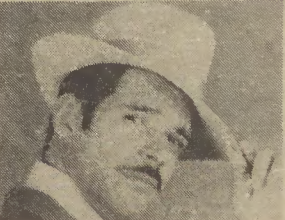
RTP2

09.00 - Universidade Aberta
10.15 - Fora de Horas
10.55 - National Geographic (21º epis.)
11.50 - Forum Musical
13.00 - Agarra o 2
14.00 - Cine-Sábado - «Os Três Padrinhos», real. John Ford, interpr. John Wayne, Pedro Armendariz (EUA/1948, 102 min.)
16.00 - Estádio (inclui Troféu RTP de Basquetebol)
18.30 - Jornal Fim-de-Semana
19.00 - Arca de Noé (concurso)
19.45 - Clube Paraíso (7º epis.)
20.35 - Tauromaquia
21.00 - Estádio
23.30 - Sétima Legião (concerto gravado no Pavilhão Carlos Lopes)
00.30 - Dinheiro do Céu (4º epis.)
01.20 - Boletim Meteorológico

Domingo 30

RTP1

09.00 - Canal Jovem
11.30 - Missa
12.25 - Not7
13.00 - Notícias
13.15 - Dick Turpin (série, 1º epis.)
13.40 - Fronteiras (7º epis.)
14.30 - Sons de 90
15.45 - Primeira Matinée - «Talhado no Céu», real. Alan Rudolph (EUA/1987, 80 min.)
17.10 - Que Família (10º epis.)
17.35 - Regresso ao Passado (últº progr.)
18.55 - McGyver (27º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.45 - Boletim Meteorológico



21.00 - Kananga do Japão (14º epis.)
22.35 - Domingo Desportivo
00.00 - Controvérsias

RTP2

09.00 - Outras Músicas
11.00 - Caminhos
11.30 - Agarra o 2
12.30 - Competir
13.00 - Troféu
18.05 - Vida Nova (15º epis.)
19.00 - Jornal Fim de Semana



20.00 - A Embaixada em Londres (5º epis.)

20.50 - Palavra Puxa Palavra (concurso)
21.35 - Artes e Letras - «Luís de Freitas Branco»
21.50 - Noite de Cinema - «Ave do Paraíso», real. King Vidor (EUA/1932, 77 min.)
23.40 - Boletim Meteorológico

Segunda 31

RTP1

09.00 - Brinca Brincando
10.30 - Ponto de Encontro
11.45 - Culinária
12.05 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Maravilhas do Mundo Selvagem
14.00 - Carmen no Gelo
15.10 - Primeira Matinée - «Doutor... Agora é que São Elas», real. Gerald Thomas (GBr/1968, 90 min.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.50 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.00 - Campanha Eleitoral
20.40 - Tieta



21.40 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo
22.05 - Especial Fim de Ano - «Crime na Pensão Estrelinha», de Herman José
00.15 - Cinema - «O Caça-Polícias II», real. Tony Scott (EUA/1987, 100 min.)

RTP2

12.00 - Johnny Quest
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Music Box - Adeus 90
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Maravilhas do Planeta
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino



18.30 - Circo
19.30 - Via Rápida
20.40 - Frida (telefilme)
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Mr. Bean (com o humorista Rowan Atkinson)
21.55 - Especial Fim de Ano - Espectáculo musical transmitido directamente do Terreiro do Paço
00.20 - Lido

Terça 1

RTP1

08.55 - Missa da Paz
10.45 - Canal Jovem
12.30 - Rua Sésamo
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Circo de Monte Carlo
14.25 - Primeira Matinée - «Annie», real. de John Huston (EUA/1982, 128 min.)
18.00 - Brinca Brincando
19.30 - Telejornal
20.00 - Mensagem do Presidente da República
20.10 - Campanha Eleitoral
20.40 - Tieta
21.40 - Desenhos Animados
21.45 - Revista do Ano
22.25 - O Polvo (série IV - 1º epis.)
00.15 - Cinema - «Em Busca da Esmeralda Perdida», real. Robert Zemeckis, interpr. Michael Douglas,



Filmes

«Unidos Além da Morte» - 5ª, 14.10, RTP-1
«A Vida do Coronel Blimp» - 5ª, 23.00, RTP-2
«A Boneca Mecânica» - 6ª, 21.25, RTP-1
«Os Três Padrinhos» - sáb., 14.00, RTP-2
«Momentos de Glória» - sáb., 15.40, RTP-1
«Dois Mundos Diferentes» - sáb., 00.20, RTP-1
«Talhado no Céu» - dom., 15.45, RTP-1
«Ave do Paraíso» - dom., 21.50, RTP-2
«Doutor... Agora é que São Elas» - 2ª, 15.10, RTP-1
«O Caça-Polícias II» - 2ª, 00.30, RTP-1
«Annie» - 3ª, 14.25, RTP-1
«Três Homens e Um Berço» - 3ª, 21.50, RTP-1
«Em Busca da Esmeralda Perdida» - 3ª, 23.15, RTP-2
«Desafio ao Medo» - 4ª, 14.30, RTP-1
«Cocoon» - 4ª, 22.05, RTP-1

Música

Quinta
19.25, RTP-2: Via Rápida
22.35, RTP-1: Sérgio Godinho

Sexta
18.20, RTP-2: Via Rápida
23.05, RTP-2: Pop-Off

Sábado
11.50, RTP-2: Forum Musical
14.20, RTP-1: Diamonds Awards - IV
23.30, RTP-2: Sétima Legião

Domingo
09.00, RTP-2: Outras Músicas

Segunda
19.45, RTP-2: Via Rápida

Terça
19.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta
19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (01.10), 6ª (00.25), 4ª (00.50)
Rotações - RTP-2, 6ª, 22.05
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.55
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

Kathleen Turner (EUA/1984, 106 min.)

RTP2

10.00 - Recreio do 2
12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 - Pingu
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Variedades no Teatro Apollo
14.00 - Primeiro Jornal
14.25 - Prémio Country Music 1990
16.00 - Viajando pelo Mundo (15º epis.)
16.20 - Bugs Bunny
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Bailado
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemazine
21.50 - Cinemadols - «Três Homens e Um Berço», real. Coline Serreard (França, 106 min.)

Quarta 2

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.45 - Culinária
12.05 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Sem Legendas
14.30 - Primeira Matinée - «Desafio ao Medo», real. Henry Hathaway (EUA/1967, 110 min.)

16.20 - Ponto Por Ponto
16.50 - O Corpo Humano (16º epis.)
17.20 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.50 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.10 - Campanha Eleitoral
20.45 - Tieta
21.45 - Desenhos Animados
22.00 - Vamos Jogar no Totobola
22.05 - Lotação Esgotada - «Cocoon - A Aventura dos Corais Perdidos», real. Ron Howard (EUA/1985, 117 min.)
00.15 - 24 Horas
00.50 - Remate

RTP2

12.00 - Os Centuriões
12.25 - Documentário
12.40 - Filhos e Filhas
13.00 - Nono B (2ª epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Acores - Gente Nossa
16.55 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Rainhas de Beleza (6º epis.)
18.55 - Ti-Ti-Ti
19.20 - Via Rápida
19.30 - Circo
20.00 - Magazine Regiões
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Emoções
22.00 - Joaquim Leiria
23.30 - Destino América (série, 1º epis.)
00.15 - Universidade Aberta

Teatro O Cartaz

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb., às 21.30, dom. às 17. Sala Nova - O Estrangeiro em Casa, de Richard Demarcy, encen. João Mota. Sala 7 - Um Eléctrico Chamado Desejo, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

1º Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. S. Tóres, de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo Locomotiva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16. Loucos por Amor, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. Desejo Sob os Ulmeiros, de Eugene

O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Muito Barulho Por Nada, de Shakespeare, encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. Al Cavaquinho.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. Liberdade em Bremen, de R. W. Fassbinder, encen. Heider Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Quem

Tem Medo de Virginia Woolf?, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

Teatro Malzum, Rua Poiais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. A Tela, de Graça Gonçalves, encen. Silvina Pereira.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazaréth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Casa de Boneca, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. Os Bancários Também Têm Alma, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

Para crianças













Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. Sáb. às 16, dom. às 11. Cada Macaco no seu Galho, pelo Grupo Os Papa-Léguas.

LOURES

Teatro da Malaposta, R. de Angola, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Osso de Mafoma, de António de Macedo, encen. José Martins.

TEMPOS DE ANTENA

TELEVISÃO logo depois do Telejornal

Sábado 29	BH		MS	CM	Quinta 03	BH	CM		Terça 08	BH		MS
Domingo 30	BH	CM		Sexta 04	MS	BH	CM	Quarta 09	CM		MS	
Segunda 31	MS		BH	Sábado 05	BH		MS	CM	Quinta 10	BH		MS
Terça 01	MS	MS	CM	Domingo 06	MS	CM	BH	Sexta 11	BH		CM	
Quarta 02	CM		BH	Segunda 07	CM	MS		Terça 08	BH		CM	

RÁDIO

ANTENA 1 COMERCIAL RENASCENÇA	RFM	RENASCENÇA	RFM	RDP-AÇORES	RDP-MADEIRA	RDP-PORTO	RDP-COIMBRA	RDP-FARO	ANTENA 1 COMERCIAL RENASCENÇA	RFM	RENASCENÇA	RFM	RDP-AÇORES	RDP-MADEIRA	RDP-PORTO	RDP-COIMBRA	RDP-FARO	ANTENA 1 COMERCIAL RENASCENÇA	RFM	RENASCENÇA	RFM	RDP-AÇORES	RDP-MADEIRA	RDP-PORTO	RDP-COIMBRA	RDP-FARO											
Sábado, 29												Quinta, 3																									
18.15	21.00	20.00	4.15	3.15	-	-	-	-	17.30	21.45	20.45	-	-	-	-	-	-	18.15	21.15	20.15	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Domingo, 30												Sexta, 4												Terça, 8													
18.35	21.15	20.15	-	-	20.15	11.45	10.15	18.10	10.20	17.52	21.15	20.15	-	-	20.40	13.45	15.15	17.10	20.15	18.15	21.15	20.15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Segunda, 31												Sábado, 5												Quarta, 9													
17.52	21.00	20.00	4.15	3.15	20.25	13.30	15.00	16.55	20.00	17.30	21.15	20.15	4.15	3.15	-	-	-	-	-	18.35	21.15	20.15	4.15	3.15	20.25	13.30	15.00	16.55	20.00								
Terça, 1												Domingo, 6												Quinta, 10													
18.15	21.15	20.15	-	-	-	-	-	-	-	18.15	21.45	20.45	4.00	3.00	20.00	11.30	10.00	17.55	10.05	17.30	21.30	20.30	4.15	3.15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quarta, 2												Segunda, 7												Sexta, 11													
18.15	21.00	20.00	4.00	3.00	20.40	13.45	15.15	17.10	20.15	18.35	21.15	20.15	-	-	-	-	-	-	-	17.30	21.30	20.30	-	-	20.00	13.30	15.00	16.55	20.00	23.15	-	-	-	-	-	-	

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Amar-te-ei Até Te Matar	—	★★★	—	★★★
B	Fantasia	—	★★★	★★★★	★★★★★
C	Non ou A Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
D	Henry e June	—	★★	★★	★★★
E	Tudo Bons Rapazes	—	★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Lawrence Kasdan — Fonte Nova/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), Quarteto/4 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Walt Disney — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Manoel de Oliveira — King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Philip Kaufman — Amoreiras/10 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) Lisboa.
- E — Real. Martin Scorsese — Alfa/4 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), Amoreiras/6 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), Quarteto/2 (14.15, 17.00, 20.00, 22.30) — Lisboa.

Exposições

LISBOA

Ana Marchand - Pintura. Galeria Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. Das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 29/12)

António Martínez - «Retábulos», pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 31/12)

António Matos - Escultura. Galeria de S. Mamede, R. da Escola Politécnica, 167 (até 5/1)

Armando Alves - Objectos (1970-1990). Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.

Canto da Mala - Escultura. Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)

Colectiva de pintura (Eduardo Santos Neves, Eduardo Lima Telxela, Fátima Cruz Neves). Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/12)

Cristina Iglésias (Espanha) - Escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (até 4/1)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - biblio-icnográfica, com os planos e projectos do Ageduto das Águas Livres e obras de arte que este inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Felippa Lobato - Pintura e escultura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (até 5/1)

Glória Elena - Pintura; **Silvia Westphalen** - Escultura. Clube 50, Rua de S. Mamede, 9, 1º (até 16/1)

Homenagem a Raúl Lino. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)

João Penalva - Pintura. Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1)

João Serrano - Fotografia. Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A (até 4/1)

José Rodrigues - Exposição antológica de escultura e desenho. Socitp, R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 5/1)

Menez - Pintura (retrospectiva). Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Dezembro)

40 Gravadores do Québec (gravura contemporânea). Galeria da Cooperativa Gravura, Travessa do Sequeiro (até fim de Dezembro)

Romy Castro - Pintura; **António Matos** - Escultura. Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 14/1)

Ruth Rosengarten - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A

Sara Mendes - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, s/cv. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 4/1)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (aosáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano.

Tapeçaria do séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Saitre, 146.

PORTO

Aida Sousa Dias - Escultura; **Alberto Cédron** - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66 (até 4/1)

Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves, Das 14 às 20 (até 6/1)

Eduardo Batarda - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30

Júlio Sarmento - Pintura recente. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 29/12)

Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30

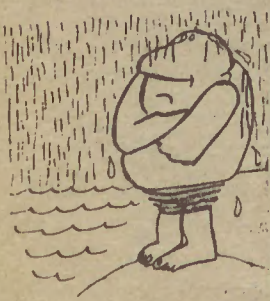
Rui Aguiar - Pintura. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 15 às 22

OUTRAS LOCALIDADES

António Pimentel - Pintura. Até 4/2, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANSIL

Colectiva (Cândida Conde Miranda, Graciete Rosa Rosa, João Duarte, Carmo Pólvora, Ilda Pombeira, Vitor Alves). Até 30/12, Casa Museu dos Patudos, ALPIARÇA

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE



Tempo Fim de Semana

Céu muito nublado nas regiões do Norte, com períodos de chuva fraca; pouco nublado nas regiões do Centro e Sul. Vento fraco ou moderado de Oeste, neblina ou nevoeiro matinal.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Debates: a diferença

Não haverá exagero em afirmar-se que o povo português ficou «traumatizado» com o debate entre Basílio e Soares. Quer um, quer outro ficou marcado — o primeiro, pelo estilo grosseiro que imprimiu à sua agressividade; o segundo (aliás tão cioso noutras ocasiões do seu estatuto presidencial...) entrou no jogo substituindo argumentos políticos por arreganhos de ordem pessoal que lhe tiraram grande parte da simpatia que o «mito da bochecha» tem imposto.

Felizmente, houve quem viesse depois repor a dignidade da discussão política. Refiro-me especialmente a Carlos Carvalhas.

Na pedagogia do concreto

Ele não embarcou nas provocações que enfrentou quer no debate com Mário Soares quer com Basílio Horta. O equilíbrio foi a nota principal do seu discurso. Ao recordar, por exemplo, a convivência de Basílio Horta com o regime fascista, não o fez por qualquer mórbida vontade de destruir; fê-lo somente para lembrar ao outro candidato os riscos que atravessava, se continuasse a pessoalizar as questões...

Pode mesmo dizer-se que foi o único que fez trabalho de pedagogia concreta. Através das suas intervenções o povo português ficou a perceber melhor o que se passa na CEE no plano financeiro, económico, social. O próprio Mário Soares deve ter ficado com alguns números dentro da cabeça...

Até ao «venha a nós»...

Carlos Carvalhas entendeu melhor que nenhum outro que uma emissão deste tipo vale pouco se dura apenas o seu próprio tempo.

Por exemplo: no dia seguinte ao debate, um passageiro do autocarro conversava com outro: «Não me digas que és como aquela história de ontem do tipo que só sabia o Pai Nosso até ao venha a nós...».

Isto é apenas um sinal. De facto, Carlos Carvalhas desmantelou a teoria da necessidade de grandes grupos económicos, defendido por Basílio Horta. Mostrou que se trata de uma pura ilusão. Os grupos económicos privados só poderão ter êxito, nas actuais condições de mercado, trabalhando em apoio e colaboração com um forte sector público. Sem o que cairão, inevitavelmente, no papo dos grandes grupos transnacionais.

O resto é deitar poeira nos olhos dos portugueses. E um Presidente da República que não veja isto, não estará em óptima situação para defender Portugal.

A bochecha não resolve tudo.

Ódio não é televisivo

Carlos Carvalhas provou que a discussão política é compatível com a serenidade. Com o diálogo e não inevitavelmente com a agressão.

Repare-se em Basílio Horta no seu debate com Carlos Carvalhas. Este era o seu «inimigo de classe». Praticamente, não olhou para ele. Transpirava ódio político. Para além de tudo, em termos puramente televisivos, foi um desastre.

Este ódio aos comunistas parecia, de súbito, ter recuado vinte anos. Quem tiver olhos, que veja... depois dizem que os comunistas é que não mudam...

O joguinho

Outro desastre, em termos políticos, foi Mário Soares. A sua aproximação ao PSD provoca-lhe uma espécie de paralisia, gera uma ambiguidade que se reflecte no círculo dos seus amigos. Ei-lo de repente, de braço dado com... Basílio Horta, como justamente sublinhou Carlos Carvalhas: um, não critica o governo porque lho impedem as funções presidenciais que exerce, outro não critica o governo porque «não é o governo que está em causa»...

Jogo à vista! Soares não critica para não alienar o apoio do PSD; Basílio, para atrair a si alguns votos dessa área...

Não é jogo: é joguinho. Em política, os joguinhos não rendem.

O bombardeamento

Entramos em período de propaganda eleitoral. Isto quer dizer que vai começar o habitual bombardeamento anticomunista. Já estão anunciadas algumas peças. Outras virão, cada qual pior do que a anterior.

Os comunistas vão precisar de ter nervos de aço. Formas de acção terão de ser tomadas: pressão junto da RTP e dos órgãos de soberania, denúncia das rubricas de propaganda encoberta.

Atenção, leitores. O bombardeamento ainda mais intenso vem aí...

Ulisses

Síntese semanal da IMPRENSA



O LUARDA RICARDO 202 144



(«Público», 23 de Dezembro)



(«Diário de Notícias», 26 de Dezembro)



(«A Capital», 21 de Dezembro)



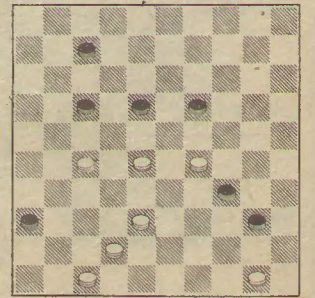
O LUARDA RICARDO 202 144



(«Público», 26 de Dezembro)

Damas

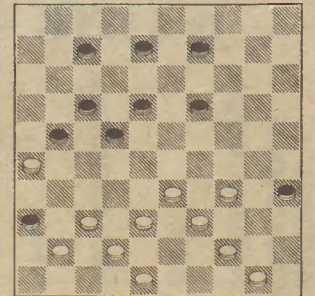
CCLXXXIV — 27 de Dezembro de 1990
 PROPOSIÇÃO N.º 284
 Por: ANTOINE MOLINON
 3.º Prémio Fédération Française du Jeu de Dames, 1978
 Pr.: [7]: 6-17-18-19-34-36-40
 Br.: [7]: 27-28-29-38-42-47-50



Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 284
 Por: REBARDEAU
 Abril, 1930

Pr.: [10]: 7-8-9-17-18-19-21-22-35-36
 Br.: [10]: 26-33-34-37-38-39-41-42-44-48-50



Branças jogam e ganham

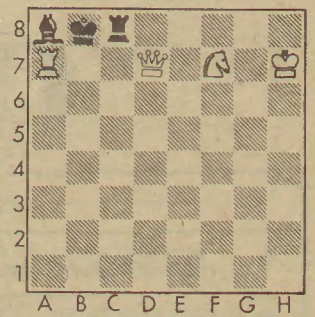
SOLUÇÕES DO N.º CCLXXXIV

N.º 284 (A.M.): 1. 28-23, (19x28); 2. 27-22, (18x27); 3. 38-33, (28x39); 4. 47-41, (36x38); 5. 50-451, (34x23); 6. 45x1=D, (23-28); 7. 1-29, (28-32); 8. 29-42+
 N.º 284 (G.): 1. 37-32, (36x47)=D; 2. 32-27, (21x43); 3. 33-28, (47x49); 4. 26-21, (22x44); 5. 21x1=D+

Xadrez

CCLXXXIV — 27 de Dezembro de 1990
 PROPOSIÇÃO N.º 284/A
 Por: CHARLES PELLE
 Weinheimer-Mem., 1947 (Prémio Especial)

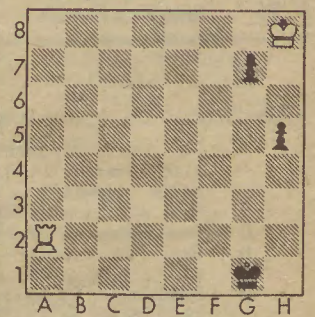
Pr.: [3]: Ba8-Tc8-Rb8
 Br.: [4]: C7-Ta7-Dd7-Rh7



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 284/B
 Por: JOSEF MORAVEC
 La Stratégie, 1913

Pr.: [3]: Ps.g7, h5-Rg1
 Br.: [2]: Ta2-Rh8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXXIV

N.º 284/A (Ch.P.): 1. Cd8! [ameaça: 2. Tb7++], B64+; 2. Rg7! Tc4; 3. Cd6++
 N.º 284/B (J.M.): 1. Rh71, h4; 2. Rg6, h3; 3. Rg5, h2; 4. Rg4, h1=D; 5. Rg3 e g. 4. ..., h1=C; 5. Rf3, g5; 6. Td2, g4+; 7. RxP, Cf2+; 8. Rf3, Ch1; 9. Ta2 e G. 1. ..., g5; 2. Rg6, g4; 3. Rg5, g3; 4. Rh4!, g2; 5. Rh3, Rh1; 6. RxP e G. 1. Não R:g7, pois este peão faz falta, porque, na linha principal, impede: 5. ..., Dh8, que salvaria o MATE!

A. de M. M.